

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 — VI FASE — Nº 26 — DE 24/08 A 06 DE SETEMBRO DE 1989

NCz\$ 1,50

Os operários estão com Lula



Roberto Prizotti/Fotom

A cidade metalúrgica de Betim em Minas Gerais parou no último dia 16 para receber seu candidato à Presidência da República, o operário Luís Inácio Lula da Silva. Milhares de operários se concentraram no portão da Fiat e saíram às ruas para ouvir a mensagem da Frente Brasil Popular. Em Volta Redonda (RJ) o ato de reinauguração do memorial aos mártires da CSN contou com a presença de Lula e também marcou a adesão da classe operária à sua candidatura (Páginas 4 e 5). Neste número *A Classe* lança o caderno *A campanha em marcha*. São 4 páginas com informações vivas sobre a campanha de Lula e Bisol em todo o país.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grapois

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins

Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Fotografia: Aguinaldo Zordevoni

Arquivo: Rosane Montiel

Administração e Assinaturas: Raquel Imanishi Rodrigues e Teresa Polli

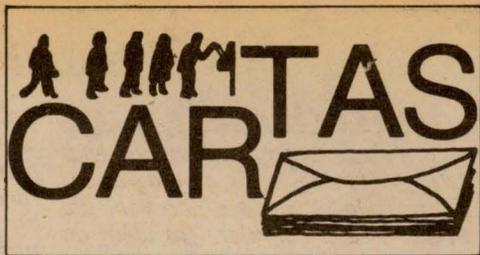
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 333, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Willians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis. SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju;

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Burguesia gosta da crise

O presidente do PCdoB, João Amazonas, afirmou na Convenção Nacional que homologou a chapa Lula-Bisol pela Frente Brasil Popular, que a grave crise que envolve a nação não atinge a todos, e sim os trabalhadores em particular. Mais uma evidência desta constatação foi a divulgação pela revista "Exame" de uma prévia sobre o desempenho das quinhentas mais importantes empresas brasileiras. Segundo o estudo, publicado nas edições de maio e julho, "as empresas exigiram, no ano de 1988, uma rentabilidade de 9,7%, taxa que coincide com o patamar histórico médio das últimas duas décadas". E afirma ainda que "para desespero dos catastrofistas de plantão, aquela parcela que produz riquezas, gera empregos e paga impostos vai bem, obrigado". "As quinhentas maiores empresas tiveram o volume de seus lucros aumentado de 3 bilhões de dólares em 1987 para 5,2 bilhões de dólares no ano passado", diz a revista. Portanto, conclui, "é preciso ver o país pelo seu lado real".

Se o faturamento praticamente permaneceu estacionário, se o PIB caiu 0,4% em 1988, como estas empresas, principalmente os grandes monopólios, aumentaram seus lucros? Fica evidente que as classes dominantes descarregaram o peso da crise nas costas do povo brasileiro, através de mecanismos oriundos da política econômica e social vigente no país, como o arrocho salarial e a especulação financeira, para manter os seus lucros e sustentar o pagamento da dívida externa. Em relação ao primeiro, utiliza-se até das próprias forças armadas contra os trabalhadores, como ocorreu em Volta Redonda. Quanto ao segundo, no mês de maio, quando as taxas de juros ainda não se encontravam nos atuais patamares, a Votantim já possuía 25,4% de seus ativos totais — todos os bens, direitos e recursos de uma corporação — em especulação financeira.

Vê-se, portanto, a necessidade imperiosa de termos um governo que realize uma política essencialmente distinta da que praticam as classes dominantes.

Como medida primeira, a Frente Brasil Popular, em seu programa o compromisso de sustentar o pagamento de uma dívida externa que consumiu nos primeiros 6 meses recursos financeiros superiores ao volume de lucros obtidos pelas maiores empresas em todo o ano de 1988.

É inaceitável que as classes dominantes continuem a "se esquecer" de um outro lado real do país e a inserir também no seu "muito bem, obrigado" os 50 milhões de brasileiros que se afundam numa amarga existência de miséria e sofrimento. (Sidney Gobetti, vereador do PCdoB em Marília, SP).

Leitores comentam a campanha

Tenho apenas 15 anos, mas sou comunista desde os onze e escrevo para a "Classe Operária" a fim de noticiar que também aqui de Tarauacá, interior do Acre, vai sair um grande apoio para nosso futuro presidente da República, o Lula.

Nosso partido, o PCdoB, está crescendo muito. Nosso trabalho junto à massa é fazer com que enxergue seus direitos, e mostrar que estes estão sendo oprimidos pelos patrões, pelos latifundiários e pelo governo — dizer ao povo quem está sendo chicoteado e quem chicoteia.

Também temos mostrado que a única saída para nós, trabalhadores, é o socialismo. E o primeiro passo, hoje, é eleger Lula e um governo de esquerda, a favor dos direitos do povo. Lançamos a Frente Brasil Popular em Tarauacá com um seminário que reuniu trabalhadores de todas as categorias. Ficou decidido por consenso que os presentes não irão ser apenas eleitores do Lula, mas também cabos eleitorais e lutadores por um Brasil novo. (Luzivan Alves de Freitas, Tarauacá, AC)

Mando meu endereço para apoiar a candidatura do Lula e colocar-me à disposição da "Classe Operária" e do PCdoB.

Formamos um comitê para dar apoio e fazer a propaganda "corpo a corpo" do candidato da Frente Brasil Popular.

Sempre votei com o PCdoB, e nesta eleição quero trabalhar com o seu material. Peço cartazes do Lula e panfletos. (Luís Barcelos Spongruelo, Presidente Alves, SP)

Entre as várias sugestões apresentadas à Constituinte por entidades juvenis, uma delas transformou-se em conquista de repercussão nacional. Trata-se do direito de voto aos 16 anos, sustentado pela União da Juventude Socialista (UJS).

Ocorre que os grandes "jornalões" tentam neutralizar a todo custo a participação da juventude na sucessão presidencial. Procuraram mostrar o "desinteresse" dos jovens por política, e o seu "não-comparecimento" aos locais de alistamento eleitoral. Nos dias 5 e 6 de agosto, prazo final para o alistamento, a história foi diferente. As filas eram enormes, os jovens cadastraram-se em massa para participar do pleito.

Os meios de comunicação deverão formular agora um novo "esquemão" para que a juventude não vote. Isto tem sua razão. Os jovens buscam uma saída nova

para o país. Ao se depararem com as propostas da Frente Brasil Popular, podem enxergar nelas a realização de suas idéias de liberdade.

É preciso, no entanto, não subestimar a investida da burguesia. Questões específicas, como educação, esporte, cultura, lazer e ecologia, devem ser amplamente discutidas. As propostas avançadas da Frente devem ser abordadas com muito carinho. Os frutos de um trabalho dedicado, paciente e amplo serão colhidos em 15 de novembro e 17 de dezembro, quando estaremos elegendo Lula e Bisol, os candidatos comprometidos com as lutas populares e da juventude. (Carlos Geovani R. Machado ("Silêncio"), Canoas, RS)

A formação da Frente Brasil Popular é um marco para o movimento popular brasileiro em todos os setores. Pela primeira vez estamos unidos em um momento político histórico.

Estamos a três meses e meio da eleição. Neste período é fundamental que as forças de esquerda se organizem, preparem esta campanha para vencer, e que a militância organizada dos partidos progressistas, das organizações de trabalhadores e do movimento popular vistam a camisa da FBP.

No Vale do Aço mineiro, especialmente em Ipatinga, onde estamos implementando nosso Diretório Municipal, a tarefa imediata é envolver os militantes dos partidos que compõem a Frente Brasil Popular, os movimentos dos trabalhadores, e o movimento popular organizado, para juntos nos embrenharmos nesta campanha que é o caminho através do qual elevaremos as lutas a um novo patamar de transformação do país. (Newton Tibúrcio, presidente do diretório municipal do PCdoB em Ipatinga, MG)

Homenagem a Gonzagão

Gostaria de render, através desta coluna, minhas sinceras homenagens a Luiz Gonzaga, o Rei do Baião.

O velho Lula, ao longo dos seus 50 anos de vida artística, dentro dos limites de sua ingenuidade, soube como nenhum outro cantar os modos, os costumes e a cultura do sertão nordestino.

O velho Gonzagão é merecedor de todo meu respeito, principalmente porque para alcançar o sucesso nos grandes centros não precisou aderir às formas da indústria cultural. (Pedro Carvalho Lopes, S. Paulo, SP)

A Joleide

Lamentavelmente, comunicamos à "Classe Operária" a morte da camarada Joleide Pedrosa, de 18 anos, que faleceu na noite do último dia 5, vítima de um acidente automobilístico. Neste acidente também morreu o companheiro José Giovane Seabra, diretor da UMES-Chapecó.

Joleide era presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Bertaso, tesoureira da UMES-União Municipal dos Estudantes Secundaristas, militante ativa da UJS, combativa camarada. Joleide Pedrosa nos deixa muitas saudades. Diante de sua ausência nos resta dizer que trataremos com muito amor e carinho o povo explorado e oprimido, vítima do capitalismo, que em vida ela tanto amou. Por vida e liberdade venceremos. A ela dedicamos este poema:

Jorrou com força/O sangue do coração/De quem tanto lutou e/Soou amar o povo/ Explorado e oprimido./ É doloroso que você tenha ido./ Seu falar macio e caloroso/ Aqueceu vidas em tempo de frio./ Seu olhar gentil/ Confortou inúmeras em tempo de dor./ Seu sorriso meigo/ Brilhou como esperança./ Nas vidas dos desafortunados./ Viveu pelo povo/ Filho desta pátria./ Que lhe empresta o chão/ Como berço eterno. (Sandro Cardoso, Chapecó, SC)

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"

UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....

Endereço.....

CEP.....Cidade.....Estado.....

Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 9,00

Assinatura semestral: NCz\$ 18,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominado

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 São Paulo/SP

CDMA
Centro de Documentação e Memória
Fundação de Amparo à Pesquisa

Globo

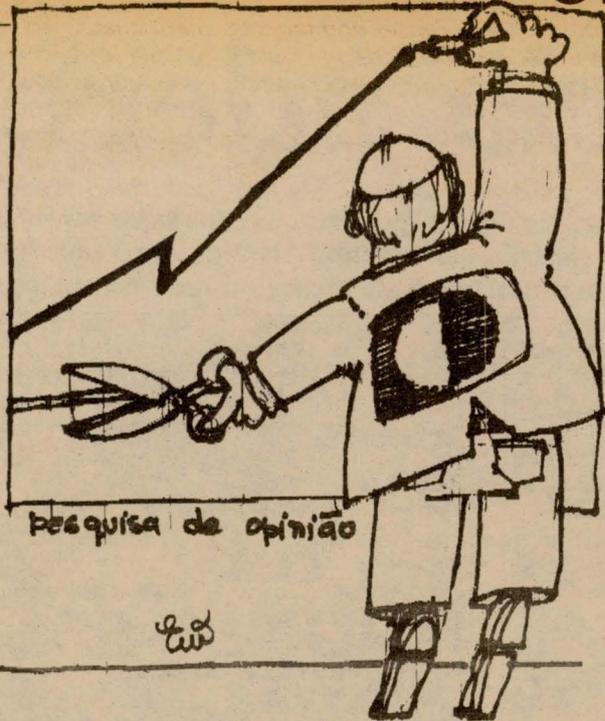
Ibope

Collor

LULA

pesquisa de opinião

Luis



EDITORIAL

Tendência à esquerda é real

Os mais recentes episódios da disputa sucessória trouxeram à tona uma série de perigosas manobras das classes dominantes, que buscam desesperadamente manter suas posições no poder e evitar a todo o custo a vitória das forças de esquerda.

Ao tempo em que através de uma ofensiva propagandística jamais vista e da manipulação das pesquisas de opinião pública tentam fazer passar a vitória de Collor como fato consumado, as elites procuram agora fabricar outra candidatura forte no campo conservador a fim de que o segundo turno seja disputado sem nenhum risco para elas. Volta-se a falar da "união do centro" e acena-se com um acordo entre as candidaturas Ulysses, Covas e Aureliano, talvez até com a renúncia de todos eles em favor de um quarto nome. O candidato do PMDB luta para que a união seja em torno do seu nome e com esse fim tenta forçar uma alteração casuística na lei eleitoral.

Há ainda uma imoral tentativa de esvaziar o horário eleitoral gratuito e de privilegiar nos programas de jornalismo político televisivos os candidatos das classes dominantes. Em nome da "liberdade de informação" procura-se cassar a palavra de alguns.

A influência do poder econômico e da mídia sobre a campanha eleitoral, a desagregação dos partidos das classes dominantes e a criação de uma polarização artificial indicam que os poderosos têm a derrota bem presente e são reveladores de um fenômeno objetivo em curso na sociedade brasileira que se explicitou com nitidez a partir das eleições municipais do ano passado: a falência do projeto político das elites. Do ponto de vista político as classes dominantes brasileiras encontram-se em decomposição, esgotadas, nada têm a oferecer e não merecem nenhum crédito.

O povo não se mostra disposto a segui-las, busca outro caminho e tende para a esquerda. Isto faz parte da realidade, é um de seus componentes essenciais, ainda que a poderosa máquina de propaganda da grande burguesia procure mostrar outra coisa. Não se pode substituir a realidade por índices de pesquisa. Pensar e agir assim é idealismo que ressalva inevitavelmente para posições políticas erradas, o desnorreamento e a inação.

É evidente que o sentimento opoisionista generalizado do povo, seu profundo anseio por mudanças radicais e sua tendência para a esquerda não resultarão em vitória eleitoral automaticamente ou por geração espontânea. Supor que as coisas são assim é iludir-se com o poder de manobra das classes dominantes. Estas já demonstraram que são capazes de usar todos os tipos de armas e artimanhas para assegurar posições de mando na vida do país.

A campanha que a Frente Brasil Popular está fazendo em torno dos nomes de Lula e Bisol, candidatos a presidente e vice-presidente da República, tem condições de contagiar o país e despertar a força e a energia represadas das classes populares. Suas propostas calam fundo na consciência e no coração de milhões de brasileiros. Mas para a possibilidade de vitória se concretizar é necessário partir para a ofensiva política, golpear sem piedade os inimigos do povo, mobilizar os trabalhadores, a juventude, as mulheres, a intelectualidade progressista numa ampla ação nacional pela construção de um país livre e independente. E através da ação organizada, transformar a Frente Brasil Popular numa poderosa força política representativa desse novo Brasil.

Na "toca do lobo"

Eduardo Bonfim *

Se a mobilização causada em Maceió, dia 11 de agosto, com a presença de Lula, Bisol e a caravana da Frente Brasil Popular, foi além do esperado até pelos próprios partidos da coligação, mais importante ainda foi o seu significado.

Tratava-se, afinal, da primeira candidatura que ousou sair às ruas de Maceió, fazer campanha diretamente junto ao povo alagoano, caminhar no centro da cidade e submeter-se a um teste que, até aqui, tem causado medo nos demais — inclusive no próprio Collor, ex-governador de Alagoas.

Nenhum outro candidato fez o que Lula fez. Covas, que esteve em Maceió há um mês, resumiu sua campanha a uma palestra em auditório. Aureliano mal foi percebido em sua passagem pela cidade. Afif também trancou-se num auditório para convidados. Ulysses não reuniu mais que 50 pessoas em recinto fechado. Brizola, cauteloso, adiou pela segunda vez sua ida a Maceió. E note-se — todos esses candidatos que estiveram em Maceió foram precedidos por poderosos esquemas publicitários na televisão, rádios e jornais. Nada disso superou a indiferença popular.

O próprio Collor preferiu não armar seu palanque em Maceió. Foi fazer comício no interior, em Arapiraca, cidade onde detém o comando de praticamente tudo. E lá, com propaganda maciça durante quase um mês, três trios elétricos e artistas famosos contratados, ponto facultativo em toda a cidade, ônibus de graça, caminhões de fazendeiros transportando empregados — com tudo isso o candidato não conseguiu reunir mais de 6 mil pessoas numa cidade com população de 200 mil.

Lula foi à "toca do lobo" e Maceió retribuiu com grande acolhida popular. O centro da cidade parou para ver e saudar o candidato da Frente Brasil Popular. Desde o aeroporto, onde uma multidão foi recebê-lo formando uma caravana que se estendia por quilômetros, até o comício no centro da cidade, Lula recolheu simpatia e entusiasmo entre os maceioenses. Chuva de papel picado dos prédios, bandeiras, polegares levantados para cima, mais de 4 mil pessoas no comício, uma vibração que tem significado claro: em Maceió o "lobo" não manda na sua toca.

* Deputado federal (PCdoB-AL) e membro de sua direção nacional.

Polarização artificial

Edson Silva*

Quando esta edição de A Classe estiver em circulação, Lula e Bisol terão cumprido intensa programação de campanha eleitoral em Porto Alegre e outras cidades gaúchas.

Certamente é mais uma demonstração do potencial de mobilização, de apelo popular e de possibilidade real de vitória das candidaturas da Frente Brasil Popular. Isto é ainda mais importante pelo fato de se tratar do Rio Grande do Sul, tido como reduto eleitoral imbatível do brizolismo. Com efeito, a imprensa gaúcha e outros setores reacionários tratam de plantar uma hipotética polarização entre o candidato da "Globo", Collor de Mello, e o representante do populismo demagógico, Brizola. Simultaneamente, especulam o "voto útil", tentando atrair para Brizola o apoio dos que, em número crescente, vão compreendendo e repudiando a farsa do marajá das Alagoas.

Querem jogar areia nos olhos do povo, iludi-lo com fantasias e impedir, com o recurso da manipulação, que a alternativa política mais avançada desta campanha — a da Frente Brasil Popular — seja vitoriosa. Ainda assim, nem sempre as elites conservadoras conseguem evitar as evidências da realidade, mais forte que suas tramas diversionistas. Não é outra coisa o que deixou escapar o presidente do poderoso banco internacional City Bank, ao declarar apoio a Collor, ou Mário Henrique Simonsen, ex-ministro do regime militar, ao reconhecer, dias atrás, em reunião com empresários gaúchos, que "a política econômica do Brasil não sofrerá alterações essen-

ciais com a vitória de Collor ou de Brizola".

Tudo continuaria na mesma para o povo que sonha com dias melhores, com o combate à corrupção e ao entreguismo e com o progresso da liberdade. Daí a polarização artificial entre os dois candidatos, para que os privilégios dos poderosos sejam mantidos e a impunidade continue campeando. Cabe ao eleitor, nos planos dos reacionários, escolher um farsante ou, se for mais exigente, optar por um empedernido embromador com verniz de "esquerda".

A Frente Brasil Popular está decidida, também no Rio Grande do Sul, a desmontar esse maniqueísmo. Os êxitos vão se acumulando, abrindo a perspectiva de Lula e Bisol alcançarem significativa votação no quinto maior colégio eleitoral do país. Prova disso são, por exemplo, as inúmeras inaugurações de sedes da frente com reuniões públicas em bairros de Porto Alegre e municípios do Estado. O mesmo se pode dizer, com maior ênfase, das caravanas de lideranças estaduais do PT, PCdoB e PSB que percorrem várias cidades, falam à imprensa e participam de atos públicos sempre prestigiados por centenas de populares e trabalhadores. Pelo prestígio, pela coerência e militância abnegada que têm, as candidaturas da Frente Brasil Popular são as únicas no Rio Grande do Sul a promoverem iniciativas populares de campanha e a debaterem com o povo idéias e propostas para um Brasil melhor.

Maurício Grabois
* Presidente do PCdoB-RS e membro de sua direção nacional

Classe operária adere em

O fator que pode alterar o rumo da atual campanha sucessória é o posicionamento explícito da classe mais avançada da sociedade — o proletariado — em apoio à candidatura da Frente Brasil Po-

pular. Na última quinzena, alguns fatos revelam a possibilidade de essa posição ser tomada. Os atos em Volta Redonda e Betim, indicam ainda que Lula cresce no movimento operário e popular.

Volta por cima

Após dois meses e dez dias do atentado terrorista que destruiu o monumento aos operários mortos em Volta Redonda durante a greve de novembro de 1988, a classe operária convocou o povo, entidades e partidos políticos, no último dia 12, e reinaugurou-o num clima de unidade e luta contra o terrorismo. O candidato Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, foi o único dos que concorrerem à sucessão presidencial que esteve no ato público. Lula disse que sua presença ali era “questão de honra”, pela relevância do fato e como um desafio à direita que o ameaçou durante toda a semana através de cartas e telefonemas para que não participasse do evento, sob pena de “colocar sua vida em perigo”.

O ponto negativo da iniciativa esteve relacionado a fatores alheios aos organizadores — o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e a Central Única dos Trabalhadores — e consistiu na campanha irresponsável do prefeito Vanildo Carvalho, do PDT, que comprou horário comercial nas rádios da cidade para pedir ao povo que não comparecesse à reinauguração do monumento, “pois nova explosão poderia ocorrer”, criando assim clima de intranquilidade e diminuindo a afluência ao local, que mesmo assim contou com mais de 3 mil pessoas presentes.

O deputado federal Edmilson Valentin, do PCdoB, denunciou a atitude do prefeito, chamando-a de “terrorista”, contrária aos interesses do povo e dos trabalhadores, que queriam demonstrar, “o seu espírito de luta, a sua vontade de mudança, a sua tradição democrática, de luta pela liberdade”. Na opinião de Edmilson, a reinauguração do monumento a Valmir, William e Barroso (os três operários assassinados pelo Exército na greve de novembro de 1988) era justamente para “se posicionar contra o terrorismo, o terrorismo de Estado, o terrorismo das classes dominantes, que não hesitam em assassinar trabalhadores para perpetuar seus privilégios”.

Em relação ao monumento, Edmilson observou que o Partido Comunista do Brasil e as forças progressistas da sociedade brasileira acreditaram e defenderam a necessidade de reerguer aquele que simboliza a homenagem à luta e ao heroísmo dos trabalhadores assassinados pela repressão. Conforme disse, “a classe operária reergueu esse monu-

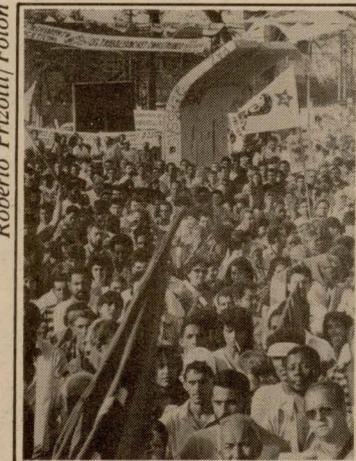
mento sem qualquer ajuda do poder público, demonstrando que tem condições também de conduzir suas lutas e até mesmo de dirigir os destinos do país”.

O centro das atenções

O momento mais aguardado pelos presentes e que mobilizou a atenção de todos os que se encontravam na Praça Juarez Antunes foi o anúncio da presença de Lula. Em sua intervenção, o candidato da Frente Brasil Popular à Presidência da República revelou que pela sua agenda teria um compromisso em Natal (RN) naquele mesmo horário, mas que não poderia deixar de comparecer àquele ato, pois na condição de operário e de representante dos trabalhadores nas eleições presidenciais de 15 de novembro próximo, seu dever era compartilhar com os trabalhadores o sentimento de luta e de repulsa à violência terrorista que tenta frear o espírito democrático dos trabalhadores e as suas justas reivindicações. Lula foi enfático, ao afirmar que “a classe trabalhadora brasileira não pode calar diante de ameaças dessa natureza”.

Lula enalteceu a capacidade da classe operária de Volta Redonda: “A disposição dos sindicalistas de Volta Redonda em reerguer este memorial é uma demonstração de que a classe trabalhadora do país começa a dar novos passos na sua caminhada para a conquista da verdadeira liberdade”. Lula abordou muitos outros temas, denunciando principalmente os abusos que são cometidos contra os trabalhadores e destacou os rombos verificados na Previdência Social, de 26 bilhões de cruzados novos, e no FGTS, de 326 milhões de OTNs (atualmente BTNs), que foram engordar as contas dos bancos privados nacionais e os financiamentos de empreendimentos distantes dos interesses dos trabalhadores brasileiros.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), Vicentinho, estava na caravana de sindicalistas e lideranças operárias que foram até Volta Redonda apoiar os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional e participar da reinauguração do “Memorial 9 de Novembro”, como ficou conhecido. Ele se referiu à vibração que sentia ao assistir àquele ato em homenagem aos



A massa foi à praça...

operários mortos na greve do ano passado, o que para ele era um sentimento de todos os trabalhadores. Na opinião de Vicentinho, a tarefa maior agora será construir “um novo monumento, o monumento do homem novo, da nova sociedade que será construída junto com os operários de todos os cantos do país”.

Unidade operária

O membro da direção nacional da Corrente Sindical Classista, Nivaldo Santana, que também é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Águas e Esgotos de São Paulo, levantou a massa presente ao afirmar que “Volta Redonda é



assistir à inauguração do monumento que os operários reergueram

a capital do Brasil na luta contra o terrorismo das classes dominantes” e que a unidade forjada nas lutas fez com que o ato de reinauguração do monumento aos operários mortos se tornasse “a expressão maior da força e da luta da classe operária”. Justificou sua posição ao declarar que “o Brasil inteiro acompanha as lutas dos metalúrgicos de Volta Redonda”.

Nivaldo observou que a Corrente Sindical Classista se sentia honrada por participar do ato que significava uma marcha histórica da luta da classe operária no Brasil. “O sangue dos nossos heróis, dos nossos mártires, vai germinar,

vai frutificar em milhares de combatentes”, prognosticou. Em relação à batalha sucessória em curso, o dirigente da Corrente Sindical Classista foi claro: “Os trabalhadores saberão marchar unidos. Votarão em quem defende os seus interesses. Votarão na unidade da classe”.

Na opinião de Nivaldo, no dia 15 de novembro, uma vitória operária e popular irá descortinar um novo caminho, um novo horizonte no país, “no rumo do socialismo, contra o terrorismo da burguesia, contra a ditadura e contra as forças reacionárias que dominam o Brasil”. Carlos Henrique Vasconcelos; da sucursal do RJ

Sucesso em Betim

“A maior honra”

Betim é uma cidade operária com presença significativa do PCdoB e do PT, que têm influência marcante no movimento operário e sindical. Esses dois partidos, somados ao PSB, que embora novo joga papel, são os esteios da Frente Brasil Popular nessa importante localidade do Estado de Minas Gerais.

Os militantes desses três partidos fizeram uma preparação intensa para receber Lula e Bisol, candidatos a presidente e vice-presidente da República pela Frente Brasil Popular. No dia 4 de agosto criaram, com a presença de cerca de 50 lideranças de fábricas, o comitê dos metalúrgicos da Frente Brasil Popular. Logo que foi criado, o comitê se lançou em intensa atividade para preparar a visita de Lula e Bisol. Elaborou material de propaganda especial e promoveu intensa agitação na cidade, com panfletagens, colagens de cartazes e anúncios através de carros de som. Além disso o boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim divulgou a visita de Lula. Um grande trabalho agitativo foi feito também nas portas das fábricas diariamente.

O esforço valeu, pois foi um sucesso a visita de Lula e Bisol a Betim. Eles cumpriram uma agenda intensa. Às 16 horas do dia 16 de agosto fizeram um comício na Fiat, às 17 horas na FMB, às 18 horas visitaram a colônia de hansenianos Santa Isabel e às 20 horas fizeram um grande comício no centro da cidade.

Na portaria 5 da Fiat, cinco mil operários (de seis mil que saem no horário) escutaram os dois candidatos e o presidente do Sindicato dos Metalúrgi-

cos. Bisol disse comovido: “A maior honra, a maior alegria de minha vida é estar na chapa de Lula e contribuir para levar este metalúrgico à Presidência da República”.

Confiança na vitória

Lula contagiou todos com o seu discurso. Mostrou conhecimento da situação da categoria ao dizer que “salário de peão é que nem rabo de cavalo, só cresce para baixo”. Uma das suas afirmações de maior ressonância foi dizer que o trabalhador da Fiat ganha 400, 500, e alguns poucos ganham 1.200 cruzados novos e comem carne todos os dias

Sucursal BH



massa à candidatura Lula

no restaurante da empresa, mas nas suas casas, a mulher e os filhos quase nunca comem carne porque o salário não dá para comprar. Declarou que a direita o ataca difundindo a idéia de que um operário não pode governar o país. "Mas — disse — somos nós, os operários, que fazemos este carro, este microfone, o asfalto da rua, o arroz e o feijão, a casa para o burguês morar. Por que, então, não podemos governar o país?"

Lula encerrou seu discurso dizendo que confia na vitória. E que vai ganhar porque é o único candidato que pode ir às portas de fábricas, aos bairros populares de cabeça erguida e olhar um a um na cara. "Até a vitória, companheiros", despediu-se assim dos seus colegas de classe.

Lula e Bisol encerraram sua visita a Betim com um comício na Praça da Estação. Cinco mil pessoas, em sua maioria jovens, participaram do even-

to. Apesar dos problemas havidos com a aparelhagem de som, que acarretaram atraso no início do comício, a praça não esvaziou um segundo. Lula reafirmou sua confiança na vitória. "Vamos ganhar, não nos estúdios de televisão, mas nas praças".

Conquistando apoios

Após a passagem de Lula e Bisol por Betim, o apoio às candidaturas da Frente Brasil Popular vai crescendo. "No restaurante, no dia seguinte, todo mundo só comentava a ida dele à fábrica. Até gente que estava com o Collor virou e hoje apóia o Lula", diz Paulo, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e operário da Fiat. O mesmo ocorreu na FMB. "Meu chefe de equipe estava apoiando o Collor, eu conversei com ele e depois da vinda do Lula ele mudou mesmo. No dia seguinte fez até discurso para uma turma de visitantes defendendo o Lula", comenta Marcelino,

diretor do sindicato e operário da FMB. Marcelino ainda acrescenta: "A gente vai notando que a classe operária está entendendo que este é o caminho da mudança".

De um modo geral os diretores do Sindicato e a própria entidade têm se fortalecido com a campanha Lula e Bisol. "Antes tínhamos receio de que a peãozada nos cobrasse pelo fato de estarmos envolvidos na campanha política. Mas o que sentimos é o contrário, que nossa mensagem está sendo entendida pela turma. E o apoio ao sindicato tem crescido. Além do mais, não paramos de lutar pelas questões específicas da categoria. Ao mesmo tempo que levamos a campanha do Lula, já iniciamos a campanha salarial, cuja data-base é outubro, com uma assembléia para fechar a pauta de reivindicações que lotou o sindicato", afirma Edmundo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim. (Da sucursal).

Por que a classe operária está com o candidato Lula

João Batista Lemos *

Apesar da cortina de fumaça que os meios de comunicação espalham no país, tentando embotar a consciência popular, a tendência objetiva da classe operária e do povo trabalhador é apoiar o candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva, e votar maciçamente nele nas eleições presidenciais.

Não é esta uma afirmação subjetivista, mas um prognóstico baseado no próprio significado intrínseco da candidatura Lula.

Lula representa a frente das esquerdas. Os partidos que a integram têm ponderável influência sobre mais de 80% do movimento operário, sindical e popular organizado do país. Sua militância é a mais abnegada, formada de gente simples, disposta a qualquer sacrifício pela causa popular.

A frente das esquerdas é o elemento novo na política brasileira. É a primeira vez que numa sucessão presidencial concorre um candidato operário, com chances consideráveis de vitória, lançado por uma articulação de partidos populares, entre eles o verdadeiro partido comunista — o PCdoB. Quem conhece a luta e os esforços da classe operária sabe que ela tem um sentimento nato de unidade e se sente mais forte, esperançosa e capaz quando constata que a esquerda está unida. A Frente Brasil Popular é, assim, um poderoso instrumento de luta dos explorados e oprimidos contra os reacionários e os potentados da burguesia.

A união das esquerdas não tem um sentido meramente eleitoral. Ela vislumbra fins estratégicos, relacionados com o combate pelas transformações estruturais de fundo na vida do país e pode dar importantes passos no sentido da luta pelo socialismo, ideal supremo da classe operária. É evidente que a vitória na eleição presidencial será um importante passo para alcançar os objetivos estratégicos, mas a conquista da Presidência não encerra tudo.

Outra razão por que a classe operária apoiará Lula reside no programa da frente, um programa que enfrenta a crise e propõe soluções eficazes do ponto de vista dos interesses nacionais e populares. O programa de Frente contém a idéia de que o atendimento das reivindicações imediatas e específicas dos trabalhadores passa

necessariamente pelas transformações estruturais. Desse modo, um dos aspectos educativos da campanha da Frente Brasil Popular é o aprendizado que os trabalhadores vão fazendo quanto à necessidade de construir uma ponte entre a luta econômica e a luta política, que questiona diretamente o poder vigente.

Há ainda a considerar como forte razão para os operários apoiarem Lula o fato de que o candidato da Frente Brasil Popular pertence à mesma classe. Lula temperou-se como líder sindical e popular a partir das grandes greves do ABC paulista contra o arrocho salarial e a didatura militar, greves que colocaram a classe operária no centro do cenário político nacional. Isto teve desdobramentos importantes no processo de desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores brasileiros. Até então os metalúrgicos se sentiam meio envergonhados de se assumir como operários. Depois do surto grevista de 1978/1979 eles passaram a sentir orgulho de sua condição de classe.

Mesmo nas fábricas no seio da classe operária, ainda correm opiniões atrasadas de que um operário não teria condições de governar o país. São posições preconceituosas incutidas pela burguesia que com sua dominação de classe aliena o trabalhador. Mas os operários constroem a riqueza do país. Como não têm condições de dirigir a produção e administrar essa riqueza?

A candidatura Lula é em si mesma um reflexo da elevação da consciência da classe operária brasileira, do avanço de sua participação política, do seu desejo de mudança, de elevação do nível de suas conquistas.

A dura experiência de vida de Lula — a emigração, a fila pelo emprego, o acidente no trabalho, a vida na fábrica, a marmitta — é muito marcante. Deu a ele um arraigado sentimento de classe. E sua experiência de luta, que fez dele um provado líder operário e popular, moldou-lhe a consciência. Ele fala a linguagem da sua classe, que se identifica naturalmente com a candidatura.

Por todas essas razões, Lula é o candidato da classe operária, do povo humilde e sofrido, dos despossuídos e vilipendiados. Por isso mesmo, Lula tem amplas chances de chegar em condições de vitória.

* Da direção nacional do PCdoB

Falam os representantes das fábricas



"Um dos principais problemas do Brasil é a concentração de terras nas mãos de umas poucas pessoas enquanto a grande maioria dos trabalhadores do campo não possuem nenhuma terra, ou quando possuem é muito pouco, para cultivar. A dívida externa é outro problema que sufoca o nosso povo. São bilhões de dólares que os banqueiros tomam do país todos os anos. Lula é o único candidato que se compromete a mudar essa situação. Ele tem passado e marca de luta para garantir isso. (Neleu Alves, cipeiro da Brasilata).

Os operários não podem ficar fora dessa batalha. Esta é a principal luta que temos pela frente. Não adianta ter 20%

ou 30% de reposição salarial e o futuro presidente da República continuar entregando nossas riquezas, vendendo o sangue e o suor de nossa classe enterrando cada vez mais o Brasil. Os metalúrgicos da União Metalúrgica são de luta e vão enfrentar mais esse desafio. Nossa tarefa é fazer a campanha de Lula, conscientizar a classe operária e organizar os comitês da Frente Brasil Popular em todas as fábricas." (Wagner, da comissão de fábricas da MWM).



"O programa da Frente Brasil Popular corresponde aos anseios da classe operária e de todo o povo brasileiro. Lula representa a nossa classe, tem experiência de luta, e é um líder provado em muitas batalhas. Tenho

certeza de que a classe operária o apoiará maciçamente porque está identificada com ele. E que, sem dúvida, o voto operário e popular decidirá a eleição. Lula vai ganhar." (Biro-Biro, da Comissão de Fábrica da Mapri).



"O operário não é bobo nem massa de manobra da televisão e das classes dominantes. Sabemos onde nos aperta o calo. O problema do Brasil é a ganância do imperialismo, dos latifundiários e dos que se vendem a eles. Os empresários não têm interesse em reduzir os seus lucros. Um representante da burguesia não vai diminuir suas posses para promover a distribuição de renda. Um banqueiro não vai acabar com a inflação ou a especulação financeira. Como pode um candidato comprometido com os militares acabar com as regalias que têm e colocá-los na sua verdadeira função de cuidar das fronteiras nacionais?"

Nós que defendemos um sindicalismo classista e o socialismo não vamos enganar a nossa classe e os trabalhadores brasileiros. Só um candidato como Lula, com o programa de governo da Frente Brasil Popular pode promover as mudanças necessárias. Acredito na força da minha classe. Os operários vão decidir essa parada!" (Valmir, da Comissão de Fábrica da Mafersa).

Os patrões temem Lula

O patronato vai revelando seu temor ao crescimento da candidatura operária com medidas repressivas. O comitê de operários da Mapri, fábrica metalúrgica localizada na Zona Oeste de São Paulo, integrado por mais de 70 ativistas, programou para o dia 18 de agosto seu lançamento, que seria realizado nas dependências da Associação

Desportiva Classista, um grêmio dos trabalhadores da empresa. No ato de lançamento do comitê, seria lida pelo vereador do PCdoB em São Paulo, o metalúrgico Vital Nolasco, uma mensagem de Lula aos operários da Mapri. Poucas horas antes do evento, a empresa exerceu pressão sobre a diretoria da ADC e proibiu a realização do ato

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Deputado denuncia Collor no Congresso Nacional

O deputado federal Eduardo Bomfim (PCdoB—AL) fez no último dia 17 um importante pronunciamento no grande expediente da Câmara dos Deputados condenando a candidatura de Fernando Collor de Mello, “fruto de uma manipulação das classes dominantes que pretendem apresentar à nação uma espécie de Big Brother”. Abaixo, publicamos os principais trechos do discurso.

“O Brasil corre o perigo de escorregar pela ladeira de uma grande farsa. Justamente no momento mais crítico de sua história, quando necessita erguer-se, avançar e firmar-se como país soberano, o país é induzido a negar sua própria realidade e a trilhar os caminhos de uma fantasia cega.

“Com tantos e tão graves problemas a enfrentar e solucionar, a opinião pública brasileira é submetida a um processo — nocivo sob todos os aspectos — de mistificação em torno de algo que se aproxima do curandeirismo político. Joga-se uma cortina de fumaça sobre as grandes questões nacionais; empurra-se a campanha da sucessão presidencial para o terreno da novela global. E, pior que isso, já se procura apresentar o desfecho como fato consumado.

“Mas não foi para participar de uma farsa que o povo brasileiro lutou tanto, insistiu tanto até conquistar o direito do voto livre para eleger um novo governo. Foi para mudar este país e encontrar uma saída séria para a crise econômica, a crise social, a tragédia da fome e da miséria.

Querem nos impor um Big Brother

“Nosso povo tem esperança nesta eleição. Mas essa esperança está sendo inescrupulosamente manipulada, como um teatro de enfeitiçamento para se apresentar à nação uma espécie de **Big Brother** como no romance de George Orwell.

“Embotam-se as idéias, omitem-se os fatos, semeia-se a confusão na opinião pública, afronta-se a inteligência das pessoas — tudo para empurrar no consciente coletivo um che-

fe de fantasia com um carisma também de fantasia. Nos métodos e nas intenções, é um projeto com cores nitidamente fascistas.

Assim, a campanha eleitoral envereda por uma trilha artificial, alheia a tudo o que de fato interessa à nação discutir e questionar. O próprio debate político é distorcido segundo as conveniências das classes e setores que até aqui detêm as rédeas da vida econômica e política do país.

“A farsa é de tal ordem que seu principal protagonista, o favorito dos institutos de pesquisa, recusa-se a comparecer aos debates com os demais candidatos, foge ao confronto das idéias — e essa recusa, que tem tudo para ser suspeita, é tratada com condescendência, quando não é completamente sonegada ao conhecimento do grande público.

A mídia ergueu um paredão de silêncio

“Há pelo menos dois meses alguns jornais de circulação nacional (inclusive este quinzenário — nota da redação) vêm revelando, de forma documentada e irrefutável, grandes escândalos e irregularidades cometidas por Fernando Collor de Mello nos dois anos que governou o Estado de Alagoas. E até hoje nenhuma, rigorosamente nenhuma, dessas revelações conseguiu furar o verdadeiro paredão de censura e silêncio da mídia eletrônica. São fatos importantes, informações vitais que envolvem um político que pretende governar o país nos próximos cinco anos. E a imensa maioria da população continua proibida de ter acesso a dados que a ajudariam a conhecer melhor a verdade. Uma muralha de

contra-informação protege o candidato.

“Essas coisas não acontecem por acaso. As elites têm necessidade de levantar uma candidatura que apareça aos olhos da nação como salvadora da crise — desde que não mexa em nada de estrutura, desde que não toque nas raízes da crise, na espinha dorsal do poder montada por essas mesmas elites ao longo da história republicana. É este o papel da candidatura de Fernando Collor — prometer penduricalhos ao povo sem tocar no fundamental.

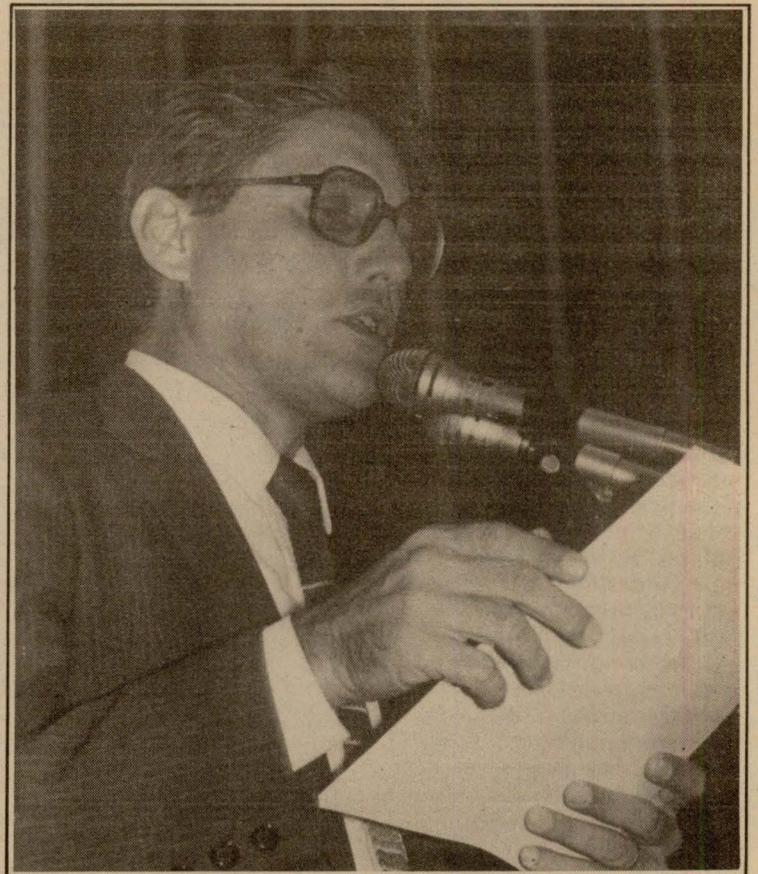
“Portanto, a engrenagem propagandística foi montada com objetivo claro e preciso: promessas de uma pretensa moralização para aplacar a ira do povo. E quanto às questões de fundo, apenas um discurso vago que serve como recado às classes dominantes — fiquem tranqüilas que tudo vai permanecer como está.

“E os recados têm sido entendidos e respondidos. Os bancos estrangeiros credores não escondem sua alegria e esfregam as mãos com os resultados das pesquisas. O grande empresariado se declara “tranqüilizado” com a candidatura de Collor e com suas propostas. O próprio poder dominante no Palácio do Planalto já dá sinais de acomodar-se e até, se possível, aderir a essa candidatura.

“O adesismo, com tudo o que tem de mediocre, vai de vento em popa nas hostes do conservadorismo. E tudo muito bem escondido da opinião pública — desde as irregularidades cometidas no governo de Alagoas, até a alegre corte de empresários, banqueiros, latifundiários, grupos econômicos, políticos conservadores e oportunistas de vários matizes que o rodeiam, financiam sua campanha milionária e alimentam o engodo graças ao monopólio das informações.

“Mas vamos à essência dessa candidatura. No plano econômico Collor faz coro com o grande capital daqui e o de fora. Faz coro até com o governo Sarney, ao defender, com pequenas mudanças de linguagem, a continuidade da submissão aos bancos credores e ao Fundo Monetário Internacional. A dívida externa, principal obstáculo ao desenvolvimento independente do país, continuaria a ser tratada com as mesmas luvas de pelica por esse candidato, caso chegasse à Presidência.

“Como todos os demais candidatos das classes dominantes, Collor também desfila no bloco dos que, com argumentos tão diversos quanto vazios, atacam o patrimônio nacional com o discurso de privatizar a



Bomfim advertiu para o perigo que Collor representa

economia, e não perdem oportunidade para investir contra os setores nacionalistas da sociedade.

“Que mais propaganda o candidato do PRNP

“Sua grande peça de promoção publicitária é a chamada moralização. Mas a prática desmentiu tudo isso. As denúncias — todas documentadas e nenhuma desmentida com argumentos razoáveis — desmascaram esse falso moralismo de forma definitiva. O povo alagoano conhece bem o que foi a gestão de Collor como governador do Estado, marcada por sérias irregularidades que só agora começam a chegar ao conhecimento da população, apesar da censura.

“Que o digam as 81 entidades alagoanas que subscreveram um manifesto à nação denunciando o desastre que foi o governo Collor para Alagoas, a terrível herança que deixou para nosso povo, e alertando os brasileiros para que esse desastre não se estenda a todo o país.

“No início deste mês tivemos mais uma amostra de como esse candidato é despreparado para abordar as grandes questões políticas. Desta vez foi na área das relações internacionais.

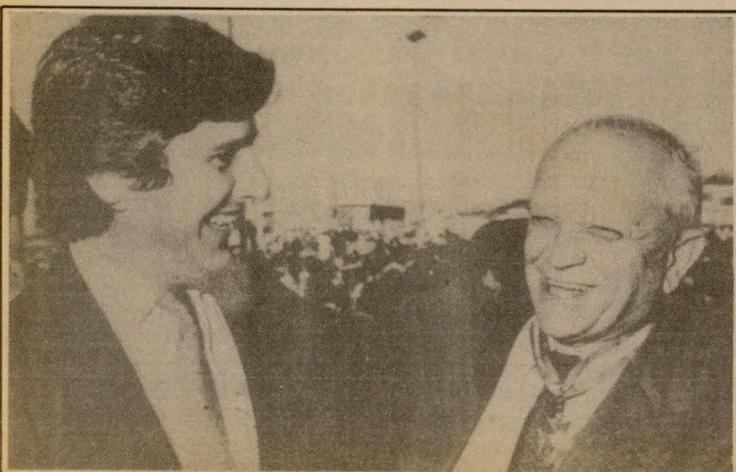
Collor é comprometido com as multinacionais

“As declarações de Collor de Mello sobre a questão palestina dão bem uma idéia do caráter elitista, preconceituoso, beligerante e politicamente

atrasado dessa candidatura. As declarações de Collor sobre a questão palestina significam a concordância desse candidato com as invasões e ocupações de territórios estrangeiros, com a agressão armada, com massacres como os de Sabra e Chatila, com a usurpação da identidade nacional e dos territórios dos povos árabes e palestino, com os campos de concentração que horrorizam e envergonham todos os povos do mundo.

“Não é a primeira vez que o povo brasileiro é submetido a uma anestesia propagandística que lhe tenta impor falsos estadistas. Mas os setores progressistas e populares, os partidos de esquerda, reunidos na Frente Brasil Popular, não descansam e denunciam mais esta armação das elites dirigentes para continuarem no poder. Hoje nas ruas, amanhã no horário gratuito da campanha eleitoral no rádio e na televisão, a Frente Brasil Popular vai mostrar aquilo que está sendo sonegado, mas que está na alma do povo: as classes dominantes, com suas candidaturas, não têm mais o que oferecer ao país. Todos os seus candidatos, Collor e os semelhantes, são comprometidos com os grandes magnatas, com as multinacionais, donos ou sócios de grupos econômicos, latifundiários, banqueiros, especuladores.

“Contra a empulhação dos que pretendem manter tudo como está, a Frente Brasil Popular, com as candidaturas de Lula e Bisol, é um projeto novo. E vai mobilizar, como já está mobilizando, as grandes massas do povo para a vitória.



Collor foi buscar apoio de Olacyr de Moraes, maior produtor de soja do mundo, latifundiário e especulador

O PROGRAMA DA FRENTE

Dois blocos antagônicos

Aguinaldo Zordenoni / Foton

A partir deste número, A Classe passa a publicar uma série de artigos fundamentando o programa da Frente Brasil Popular e analisando teoricamente o principal sentido de suas postulações.

José Renato Rabelo *

O curso dos acontecimentos na presente campanha presidencial vai determinando, de forma evidente, os interesses mais profundos das classes dominantes, as condições e o nível de influência das forças populares. Entretanto, vêm à tona com destaque nesta importante campanha eleitoral as ilusões políticas, impregnadas em um contingente extraordinariamente vasto da população durante décadas, pelas classes dominantes. A justa compreensão da situação política brasileira passa precisamente por esta questão.

As ilusões políticas

Sem colocar no primeiro plano o desmascaramento constante e implacável das ilusões políticas, sem expor suas causas fundamentais e, ao mesmo tempo, desenvolver e difundir nossa perspectiva política, é impossível conquistar êxitos na atual campanha, é impossível avançar nas tarefas táticas e estratégicas postas em nossos dias. Opiniões correntes demonstram as ilusões políticas, que são trabalhadas e veiculadas incessantemente. Assim, os graves e profundos problemas nacionais seriam resolvidos por uma pessoa com preparo, a qual deveria reunir condições redentoras. O problema do rumo a ser seguido, da decisão, da competência, se resumiria a uma questão pessoal. A escolha política se traduziria na simples preferência por um candidato de "maior credibilidade".

Desse modo é voz corrente que a escolha deva ser considerada quanto ao prestígio pessoal do candidato, desprezando os partidos e subestimando os projetos políticos propostos. A moralidade administrativa é alçada demagogicamente como fórmula que solucionaria todos os males e erros. É moda o ataque verbal contra os "políticos" e a rejeição ao discurso político, como algo "ideologizado". E para completar a confusão dirigida e orquestrada, simplifica-se tudo, considerando-se todos os "discursos" semelhantes. Eis a grande farsa política tecida e montada para confundir os campos, relativizar os princípios e enganar as massas. Por que isso acontece? Por que essa notável tentativa de despolitização?

As causas das ilusões políticas

Podemos considerar que duas realidades — uma inter-

nacional e outra nacional — são as bases que fomentam tal situação, que já se desenvolvia e assume agora maiores proporções.

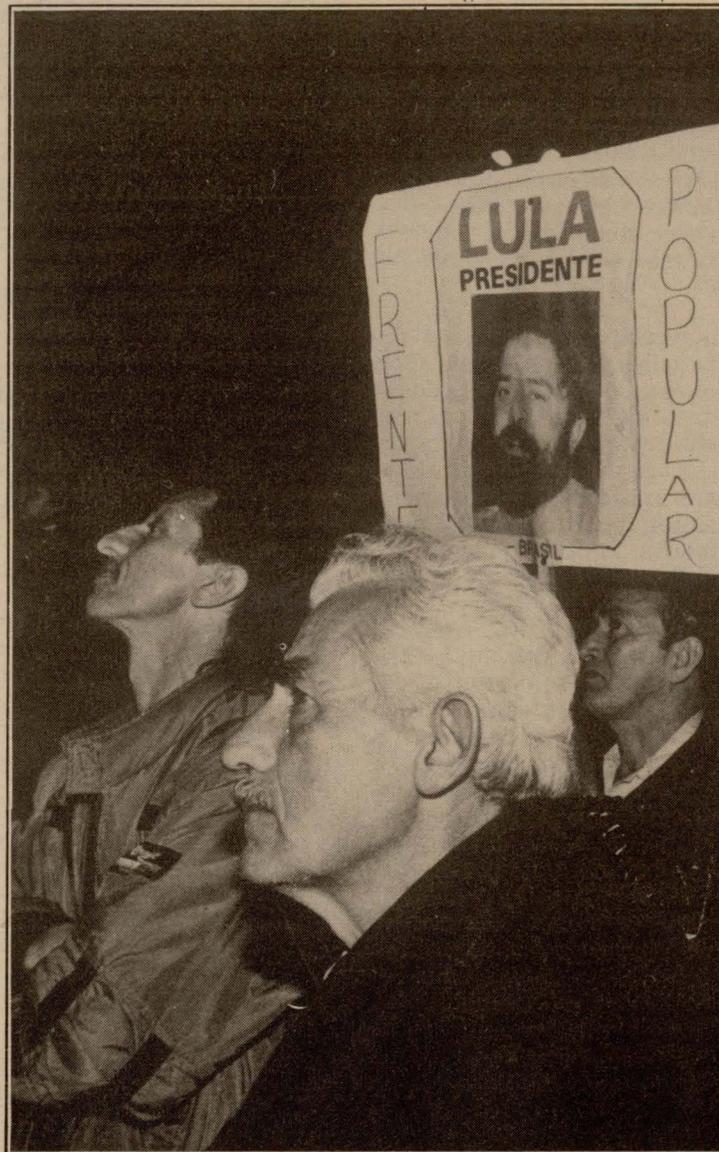
No quadro mundial, o período cinzento que atravessa o movimento operário contemporâneo, originado do surto revisionista da metade da década de 50 que se desenrolou até a fase atual gorbachoviana, produziu uma derrota histórica para o movimento operário e comunista, ainda não foi superado.

As idéias burguesas passaram a predominar no seio do movimento operário, a doutrina socialdemocrata foi ressuscitada e hoje até as categorias e conceitos liberais do século passado, já desmascaradas teórica e politicamente pelos marxistas, são incorporadas como "novas" à teoria revisionista. O lucro, o livre mercado, a livre iniciativa, a democracia formal burguesa tornaram-se valores maiores para o "socialismo" revisionista. Burgueses e revisionistas cantam a boa nova: a "convergência entre capitalismo e socialismo". Satisfeitos, gordos de retórica, os "teóricos" antimarxistas pontificam: "O comunismo morreu", a "ideologia não existe mais neste final de século" (forma matreira de considerar a ideologia burguesa como a única existente e viável).

A encruzilhada política

Essa situação se estende ao nosso país, provocando intensos reflexos no processo político nacional, favorecendo o ecletismo teórico, o oportunismo político e a confusão na prática das massas. No âmbito da realidade brasileira as classes dominantes procuram se beneficiar desse panorama geral, adverso às idéias revolucionárias do pensamento socialista científico. Um fator chave da nossa realidade política junta-se à situação mencionada. O projeto político, econômico e social das classes dominantes brasileiras se esgotou. O projeto capitalista saído de 30 tomou contornos mais nítidos no pós-guerra, desenvolveu-se e avançou na dependência capitalista no meio da década de 50 com Juscelino Kubitschek, foi aprofundado depois do golpe militar de 64 e reeditado e adaptado com a chamada "Nova República", que resultou em clara demonstração de crise.

O Brasil vive uma encruzilhada política. Há duas alternativas: de um lado, as classes



O povo vê com esperança a mensagem avançada da Frente Brasil Popular

dominantes tentam reformular o seu modelo, procurando adaptá-lo à nova realidade, conservando suas bases, como na experiência da "Nova República", aprofundando e agravando ainda mais a situação econômica e social do povo. De outro, há a busca de um novo caminho de base popular, que expresse os reais interesses dos trabalhadores e do povo, da maioria da população e abra espaço à superação dos problemas fundamentais da sociedade brasileira.

As classes dominantes têm procurado eludir esta realidade. Buscam por diferentes meios camuflar seus verdadeiros intentos de classe, da burguesia e dos latifundiários, apresentando-os como de uma pessoa ou grupo. Apressam-se em afirmar que a responsabilidade pelo malogro da Nova República é apenas de Sarney. Assim têm afirmado todos os candidatos das classes dominantes à Presidência da República.

Os dois campos políticos

O problema da orientação, da decisão e da competência do governo, como nos de-

monstra o marxismo, não é uma questão pessoal, mas um problema de classe. Sarney não realizou a reforma agrária, não resolveu as enormes desigualdades na distribuição da renda, não conseguiu eliminar a vasta rede da especulação financeira e a inflação e reprimiu prontamente o movimento dos trabalhadores por seus direitos. Isso aconteceu por simples questão de vontade de Sarney? Não. Foi resultado da poderosa vontade da grande burguesia, de seus sócios estrangeiros e dos latifundiários que dominam efetivamente o poder do Estado, do qual o governo Sarney é expressão e representação política. Portanto, não é apenas o "projeto de Sarney" que se inviabilizou, mas sim o projeto dessas classes poderosas e organizadas que até hoje dominam econômica e politicamente o país.

Collor, Maluf, Ulysses, Afif, Covas, Aureliano ou mesmo Brizola são capazes de enfrentar esses poderosos interesses, se confrontados a eles? Nunca! Defendem e estão comprometidos com os anseios das classes dirigentes. Na verdade, vão procurar "resol-

ver" os grandes problemas nacionais a partir da posição das classes dominantes. Nisto eles formam um só campo, com uma fronteira bem sólida para separar os verdadeiros interesses populares. Quanto ao candidato do PCB, apenas realiza seu papel diversionista, de suma necessidade para a burguesia. Prega o "socialismo" de Gorbachev, aceito pela classe capitalista, e encena a farsa da divisão das forças de esquerda.

Um novo governo — Democrático e Popular

O outro campo, distinto dos interesses das classes dominantes, o campo popular, o campo do povão contra as elites dirigentes, é o dado novo mais importante da realidade política brasileira. Este campo tomou vulto subretudo a partir do resultado favorável das últimas eleições municipais. Hoje, expressa-se em um bloco de esquerda — a Frente Brasil Popular —, constituída pelos partidos comprometidos com a classe operária, os trabalhadores e a maioria do povo. Manifesta um novo projeto político, econômico e social. Este novo projeto busca resolver os graves problemas nacionais, a partir da posição das classes populares, tendo como núcleo a classe operária e sua união com os demais trabalhadores. Para isso tornar-se realidade, esse bloco defende a necessidade da instalação de um novo governo, de caráter democrático e popular, distinto dos governos até então existentes. Trata-se do povo no governo, de governar com base no povo organizado. Nisto está a verdadeira modernidade, porque tal situação nunca existiu em nosso país.

Com zelo, toda a grande imprensa, como todos os instrumentos de propaganda das classes dominantes, procura esconder e confundir estes dois campos políticos, diferentes e antagônicos. Este é um propósito político essencial para eles. Para nós, ao contrário, torna-se uma importante tarefa desmascarar as elites e demarcar nitidamente os dois lados, para a justa compreensão das massas.

No próximo número vamos analisar as características principais do governo democrático e popular da Frente Brasil Popular, suas limitações e perspectivas.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

* Da Comissão Executiva Nacional do PCdoB e da direção nacional da Frente Brasil Popular

As sucessões na história

1930 — Modernização conservadora

Arquivo

José Carlos Ruy *

A sucessão de Washington Luís, em 1930, foi o estopim para a crise final da República Velha. A seqüência dos acontecimentos, de certa forma, repetiu o padrão dos conflitos ocorridos nos anos anteriores pelo controle da Presidência da República. O governador mineiro, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (um "aristocrata de sangue e de instinto", segundo o historiador José Maria Bello), julgava-se o candidato natural do governo, dentro do espírito da política do café-com-leite. Ele tinha, porém, profundas divergências com a política econômica de Washington Luís.

Washington Luís rompeu o pacto Minas-São Paulo e apresentou um candidato paulista, o governador Júlio Prestes, como seu sucessor, sendo apoiado por 17 dos 20 Estados. A retaliação mineira não tardou, e Antonio Carlos apressou-se em apresentar a candidatura alternativa do governador gaúcho, Getúlio Vargas, homem que fora o ministro da Fazenda de Washington Luís e trazia a mística de haver pacificado o seu Estado, obtendo a colaboração — em seu governo — de adversários que durante décadas haviam ensanguentado o Rio Grande do Sul, só depondo as armas quando o Pacto das Pedras Altas, de 1923, levou-os a uma composição, com a proibição da reeleição do governador estadual e, assim, ao fim do domínio de Borges de Medeiros sobre a política estadual.

As oligarquias combinaram uma sucessão tranqüila

Tudo foi feito com muito tato, com muita malícia, como convinha às dissensões interoligárquicas. Num primeiro momento, Antonio Carlos tentou impor a candidatura dissidente a Washington Luís na esperança de que ou ele a aceitaria ou concordaria em negociar um terceiro nome, aceitável para as facções em disputa. Não deu certo, e a disputa teve que sair às ruas. Getúlio Vargas, então, fez seu acerto com o presidente da República — comprometeu-se a não fazer campanha fora de seu Estado e a restabelecer a harmonia entre o Rio Grande do Sul e o governo federal após a eleição.

Nestas condições, articulou-se a Aliança Liberal em torno de Getúlio e Antonio Carlos. Apoiado por três Estados (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba), a Aliança Liberal era um pacto político que defendia basicamente mudanças institucionais — entre outras coisas, pedia a anistia para os

revolucionários de 1922 e 1926 (muitos dos quais exilados); garantias às liberdades individuais e para a autonomia dos Estados; nova lei eleitoral, com a introdução do voto secreto; reorganização do Poder Judiciário; proteção federal ao café e à pecuária; leis sociais assegurando aposentadorias, férias anuais aos trabalhadores, garantia mínima de alimentação etc.

À margem da disputa oligárquica, o BOC-Bloco Operário e Camponês, dirigido pelos comunistas e que unia, numa frente única proletária, socialistas e outras forças progressistas da sociedade, apresentou a candidatura do marmorista Minervino de Oliveira à Presidência da República, considerando que a disputa entre Vargas e Júlio Prestes era apenas um conflito de interesses entre setores da elite, apoiados pelo imperialismo norte-americano (Aliança Liberal) e inglês (Júlio Prestes). Com o tempo, o próprio partido fez a autocrítica do esquerdismo dessa automarginalização da luta política.

Devia dar certo, mas a crise precipitou os acontecimentos

Tudo parecia semelhante às disputas anteriores, até o resultado previsível da eleição. Usada indiscriminadamente pelo governo e pela oposição, a fraude eleitoral e a violência contra os adversários deram vitória ao candidato oficial, Júlio Prestes. Repetindo o passado, a oposição protestou contra o resultado eleitoral mas preparou-se para aceitá-lo. Já no dia 19 de março, três semanas após a eleição, o chefe político gaúcho Borges de Medeiros (cuja liderança era reconhecida pelo próprio Getúlio Vargas) admitiu, em seu nome e no do candidato opositor, a vitória de Júlio Prestes, e disse que o apelo à revolução para reverter esse resultado seria "um crime monstruoso" (citado por John W. F. Dulles no livro "Getúlio Vargas, biografia política").

Tudo parecia acertado. A campanha presidencial de 1930, entretanto, teve uma diferença fundamental em relação às anteriores: ela ocorreu na época em que a crise econômica internacional atingiu seu ponto mais grave, com conseqüências extremamente danosas para o Brasil. "As exportações caíram (diz Nelson Werneck Sodré) bruscamente, de um valor, em 1929, da ordem de 95.000.000 de libras para um valor, em 1930, da ordem de 65.000.000 de libras. As entradas de capitais estrangeiros,



Getúlio Vargas chegando ao Palácio do Catete após a vitória em 1930

em declínio desde 1927, cessaram de todo. As estimativas para o orçamento federal de 1930 falharam; previra-se um saldo ouro de mais de 64.000 contos de réis, e ocorreu déficit ouro superior a 6.000 contos de réis; o déficit papel, que se esperava ser da ordem de 268.000 contos de réis, alcançou quase 746.000 contos de réis; em vez de excedente líquido que deveria atingir mais de 117.000 contos de réis, ou seja, 2.200.000 libras, valor da época, surgiu um déficit líquido superior a 785.000 contos, ou seja, 15.000.000 de libras. A situação era de desastre e suas conseqüências políticas não tardariam ("História da burguesia brasileira"). O café, que em 1929 contribuiu com mais de 70% das exportações, teve seu preço drasticamente diminuído, caindo mais de 40% de outubro de 1929 em diante.

A gravidade da crise econômica combinava-se com as esperanças despertadas pelas lutas tenentistas dos anos anteriores. A política econômica de Washington Luís dividiu os conservadores, fortalecendo dissidências regionais como o Partido Democrático de São Paulo (antiindustrialista e defensor de uma política de valorização do café) e os Libertadores do Rio Grande do Sul. Assim, em torno dos situacionismos gaúcho e mineiro, juntaram-se (de início discretamente) essas dissidências regionais e as antigas oposições estaduais. Foram as forças que fizeram a campanha política da Aliança Liberal. Muito antes da eleição, contudo, os grupos dirigentes da Aliança Liberal conspiravam abertamente para tomar o poder de qualquer modo. "A intensa propaganda eleitoral não era apenas uma máscara com que se procurava cobrir as confabulações secretas e as atividades conspirativas. Visava mesmo exacerbar o ânimo das populações, preparando-lhes o espírito para um movimento

armado" (Leôncio Basbaum, "História sincera da República", vol. 2).

A conspiração reuniu sob o mesmo programa as oposições oligárquicas e os tenentes, e essa foi a receita que permitiu obter, pelas armas, a vitória negada pela fraude eleitoral. Os dirigentes mais destacados da Aliança Liberal tentaram ainda tergiversar, evitando o rompimento armado. Getúlio, por exemplo, voltou a seu lugar na chefia do governo gaúcho; ficara decidido que seria iniciado um movimento armado contra o governo federal, e que a data de seu início seria marcada por Getúlio. Os mineiros comprometeram-se a apoiar esse movimento, mas Getúlio postergava. Todo o ano de 1930 foi consumido, assim, em articulações conspirativas. Tratava-se de um movimento insurrecional da elite e, assim, todos os cuidados eram tomados no esforço de atrair lideranças políticas e chefias militares para a conspiração. O povo, nessa conspiração, só participaria através de manifestações de massa pró-Vargas, ficando à margem da direção política do movimento, até mesmo porque o esquerdismo do líder popular mais destacado da época — o capitão Luiz Carlos Prestes — isolara-o do comando militar da revolução, que foi assumido pelo coronel Gois Monteiro.

A revolução iniciou uma nova etapa da nossa história

Em julho, João Pessoa — o candidato a vice-presidente na companhia de Getúlio — foi assassinado em Recife, um crime que se transformou no estopim para a revolução. Os ânimos se reacenderam, e as pressões sobre Getúlio cresceram e finalmente ele marcou a data para o início da sublevação: 3 de outubro de 1930. Foi uma marcha triunfal. "A ale-

gria com que Vargas era recebido nas estações (ferroviárias) ao longo do caminho (para o Rio de Janeiro) diminuía o passo do deslocamento e mostrava a extraordinária popularidade de que gozava. "Transportados nos braços do povo", os revolucionários faziam uma série de paradas irregulares, todas marcadas por ofertas de flores e lenços vermelhos" (John W. F. Dulles, idem).

No Norte, Juarez Távora, o comandante local da revolução, teve êxito igualmente feliz, de tal forma que, três semanas depois do início do movimento armado, Washington Luís foi deposto por uma junta militar (24 de outubro de 1930) e, no dia 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas foi investido na chefia do governo provisório.

Uma etapa nova na história do país tinha início. Os trabalhadores, mesmo precariamente, tornavam-se personagens políticos que passavam a ser levados em conta, da mesma forma como outras forças urbanas (a classe média de funcionários, intelectuais, profissionais liberais etc). O domínio incontestado da oligarquia cafeeira foi quebrado, e o poder passou a ser exercido através de um pacto entre os diferentes segmentos das classes dominantes. Outro setor que voltou ao primeiro plano da política foram os militares que, agora através dos tenentes que aderiram a Vargas, preparavam-se para impor ao país a tutela das armas. A revolução de 1930 trouxe assim um alargamento do pacto político dirigente do país, mas não trouxe reformas profundas na estrutura social. As bases do poder das oligarquias (o latifúndio) foram mantidas; a economia de exportação passou a conviver com uma crescente produção para o mercado interno, mas não foi eliminada. Seu sentido essencial, segundo Werneck Sodré, foi adaptar o aparelho de Estado "às necessidades da expansão burguesa". Assim, fiel ao dito de Antonio Carlos de Andrada ("Façamos a revolução antes que o povo a faça"), esse movimento deu início à modernização conservadora do Brasil, em que as elites adaptaram as instituições políticas às exigências de novos protagonistas do jogo do poder, acabaram com o exclusivismo da oligarquia cafeeira e do capital mercantil (comercial e bancário) no controle do governo federal e conseguiram a anistia e o perdão sobre a sociedade brasileira.

*Cientista político e colaborador da Classe

A dívida deixa o Brasil sem água

Téia Magalhães *

Num retrato impressionante da crise causada pelo endividamento externo, a região metropolitana mais rica do país passa a enfrentar cortes constantes no abastecimento de água, enquanto uma parcela cada vez maior da população deixa de ter acesso aos serviços de saneamento básico.

O racionamento forçado de água na região metropolitana de São Paulo, a mais rica do país, não é mais uma simples possibilidade. Há pelo menos um ano e meio, ele passou a ser um fato concreto, com o qual parcelas expressivas da população são obrigadas a conviver periodicamente. Outro contingente de habitantes, cada vez mais numeroso, vem sendo simplesmente privado de qualquer serviço de saneamento, ou usufrui do benefício apenas durante algumas horas do dia.

O pior, contudo, é que o drama vivido pela população paulistana é suave, se comparado com o que atinge a imensa maioria dos brasileiros, especialmente os que habitam as regiões menos desenvolvidas. A Comissão de Desenvolvimento Urbano, Transportes e Saneamento da Câmara Federal denunciou recentemente que nos últimos anos houve retrocessos sensíveis nos investimentos e nos serviços de saneamento em todo o país. Como resultado, apenas 80% dos brasileiros dispõem hoje de água encanada, e 30%, de redes de esgoto. Por uma trágica coincidência a degradação dos serviços ocorreu precisamente nos anos 80, que a ONU consagrou como Década Internacional do Saneamento.

Investimentos no setor foram feitos através de empréstimo

Que motivos teriam levado a uma situação tão dramática? Uma análise do problema, que atinge a população de São Paulo, onde há mais dados históricos e estatísticos disponíveis, permite demonstrar com clareza que a falta de água e de esgotos é um resultado perverso do modelo de desenvolvimento baseado na obtenção de empréstimos externos que, esgotado desde o início da década, conduz o país a dificuldades crescentes em todos os setores.

A história começa na década de 70, quando foram criadas as companhias estaduais de saneamento básico, que passaram a encampar responsabilidades até então assumidas pelos governos municipais.



Sistemas de abastecimento como o de Guarapiranga precisam ser construídos incessantemente. A falta de investimentos, porém, para as obras.

país. O esquema através do qual os governos da época acreditavam ser possível desenvolver o setor previa que 50% dos investimentos deveriam vir do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), repassados pelo Banco Nacional da Habitação (depois encampado pela Caixa Econômica Federal). Os outros 50% vinham do Estado, através do Fundo de Água e Esgoto (FAE). Todo recurso era, portanto, financiado o que quer dizer que a cada investimento correspondeu um débito, que tem um custo financeiro. A suposição era que com os investimentos realizados a empresa teria garantida uma receita capaz de pagar a operação, e ainda pagar a sua dívida.

A análise dos balanços da Sabesp, a empresa de saneamento do Estado de S. Paulo, mostra que em 1982 este esquema mergulha numa crise da qual não conseguiu se livrar até hoje. Coincide, portanto, com a quebra do modelo de endividamento implantado no país. Até aquele ano o Brasil costumava ir ao mercado financeiro internacional buscar recursos para fechar seu balanço de pagamentos, a partir de suas necessidades. De 1982 em diante, quando ficou claro que os países devedores não tinham como pagar os serviços de suas dívidas, a equação se inverte: uma alta descomunal dos juros ditada pelo mercado financeiro impôs ajustes às economias dos países endividados, forçando-os a redirecionar suas economias para o pagamento da dívida.

A crise vem com a alta dos juros externos, em 1982

Este ajuste da economia, no caso brasileiro, significou um período de recessão, de 1981 a 83, e uma elevação enorme e prolongada das taxas de inflação,

que teve efeitos desastrosos sobre a Sabesp.

A partir de 1983 os recursos destinados à empresa caem brutalmente. Os desembolsos do governo federal, que tinham sido sempre crescentes, atingem 331 milhões de dólares em 1981; em 82 começaram a diminuir, descendo a 65,8 milhões de dólares em 84; depois recuperaram-se um pouco, sem jamais voltarem, no entanto, ao patamar do início da década. Chegaram a 159 milhões de dólares em 1987, apenas 48% do montante disponível em 81.

De outro lado, as próprias finanças dos Estados se ressentiram muito com a crise, não só porque a recessão derrubou a arrecadação tributária, mas também porque os próprios tesouros estaduais também se endividaram, e o governo federal impôs dificuldades cada vez maiores para a própria rolagem da dívida. O saneamento também pagou por isso. Os recursos do Estado para a Sabesp passaram dos mais de 4% da receita tributária concedidos de 1975 a 78 para algo em torno de 3,5% entre 1979 e 82; e para pouco mais de 1% a partir de 1973.

Ao mesmo tempo que escasseavam os recursos para saneamento, os gastos para pagar as dívidas feitas no passado, com taxas variáveis de juros, elevaram-se brutalmente. Em 1982 os juros consumiram perto de 30% da receita da Sabesp. Já em 1983 o serviço da dívida pula para 45% da receita, permanecendo desde então nesse patamar.

Estrangulada em suas fontes de financiamento e obrigada a dispendir uma parcela cada vez maior de suas receitas com o pagamento das dívidas, a Sabesp sofreu ainda com a contenção tarifária, direta e indiretamente. Parte da política adotada para tentar conter a inflação nesse período, sem

sucesso relevante, era a contenção das tarifas públicas em geral. Se tomarmos o ano de 1982 como base, e considerarmos a tarifa como 100 neste ano, ela cai para pouco mais de 80, a partir de 1983.

Indiretamente, a inflação pesou pelo lado da receita, pois existe uma defasagem de aproximadamente 60 dias entre a entrega de água e o recebimento da tarifa. Como os ajustes adotados para pagar a dívida levaram a inflação a índices cada vez mais altos, o rombo causado à Sabesp aumentou progressivamente.

Em consequência desta longa série de fatores adversos, as despesas de operação caíram significativamente. Elas, que haviam representado 67,2% da receita da Sabesp em 78, desceram para a faixa dos 55% a partir de 1984; e em 86 reduziram-se a apenas 53,5%.

Pior, contudo, foi a queda abrupta do nível dos investimentos. O governo federal zerou literalmente a dotação de verbas para o setor, e os poucos recursos que o Estado continou destinando a ele foram incapazes de impedir sucessivos adiamentos nas obras necessárias a pelo menos manter a qualidade dos serviços prestados à população.

Obras entregues com dois anos de atraso, e ainda incompletas

O crescimento populacional da Região Metropolitana de S. Paulo exige a realização de aproximadamente 1.000 novas ligações domiciliares de água a cada dia. Para assegurar o abastecimento dos novos e dos antigos consumidores seria preciso manter um programa constante de construção de novos "sistemas" de produção de água potável.

Desde meados deste ano, por exemplo, já deveria estar operando o Sistema do Alto

Tietê, localizado a leste do município de São Paulo, e que, quando pronto, deverá aumentar em 30% a capacidade de abastecimento da região metropolitana. Atrasos seguidos em sua instalação, contudo, postergaram sua entrada em serviço para o final de 1990. Mesmo assim, funcionará numa primeira etapa com apenas 1/3 de vazão total prevista.

Em consequência, toda a água potável produzida para a Grande São Paulo, e todo o equipamento de tratamento e distribuição instalada, é empregada no limite de sua capacidade. Não há folgas na estrutura de abastecimento. Como, porém, os gastos com manutenção diminuíram, e há problemas constantes com reservatórios, bombas e tubulações, parte da estrutura encontra-se permanentemente fora de operação, para serviços de reparo. A cada vez que isto acontece um setor da cidade, cuja extensão varia conforme a gravidade do defeito, fica sem água.

Na periferia, cada vez mais casas sem qualquer abastecimento

Como costuma acontecer, a situação atinge de forma mais dramática a população pobre, que mora na periferia. Embora a Sabesp afirme que abastece 92% da população da região metropolitana, com água, e 65% com serviço de esgotos, nos últimos anos este dado passou a representar apenas uma meia-verdade. Ele expressa a proporção de moradias ligadas à rede. No entanto, o funcionamento das instalações no limite de sua capacidade faz com que uma grande quantidade de casas, situadas nas extremidades da rede, receba água apenas durante algumas horas, geralmente à noite. E como boa parte das moradias situadas nas áreas periféricas não dispõe de caixa d'água, o abastecimento noturno equivale na prática à ausência completa de abastecimento.

Há algum tempo a população brasileira vem tomando conhecimento dos graves problemas causados pelo modelo de desenvolvimento baseado na dependência em relação ao capital externo. Devido à redução drástica do nível de investimentos advieram crises em setores fundamentais da economia, como a produção de petróleo, a geração de energia e os sistemas de transportes e comunicações. Pelo que se vê agora a situação é ainda mais crítica. Para pagar a dívida externa, o Brasil se vê na contingência de se transformar num país que passa sede...

* Redatora do jornal "Retrato do Brasil" e colaboradora da "Classe Operária"

Uma obra indispensável para os sindicalistas

Altamiro Borges *

A Editora Anita Garibaldi acaba de publicar uma obra indispensável para todos aqueles que estudam e atuam na frente sindical. Trata-se do livro "Marx e os Sindicatos", de D. Losovski, que apresenta de maneira bastante elucidativa os principais aspectos da concepção marxista de sindicalismo. Tendo como base os textos de Karl Marx e Friedrich Engels sobre o assunto, o escritor russo mostra a importância, o potencial e os limites da ação sindical, além de desmontar, com argumentos sólidos, as posições de direita e de "esquerda" presentes no sindicalismo.

O livro aborda vários pontos que até hoje geram polêmica na frente sindical, como a relação partido-sindicato, os desvios do economicismo, a politização da luta sindical, o papel das greves etc. No nosso entender, é uma das melhores obras sobre o tema, podendo ser encarada como um livro de cabeceira pelos sindicalistas que desenvolvem sua ação tendo em vista contribuir para as transformações revolucionárias da sociedade.

Tarefa do sindicato

Karl Marx acompanhou o processo de nascimento dos sindicatos na Inglaterra e, de imediato, ressaltou a importância dessas entidades de classe na luta pela emancipação do proletariado. Já no Congresso da I Internacional dos Trabalhadores, realizado em Genebra em 1866, foi aprovada uma resolução escrita por ele sobre "O passado, presente e futuro dos sindicatos". Nela Marx deixa claro quais são as tarefas básicas dos sindicatos, que brotaram da própria luta espontânea dos trabalhadores contra o novo sistema de exploração — o capitalismo.

Polemizando com as concepções que entravavam a luta de classes, ele já alertava: "Se os sindicatos são indispensáveis à guerra de guerrilhas cotidiana entre o capital e o trabalho, não o são menos importantes como um meio organizado para a abolição do próprio sistema do trabalho assalariado". Para ele, as jovens organizações sindicais não podiam se limitar a desenvolver apenas a luta por migalhas econômicas.

Conforme é enfatizado no livro de Losovski, o economicismo e a defesa de interesses meramente corporativos não conduzem a classe operária a lugar algum. Essas concepções e práticas reduzem os trabalhadores a mera mercadoria, anulando qualquer perspectiva

de transformações sociais mais profundas. O máximo que conseguem é atenuar a escravidão assalariada, possibilitando maior oxigênio para o próprio sistema capitalista.

Luta pelo poder

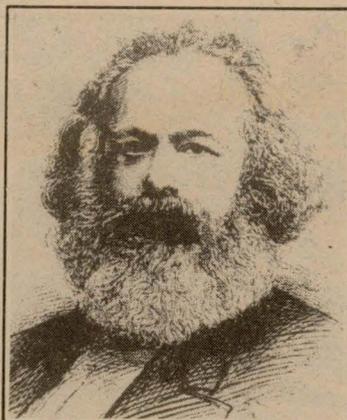
Marx sempre destacou a necessidade de se vincular a luta econômica, por interesses imediatos, à luta maior pela emancipação do proletariado. Nesse sentido, defendeu com energia a politização da luta sindical. Não que menosprezasse o embate por melhorias econômicas ou as vitórias parciais alcançadas nesse processo. Muito pelo contrário. Mas, para ele, era preciso enxergar essas "pequenas escaramuças" como um meio para unir, organizar e elevar o nível de consciência da classe na luta pela supressão total do capitalismo.

Nessa guerra de classes, a questão central é o poder político. Daí a importância dada pelo teórico do socialismo científico ao partido revolucionário da classe operária. O partido é visto como um estágio superior de organização dos trabalhadores, que deve levar suas propostas transformadoras a todos os cantos. Segundo as palavras de Marx, citadas no livro, "em oposição ao poder coletivo das classes exploradoras, o proletariado só pode atuar como classe constituindo-se em partido político ... (o) partido político é indispensável para assegurar a vitória da revolução social e de seu objetivo final, a supressão das classes ... a unificação das forças trabalhadoras, já alcançada pelas lutas econômicas deve servir como alavanca em sua luta contra o poder político dos exploradores".

Partido e sindicato

Ao determinar os limites da luta econômica e a supremacia da luta política, Marx também define de maneira cristalina a relação entre sindicato e partido. A entidade sindical deve representar todos os trabalhadores, independente de suas posições políticas e religiosas. O partido reúne os elementos de vanguarda da classe operária, os que estão conscientes de sua missão histórica emancipadora e dispostos a trabalhar em todos os terrenos para tornar viável esse objetivo.

Em determinados momentos históricos, partido e sindicato podem ter os mesmos objetivos e desenvolver ações que rumam no mesmo sentido. Mas cada um deles tem seus métodos específicos próprios. Marx nunca defendeu que o sindicato deva se transformar num partido político, que deva



Marx: sindicato não é partido

adotar programa e estatutos próprios de partido. Ele sempre sublinhou a importância dos sindicatos como centros organizadores de vastas massas operárias e combateu a tendência de "meter no mesmo saco partido e sindicato".

Nos vários textos de Marx e Engels, transcritos e analisados no livro de Losovski, estes argumentaram com veemência sobre a necessidade dos autênticos revolucionários atuarem com firmeza e sagacidade no interior das organizações sindicais. "O dever dos membros da Internacional não é só ajudar os sindicatos existentes, mas, sobretudo, guiá-los por um caminho justo", afirma uma resolução do Conselho Geral da AIT. Nessa ação é fundamental ter clareza dos principais ensinamentos da concepção marxista de sindicalismo. O livro ora publicado pela Editora Anita Garibaldi contribui decisivamente nesse sentido.

MARX
E OS SINDICATOS
D. Losovsky



O livro "Marx e os Sindicatos" custa apenas NCz\$ 15,00. Adquirir já o seu exemplar. Faça seu pedido à Editora Anita Garibaldi, rua Bororós, 51, 3º andar — CEP 01320, São Paulo-SP, fone (011) 278-3220.

* jornalista, presidente do Centro de Estudos Sindicais, colaborador da Classe

Congresso dos jornalistas repudia Collor de Mello

O repúdio às candidaturas à sucessão presidencial que defendem os interesses das elites e das classes dominantes, em especial a do senhor Fernando Collor de Mello, e o apoio aos candidatos de esquerda, comprometidos com bandeiras populares como a do não-pagamento da dívida externa, a realização de uma reforma agrária antilatifundiária, a democratização do Estado, da sociedade e das comunicações e a subordinação do capital estrangeiro aos interesses nacionais e ao controle do povo.

Esta foi a principal decisão política tomada pelo XXIII Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Recife, entre os dias 17 a 20 de agosto. O repúdio à candidatura Collor, expresso no texto da "Carta de Recife", justifica-se pela sua posição contrária à democratização dos meios de comunicação e pelos compromissos assumidos (em reunião com a ABERT) com os proprietários de empresas de comunicação do país.

A luta pela regulamentação imediata pelo Congresso Nacional do capítulo relativo à comunicação social da nova Constituição foi outra importante decisão do encontro. Nesse sentido, a plenária decidiu lutar pela aprovação dos projetos de lei nº 1905/89, da deputada Cristina Tavares (PSDB-PE), que regulamenta o Conselho de Comunicação Social, e nº 2251/89, da deputada Lídice da Mata (PCdoB-BA), que dispõe sobre a regionalização da programação cultural, artística e jornalística das emissoras de rádio e televisão e pela apresentação de outros três projetos de lei, um deles proibindo o monopólio e oligopólios sobre meios de comunicação. Os projetos serão elaborados pela diretoria da Fenarj, com a assessoria do professor Venício Artur de Lima, da UnB.

Sindicato Único dos Trabalhadores em Comunicação. Decidiu, ainda, atualizar e tornar mais eficaz o código de ética dos jornalistas, bem como lutar pela criação de um código de ética dos meios de comunicação, que regule e fiscalize o respeito das empresas de comunicação ao direito social à informação e à verdade dos fatos.

Na solenidade de abertura do XXIII Congresso, que contou com a presença, entre outros, do governador Miguel Arraes, de Pernambuco, e do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, representando a Frente Brasil Popular, foi empossada a nova diretoria da Fenaj, eleita pelo voto direto dos jornalistas e presidida por Armando Sobral Rollemberg. No encerramento, foi lida a "Carta de Conclusões e Posições Políticas aprovadas no encontro". (Moacyr de Oliveira Filho, colaborador da Classe).



O I Encontro da CSC em São Paulo

Aguinaldo Zordenoni

Lejeune Mato Grosso *

Com a presença de dirigentes de 33 entidades sindicais do Estado de São Paulo e contando com mais de 150 pessoas, foi realizado o I Encontro Estadual da Corrente Sindical Classista de São Paulo.

Apesar de ser dia 13 de agosto, dia dos pais, o comparecimento superou as expectativas da própria coordenação estadual. Muitas entidades justificaram ausência, por estarem em campanhas salariais no interior e algumas delas, da área rural, organizando inclusive ocupações de terras improdutivas.

A questão da CUT

Na discussão sobre a tática sindical da CSC, alguns oradores defenderam o ingresso na CUT, enquanto que outros entendiam que essa decisão somente poderia ser tomada em uma instância superior ao encontro estadual e que não seria correto São Paulo tomar isoladamente essa posição. Ao final, prevaleceu o consenso e a unidade. Entendeu-se que a questão teria que ser amadurecida e remeteu-se essa decisão para o Encontro Nacional da CSC no próximo dia 30 de agosto. Reafirmou-se, porém, o trabalho prioritário e em frente única com a CUT.

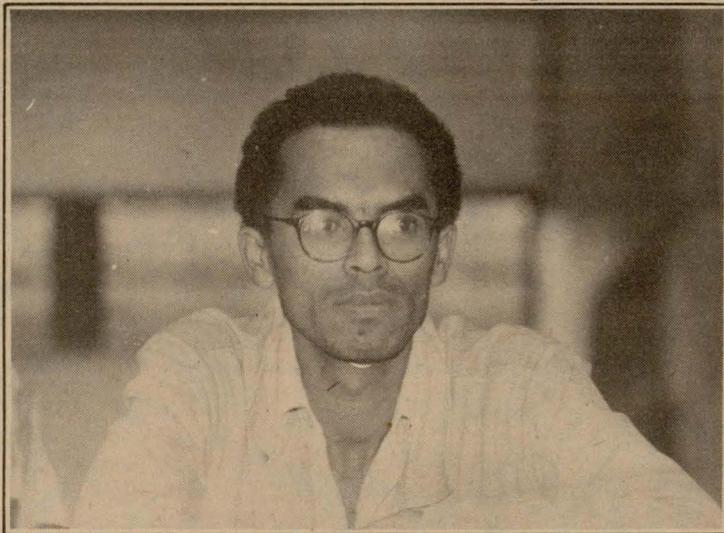
Eletricitários: com medo, Magri lança duas chapas

Apesar do edital de convocação das eleições ainda não ter saído, tudo indica que a disputa pela diretoria do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, com certeza a maior batalha sindical deste ano, ocorrerá por volta de meados de setembro.

A novidade nisso tudo é que a atual diretoria, presidida pelo arqui-pelego Antonio Rogério Magri, deverá montar duas chapas para concorrer às eleições. Magri, percebendo que a chapa de oposição vem ganhando terreno dia a dia, decidiu "incentivar" que um pequeno agrupamento de seus diretores se auto-intulasse de "dissidência" e o estimula hoje a lançar uma chapa própria para para concorrer às eleições.

Essa estratégia do pelego já é conhecida dos trabalhadores. Por isso, a Chapa dos Eletricitários, esta sim de oposição à atual diretoria, já está denunciando o fato da maneira mais ampla possível.

O sindicalismo de "resulta-



Nivaldo Santana foi eleito coordenador geral da corrente no Estado

Sucessão presidencial

A sucessão foi outro tema amplamente debatido. A CSC, apesar de ter uma postura clara de denúncia das elites e da burguesia, tem se pautado pela amplitude de posições, não assumindo nenhuma candidatura. Mesmo em sua coordenação nacional, existem sindicalistas que apóiam candidaturas diferentes no campo da esquerda.

Foi reafirmado, porém, que não se deve ficar neutro. Pelo contrário. Os sindicalistas classistas devem arregaçar as mangas e partir para a campanha presidencial, apoiando

dos" (patronal) está muito desgastado entre os trabalhadores. Com o agravamento das dificuldades para os assalariados em geral, não há mais espaços para a conciliação e a capitulação de classes. E isso os eletricitários de base do sindicato de São Paulo já têm percebido. Os 12 anos de reinado do pelego Magri devem ser interrompidos nas próximas eleições.

A Chapa dos Eletricitários, a verdadeira oposição, democrática, eleita pelas bases, tem angariado prestígio, simpatia e respeito entre os trabalhadores do setor elétrico. Tem inclusive encaminhado as lutas da categoria, esclarecendo, tirando dúvidas, alertando e propondo, neste segundo semestre, a unificação de todas as datase base do setor, para o mês de novembro, a fim de que São Paulo não faça campanha sozinho no mês de janeiro. Isso vai credenciando cada vez mais a oposição rumo à vitória nas eleições sindicais. (LMG).

uma candidatura comprometida com os interesses e com as reivindicações dos trabalhadores, que tenha um passado de luta junto com os assalariados brasileiros. Os sindicalistas classistas, decidiu o encontro, devem denunciar insistentemente todas as candidaturas da burguesia, especialmente a farsa Collor de Mello.

Ao final do encontro, foi eleita uma nova coordenação estadual para dirigir e implantar a CSC em todo o Estado. Ela é composta de sindicalistas, presidentes, diretores e trabalhadores de base de sindicatos e categorias importantes do Estado. Entre eles se encontram Nivaldo Santana (eleito coordenador geral, é

presidente do Sindicato da Sabesp); Vagner Gomes (metroviário, é candidato a presidente do sindicato da categoria, em chapa de unidade com a CUT); Hélio Cândido (candidato a presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto); Augusto Petta (presidente do Sindicato dos Professores de Campinas); Helena Freitas (presidente da Adunicamp); Cláudio Gomes (presidente do Sinpeem); Valmir Ferreira (candidato a presidente do Sindicato dos Aeroviários), além de outras lideranças dos setores químico, saneamento, saúde, rural, condutores e funcionalismo.

* sociólogo, colaborador da Classe

Quércia derrotado no Metrô

Apesar das várias tentativas e manobras por parte da direção do Metrô, mostraram-se infrutíferas as articulações de um reduzido grupo de metroviários que tentou inscrever uma chapa divisionista nas eleições para a renovação da diretoria do sindicato.

Esse pequeno grupo, liderado por uma tal de Zélia, ligada a Goldman e Quércia, simplesmente não conseguiu registrar uma chapa. Para isso, eles teriam que apresentar 52 fichas de qualificações de trabalhadores, mas apresentaram à comissão eleitoral somente 21. Mesmo assim, mostrando complacência, a Comissão Eleitoral concedeu mais cinco

dias para que a documentação fosse completada. Esse prazo encerrou-se no último dia 21 de agosto, às 18 horas, quando a cidadã "encabeçadora" da chapa patronal sequer teve coragem de aparecer no sindicato.

Isso tudo sem falar no fato de que vários metroviários ligaram à entidade desautorizando que seu nome fosse incluído nesta "chapa". A chapa **Unidade Metroviária**, encabeçada por Vagner Gomes, da Coordenação Estadual da Corrente Classista no Estado de São Paulo, é fruto da unidade da categoria, demonstrada em uma convenção que in-

dicou, de forma democrática e proporcional, essa composição, que contempla as correntes de opinião que atuam na categoria, como a CUT, a CSC e outras. Nessa Convenção, de 27 de julho, quase 2 mil metroviários compareceram (de um total de 8 mil associados ao sindicato) e democraticamente definiram a composição da chapa única agora inscrita.

A partir da próxima segunda-feira, 28 de agosto, uma comissão de transição passará a contribuir para a direção do sindicato, até que as eleições oficiais ocorram entre os dias 16 e 19 de outubro. (L.M.G)

CURTAS

Será realizada na Câmara Municipal de São Paulo uma reunião ampliada da Coordenação Nacional da Corrente Sindical Classista. O evento ocorrerá no auditório do 10º andar, durante todo o dia 30 de agosto próximo, quarta-feira. O critério de participação, além dos membros da coordenação nacional da corrente, será por Estado e por região do país. Assim, além de Nivaldo Santana e Augusto César Petta, ambos da nacional, São Paulo enviará mais três representantes com direito a voto na reunião, que tomará importantes decisões sobre a estruturação da corrente nacionalmente e a sua relação com a CUT.

As eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Aeroviários ocorrerão provavelmente no final do mês de outubro. As discussões para a composição de uma chapa ampla estão em curso. A Corrente Sindical Classista chama a atenção para a importância do Congresso dos Aeroviários, que ocorrerá no próximo dia 25 de agosto na própria sede do sindicato e influirá no processo eleitoral. As teses da corrente já estão inscritas na secretaria do congresso e o processo de tirada dos delegados já está ocorrendo nas várias empresas.

Foi inscrita no último dia 14 de agosto uma chapa única que concorrerá às eleições para a renovação da diretoria da Federação dos Urbanitários do Estado de São Paulo. A composição de forças da chapa reflete as correntes que lutam contra o sindicalismo de resultados, com o atual presidente Rubens Fandino, sindicalistas da Corrente Sindical Classista e da CUT. A CSC/SP indicou quatro sindicalistas para compor a chapa única, sendo que um deles na executiva, como vice-presidente. As eleições serão realizadas no final do ano e o compromisso da chapa é promover uma ampla democratização da entidade e que sejam desenvolvidas lutas estaduais unificadas de todos os trabalhadores eletricitários, gasistas e saneamento básico do Estado.

Foi realizado em Salvador, Bahia, dias 5 e 6 de agosto, o I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Educação da Corrente Sindical Classista (CSC), que contou com a participação de mais de 100 assalariados do setor, oriundos de 10 Estados do país. A sucessão presidencial foi intensamente debatida e, embora o encontro não optasse pelo apoio a nenhum candidato em particular, aprovou re-

soluções como o não-pagamento da dívida externa, reforma agrária antilatifundiária e outras que só estão sendo defendidas pelas esquerdas no processo eleitoral. Ficou definida também a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CSC.

Será no próximo dia 29 de agosto a posse da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Uberlândia (MG), composta por sindicalistas vinculados à CSC, à CUT e setores independentes, que recentemente venceram as eleições para a entidade com 436 votos contra 310 dados à chapa situacionista, constituída por pelegos que dirigiram o sindicato durante 15 anos e contavam com o apoio do desmoralizado MR-8.

Dirigentes e ativistas de 25 entidades sindicais promoveram dia 19 o I Encontro Estadual da Corrente Sindical Classista em Pernambuco, que elegeu a coordenação estadual da corrente, com 10 membros efetivos e três suplentes, composta por dirigentes sindicais de importantes categorias, como metalúrgicos, trabalhadores rurais da zona da cana, petroleiros e outras. Participaram 79 trabalhadores com direito a voto.

Setembro passou, com outubro e novembro
 Já tamo em dezembro,
 Meu Deus, que é de nós?
 Assim fala o pobre do seco Nordeste,
 Com medo da peste,
 Da fome feroz.

Os versos da "Triste partida", imortalizados na voz de Luiz Gonzaga, são os mais conhecidos de Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré. Aqui o bravo nordestino fala de sua arte e de sua vida. Uma entrevista sempre interrompida pelos versos do poeta, comentando ou ilustrando algum episódio. Porque para Patativa, poesia e vida se confundem.

Classe: Como você se tornou poeta?

Patativa: Eu sou um poeta nato, posso dizer. Um poeta que nunca quis fazer profissão de minha lira. E tenho muitos artistas, muitos cantores que gravam coisas minhas. "Triste partida", composta por mim, tanto a letra como a música, foi um dos maiores sucessos do Luiz Gonzaga. Raimundo Fagner também gravou música de minha autoria. Eu vivia de agricultura. Agora estou com 80 anos. Mas sempre vivi de agricultura. E o que me ajuda são algumas apresentações que faço, e muitas eu nem pego o cachê. Tenho o livro "Cante lá que eu canto cá", que eu recebo os direitos autorais. Gravei dois LPs na CBS. Isso me deu alguma coisa. E estou também com o livro "Ispinho e fulô". Nele está o poema "O boi e as formigas", que a **Classe Operária** já publicou, e muitos outros poemas, que falam de nossa terra, da nossa gente, do Brasil do caboclo. Isso é o que eu sei, que eu nada estudei.

Classe: Quem influenciou sua poesia?

Patativa: Ninguém. Eu nasci num recanto do Ceará, onde ninguém falava de nada. Sabe o que foi que influenciou minha poesia? Quando eu era garoto pequeno, de 8 a 10 anos, estava em voga a façanha de Antônio Firmino. Os poetas de cordel escreviam muito sobre ele. Quando eu ouvia o cordel, eu sentia aquele prazer de ouvir, então fiquei conhecendo e querendo fazer versos e dizer aquilo que eu quisesse. Comecei a fazer versos com a idade de 10 para 12 anos. E até hoje eu tenho o maior prazer, sou um amante da poesia. Três coisas na minha vida eu prezo e considero as minhas riquezas: a minha família, minha poesia e minha fraternidade, minhas amizades em toda a parte que eu chego. Eu nunca cultivei a poesia como profissão. Eu tenho a poesia como esporte na minha vida. O que eu estudei foi o 1º e o 2º primário. Não tenho nem o primário completo. Mas como sempre fui um cara que sempre pesquisei as letras, fiquei lendo sozinho. Lendo tudo, jornal, revista, até que eu pude obter um vocabulário com o qual eu posso escrever tudo aquilo que eu quero em verso. Agora mesmo, quando fiz 80 anos, recebi o título de "Doutor Honoris Causa", pela Universidade Federal do Ceará. Eu até me encabulei com aquilo... Afinal, sou um autodidata, né?

Classe: A Universidade ia publicar sua poesia completa...

Patativa: Ia, mas eu não quis. Não quis porque do meu primeiro livro, "Inspiração nordestina", os melhores poemas estavam também no "Cante lá que eu canto cá". Esse "Inspiração nordestina" é estudado até na Sorbonne, na França. E eu não me sentiria bem em publicar o "Inspiração nordestina" e

PATATIVA DO ASSARÉ

"Libertos gritarem viva o povo brasileiro"

Entrevista a Carlos Pompe e Aldo Rebelo

o "Cante lá..." juntos. E o meu interesse é divulgar os poemas. Se já foi divulgado, se já está por aí, não precisa fazer a obra completa.

Classe: Você lê muitos poetas?

Patativa: Eu li muitos poetas. Mas não faço poesia porque li poetas. Faço porque tenho veia poética. Ou o cara nasce vivendo a poesia, ou então ele não será nunca poeta. Poderá ser um versejador, com aquela poesia mecânica. Mas ele não fará isso que eu vou dizer aqui, essa poesia chamada "A cobra falou":
 Zé Maria era um rude camponês
 Assinar o seu nome não sabia.
 Mas contudo encerrava polidez
 A moral natural de Zé Maria.

O trabalho foi sempre seu estudo
 Para ele essa lida era um brinquedo
 Era o nome de Deus e seu escudo

E por isso de nada tinha medo.

Mas um dia encontrou grande perigo:
 Medonha cascavel, um monstro imundo.

O camponês até pensou consigo
 que era a fera mais velha deste mundo.

O caboclo sentiu grande surpresa
 Porém dando uma prova de valente
 Erguendo um pau, já tinha por certeza
 Machucar a cabeça da serpente.

Quando a cobra falou, bem comovida:
 "Zé Maria eu lhe peço por piedade
 Eu lhe rogo que poupe a minha vida
 Pela santa e divina majestade.

Meu veneno é fatal, é bem verdade,
 Sei que muitos me chamam de assassina.
 Mas eu tenho uma grande utilidade
 Eu concorro em favor da Medicina.

Que eu sou útil no mundo, não esqueça
 Eu sou filha de Deus, sou sua irmã.
 Se hás de esmagar sem dó minha cabeça,
 é melhor me levar ao Butantã."

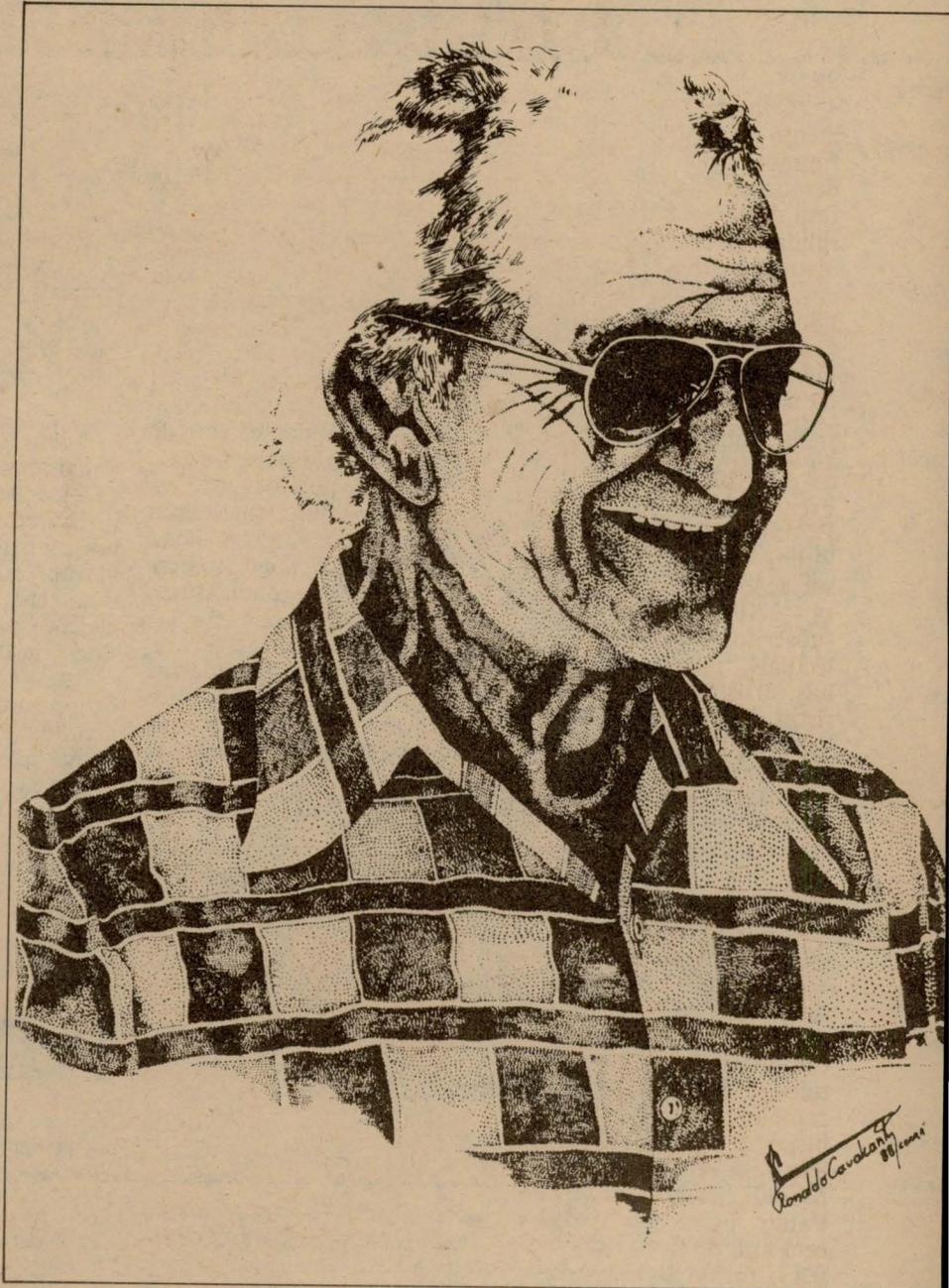
O que eu quero dizer é que esses versejadores não são criadores. A maioria deles não tem criatividade. Eles vêm um caminhão virar, matar dez pessoas, e vai versejar, vai contar aquela história, mas não sabe criar.

Classe: Você escreve ou declama a poesia?

Patativa: A minha poesia está toda aqui na minha cabeça. Agora, se eu tiver condição de publicar, então passarei para o papel. Se for poesia matuta, vou fazer a correção, porque tem um linguajar próprio. Não pode ser na linguagem certa. Mas também tenho poesia em linguagem certa, como esta "Teia de aranha":

A aranha, famosa artista
 e ao mesmo tempo tramista,
 vive da desgraça alheia.
 Tem tudo a todo momento
 pois nunca falta o alimento
 na tela de sua teia.

O besouro incauto voa
 e fica ficando à toa



naquela dura prisão.
 Assim a sabida aranha
 colhe com a sua manha
 a sua alimentação.

O pequeno animalzinho
 segue livre o seu caminho
 sem conhecer o que é uma aranha.
 Quando involuntariamente
 se encontra aquele inocente.
 na falsa rede da aranha.

Parando na tela o inseto
 passa momentos inquietos
 mas não pode se livrar.

Preso naquele tecido,
 sente que está proibido
 seu direito de voar.

Os nossos analfabetos
 São como aqueles insetos
 Com a mesma circunstância

Seus direitos são negados

e vivem subordinados
 na teia da ignorância.

Assim vive o povo rude
 Sem conforto, sem saúde
 sem poder se defender
 Sofre e não acha desvio
 emaranhado nos fios
 das redes do poder.

Classe: Quais são os grandes poetas Brasil?

Patativa: O maior poeta brasileiro Castro Alves. Tanto na espontaneidade como no talento, na criação. Tem um sentimento profundo. Ele foi um momento de poesia que Deus criou aqui Brasil. Morreu tão moço! Se aquele homem vivesse, 40, 50 anos, o que ele teria deixado?! A poesia dele é uma poesia social, defendendo os escravos do aquele tempo. Muito identificado com o povo, Grande é que eu faço. Também a minha poesia é uma poesia do povo. Eu digo:
 Nunca diga nordestino.

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

nos: peiro !”

Que Deus lhe deu um destino
Causador do padecer,
Nunca diga que é o pecado
Que lhe deixa fracassado
Sem condição de viver.

Não guarde no pensamento
Que estamos no sofrimento
É pagando o que devemos,
A Providência Divina
Não nos deu a triste sina
De sofrer o que sofremos.

Deus o autor da criação
Nos dotou com a razão
Bem livre de preconceitos,
Mas os ingratos da terra
Com opressão e com guerra
Negam os nossos direitos.

Não é Deus que nos castiga,
Nem a seca que obriga,
sofrermos dura sentença,
Não somos nordestinados,
Nós somos injustiçados
Tratados com indiferença.

Sofremos em nossa vida
Uma batalha renhida
Do irmão contra o irmão.
Nós fomos injustiçados,
Nordestinos explorados
Mas nordestinados, não.

Há muita gente que chora
Vagando de estrada afora
Sem terra, sem lar, sem pão,
Crianças esfarrapadas,
Famílias escoveitadas
Morrendo de inanição.

Sofre o neto, o filho e o pai,
Para onde o pobre vai
Sempre encontra o mesmo mal,
Esta miséria campeia
Vem da cidade à aldeia,
Do sertão à capital.

Aqueles pobres mendigos
Vão à procura de abrigos
Cheios de necessidade,
Nessa miséria tamanha
Se acabam na terra estranha
Sofrendo fome e saudade.

Mas não o Pai Celeste
Que faz sair do Nordeste
Legiões de retirantes,
Os grandes martírios seus
Não é permissão de Deus,
É culpa dos governantes.

Já sabemos muito bem
De onde nasce e de onde vem
A raiz do grande mal,
Vem da situação crítica
Desigualdade política,
Econômica e social.

Somente a fraternidade
Nos traz a felicidade.
Precisamos dar as mãos,
Para que vaidade e orgulho
Guerra, questão e barulho
Dos irmãos contra os irmãos...

Jesus Cristo, o Salvador,
Pregou a paz e o amor
Na santa doutrina sua,
O direito do banqueiro
É o mesmo do trapeiro
Que apanha os trapos na rua.

Uma vez que o conformismo
Faz crescer o egoísmo
E a injustiça aumentar,
Em favor do bem comum
É dever de cada um
Pelos direitos lutar.

Por isto, vamos lutar,
Nós vamos reivindicar
O direito e a liberdade
Procurando em cada irmão
Justiça, paz, união,
Amor e fraternidade.

Somente o amor é capaz
E dentro de um país faz
Um só povo bem unido,
Um povo que gozará
Porque assim, já não há
Opressor nem oprimido.

Classe: Você já votou para presidente da República?

Patativa: Já, já votei. E vou votar de novo. Vocês vão votar?

Classe: Sim. Nós estamos com a Frente Brasil Popular, com o Lula...

Patativa: Lula? Não conheço pessoalmente. Sei que é operário, vi o movimento na televisão. Tem até um defeito num dedo por causa de um tornio, que cortou. Eu tenho um poema que diz: O que mais dói não é dor de saudade do amor querido que se encontra ausente

nem a lembrança que o coração sente do velho sonho da primeira idade.

Não é também a dura crueldade do falso amigo condenando a gente nem o martírio de uma dor latente quando amolece o nosso corpo o enfarte

O que mais dói e o peito nos oprime e nos revolta mais que o próprio crime não é perder da posição um grau É ver o voto de um país inteiro desde um pracião a um camponês roceiro para eleger um presidente mal.

Classe: O Lula está sofrendo muito preconceito por ser operário...

Patativa: Mas que ignorância é essa! Mas o sujeito que tem capacidade de votar, tem o direito também de ser uma autoridade! Não podem ser contra um projeto porque ele é operário! Será que o Lula não conhece as leis do seu país? Eu acho que todo aquele que conhece o direito de cada um tem capacidade de ser o presidente, de ser o chefe de uma nação. Então um operário não poderá nunca subir? Por quê? E quem é que tem mais experiência da vida do que um operário? O Lula tem experiência, que ele sofreu muito e viu os seus operários, os seus irmãos revoltados contra a injustiça... Eu não sei em quem vou votar ainda, mas dizer que o Lula não tem capacidade deixa a gente indignado, sabe?

Classe: O que você acha que o Brasil tem que fazer pra sair da crise?

Patativa: Em primeiro lugar tem que mudar de regime, que com este regime que está aí ele não sai de crise nenhuma. Porque aqui é o regime do homem pelo homem, do grande contra o pequeno. Eu tenho até uns versos, chamados “Viva o povo brasileiro”, que o Lima Duarte fala sempre no programa dele. E eu digo:

Quando passar a chacina que surge de dia a dia e o tráfico de cocaína e a real democracia seguir os caminhos certos e os Chicós Mendes libertos das balas dos pistoleiros, diremos em nossa terra, orvalho, sertão e serra: viva o povo brasileiro!

Quando o artista que tem fama e ocupa os televisores só apresentar programa de moral, de paz, de amor, quando o cruel mercenário esse monstro sanguinário deixar de ganhar dinheiro pra matar seu semelhante e não houver assaltante: viva o povo brasileiro!

Quando o infeliz agregado se libertar do patrão para morar sossegado no seu pedaço de chão quando uma reforma agrária

que sempre foi necessária para o caboclo roceiro for criada e registrada em nossa pátria adorada: viva o povo brasileiro!

O sonho de nossa gente foi sempre viver feliz trabalhando independente em nosso grande país Quando o momento chegar do nosso Brasil pagar o que deve ao estrangeiro, o maior prazer teremos e libertos gritaremos: viva o povo brasileiro!

Classe: Como surgiu o nome Patativa do Assaré?

Patativa: Bem a patativa é uma avezinha sonora, que canta muito. O escritor José Carvalho de Brito me pediu uma poesia que ele publicou no “Correio do Ceará”, onde ele fez a apreciação dele e escreveu: “Antônio Gonçalves da Silva deverá ser chamado de hoje em diante Patativa, pois a espontaneidade e a beleza da sua poesia se assemelha muito ao canto da nossa patativa do Nordeste.” E o apelido pegou. Daí começou a surgir patativas em outros Estados e o povo — que a voz do povo não erra — começou a me tratar de Patativa do Assaré. Isso foi em 1930.

Classe: Você já foi perseguido por causa das críticas que faz aos opressores?

Patativa: Eu nasci em Serra de Santana e lá me criei. Passei para a cidade do Assaré, que fica a 18 km, com a idade de 70 anos, por causa do estudo dos meus netos. Só fui preso uma vez, na década de 40, porque fiz um poema chamado “Prefeitura sem prefeito” — passei alguns minutos na prisão, mas aquilo me deixou marcado. E na cela eu fiz um poema pra uma patativa que estava na gaiola. Eu disse:

Patativa descontente, nessa gaiola cativa Embora bem diferente, eu também sou patativa. Linda avezinha pequena, temos o mesmo desgosto: sofremos da mesma pena, embora em sentido oposto. Meu sofrer e teu penar tramam a divina lei: tu presas para cantar e eu preso porque cantei!

Aguinaldo Zordenoni



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Eterna doença dos nossos hospitais

Alberto Willian

Antonio Martins

A ameaça de colapso nos hospitais de São Paulo e a morte de mais um operário por omissão de socorro médico põem a nu uma dura realidade. Embora tenham surgido nos últimos anos diferenciações no interior da rede hospitalar brasileira, as mudanças não alteraram a tendência à privatização dos serviços. Por isso, o sistema continua abandonando à própria sorte os trabalhadores doentes.

São Paulo, 25 de julho de 1989. Convocados pela Associação dos Hospitais do Estado de São Paulo e pelo sindicato patronal do setor, 100 proprietários de estabelecimentos de saúde particulares reúnem-se em assembléia para tecer longas críticas ao Inamps e ao SUDS, e para repetir mais uma vez uma ameaça muitas vezes feita mas nunca cumprida. Eles dizem que se não houver mudanças "urgentes" no sistema de pagamento dos serviços prestados à Previdência irão romper os contratos que os obrigam a prestar serviços aos segurados do Inamps.

O movimento reúne apenas um setor da rede hospitalar privada, o que é facilmente compreendido quando se analisa com mais detalhe as queixas dos participantes da assembléia. Eles protestam contra o fato de a Secretaria de Estado da Saúde estar se recusando a pagar notas de prestação de serviço em que foram constatadas fraudes evidentes. Eles representam os hospitais que, por motivos que veremos mais adiante, não conseguiram se "modernizar" ao longo desta década, e que continuam a depender diretamente dos contratos feitos com o Estado. Alguns técnicos da Secretaria de Saúde costumam chamá-los, não sem razão, de "bibocas". Embora tenha hoje reduzido poder de pressão, o setor é expressivo, numericamente. Se concretizadas porventura suas ameaças mais da metade das internações e das consultas ambulatoriais feitas através da Previdência cessaria abruptamente.

Morte por falta de socorro, em um "hospital-modelo"

São Paulo, 16 de agosto de 1989. Ao executar a instalação hidráulica de um edifício em construção nos Jardins, uma das regiões mais opulentas da cidade de São Paulo, o encanador José Pereira dos Santos sofre um acidente de trabalho, ferido pelo elevador.

A menos de 200 metros da obra fica o Hospital São Luiz, também particular, mas que não participa do movimento que protesta contra a Previdência. Ao contrário, o São Luiz é membro de um grupo especial de hospitais privados que há vários anos oferece ser-

viços de qualidade diferenciada, atende apenas clientes particulares ou associados a convênios empresariais, e mantém em relação ao Estado uma dependência mais sutil, menos direta. Por todas estas características, é considerado um "hospital de excelência".

Esta excelência, contudo, não servirá ao encanador José Pereira. Ao dirigirem-se ao São Luiz para solicitar uma ambulância para socorrer o companheiro ferido, os demais operários da obra são informados que precisam, antes, fazer um "depósito" de NCz\$ 364,00 na tesouraria do hospital. Eles não dispõem da importância, e embora protestem a ambulância não sai. José Pereira agoniza na construção, até morrer.

Estado paga mais de 80% dos serviços, e não pode controlar

Mais que ocorrências fortuitas, os dois fatos narrados atrás são símbolos que ajudam a entender, se estudados com atenção, o caráter preciso das mudanças por que passou a rede hospitalar brasileira nos últimos anos. Por uma série de motivos surgiram diferenciações importantes entre os estabelecimentos de saúde.

As mudanças, contudo, não chegaram a arrancar a característica mais importante do sistema - a privatização. Em 1987, 87,7% das internações realizadas no Estado de São Paulo continuavam a ser feitas em estabelecimentos privados, embora custeadas em sua esmagadora maioria (80%) pelos recursos do Inamps. O resultado principal desta contradição, em que o Estado paga pelos serviços mas não dispõe de condições efetivas para fiscalizar sua qualidade é que a grande maioria dos trabalhadores continua relegada ao mais completo desamparo quando enfrenta algum problema de saúde.

Para compreender melhor o problema é preciso recuar um pouco no tempo, e conhecer algo da história do sistema brasileiro de saúde.

O professor Luiz Roberto Barradas Barata, da Assessoria Hospitalar da Secretaria de Saúde de São Paulo, é um profundo estudioso do assunto. Num trabalho publicado em abril do ano passado, em par-



Doentes atendidos no corredor do Hospital Municipal do Jabaquara, em SP. O Estado sustenta particulares, mas não garante seus próprios serviços.

ceria com mais dois pesquisadores, ele demonstra que o Estado brasileiro tem sido historicamente zeloso na prestação de serviços hospitalares à população. Aliás, até a década de 30, quando a prática médica corrente recomendava internações em hospitais apenas em casos extremos, o Estado limitava-se a manter estabelecimentos destinados ao tratamento da lepra, da tuberculose ou dos problemas psiquiátricos. O próprio aprendizado dos estudantes que frequentavam as escolas de medicina era feito nas Santas Casas de Misericórdia, pertencentes à Igreja.

Até 1950, apenas 6 hospitais públicos no Estado de S. Paulo

A partir dos anos 50, entretanto, o advento de técnicas mais eficientes de assepsia aumentou as possibilidades de sucesso das operações cirúrgicas e de outros tipos de tratamento em hospitais, e levou a medicina a recorrer cada vez mais frequentemente a eles. A esta evolução não correspondeu um aumento significativo da preocupação governamental com a saúde. O professor Luiz Roberto Barradas demonstra, por exemplo, que nos anos 50 e 60 o investimento feito pela União para o crescimento da rede hospitalar resumia-se quase exclusivamente à construção de estabelecimentos doados aos Institutos de Aposentadorias e Pensões de algumas categorias profissionais.

A não ser na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, estes hospitais eram em número insuficiente. No Estado de S. Paulo, por exemplo, havia três deles, os atuais hospitais Heliópolis, Ipiranga e Brigadeiro. Somavam-se a eles

os hospitais federais Darci Vargas e Leonor Mendes de Barros e o Hospital das Clínicas e estava composta uma rede de apenas 6 estabelecimentos, todos localizados na capital, mas construídos com dinheiro público que teoricamente deveriam atender a população de todo o Estado. O evidente déficit de instalações hospitalares era suprido pelas Santas Casas e pelas instituições pertencentes a colônias de imigrantes.

Este quadro já melancólico seria significativamente agravado nas décadas de 60 e 70, por vários motivos. A exemplo do que aconteceu em outras áreas sociais, como a educação, os governos militares adotaram na saúde uma política que se baseava na privatização e na mercantilização acelerada dos serviços. E implementaram esta estratégia através da combinação eficiente de dois tipos de medidas.

A partir de 64, a opção por privatizar todo o sistema

Em primeiro lugar, a decisão política de não empregar recursos públicos na construção de hospitais. Insistentes denúncias feitas na época apontavam o desvio de verbas do Inamps, que teoricamente deveriam ter sido empregadas na expansão da rede pública de saúde, para obras "de impacto", como a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói. O descaso foi tanto que ao final da década de 70, lembra o professor Barradas, a rede hospitalar pública de São Paulo continuava a resumir-se aos 6 estabelecimentos que, dois anos antes já se mostravam insuficientes.

O mais impressionante, contudo, é que enquanto faltavam verbas públicas para a cons-

trução de hospitais públicos o Estado oferecia grandes volumes de dinheiro, a juros subsidiados, para que a iniciativa privada montasse uma ampla rede hospitalar. Além disso, as verbas agora não eram concedidas apenas a instituições de caráter religioso, como as Santas Casas. A sofisticação da tecnologia médica, a introdução de tratamentos e exames cada vez mais custosos, como as tomografias computadorizadas e as ressonâncias magnéticas, criaram as bases objetivas para que a prestação de serviços de saúde se transformasse numa atividade empresarial, regida acima de tudo, e cada vez mais, pelo lucro. Encantados pela nova oportunidade que se abria, e beneficiados pelo dinheiro barato que o governo oferecia, centenas de grupos de médicos formaram-se, em todo o país, para criar hospitais privados com finalidade claramente lucrativa.

Durante vários anos esta ampla rede de empresas hospitalares pôde sobreviver inteiramente às custas de recursos públicos. Os mecanismos criados para tanto foram inúmeros. Além de conceder empréstimos a juros subsidiados, o Estado lançou, a partir de 1974, o Plano de Pronto Atendimento (PPA), que permitia que qualquer hospital, mesmo não-conveniado, atendesse os segurados da Previdência e enviasse depois a conta para o então INPS.

Centenas de metros de esparadrapo gastos em um único paciente

Alterar o que a mídia fosse justamente implantar de forma acelerada a privatização, o Estado costumava ser extremamente relapso no controle destas contas, permitindo que

CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

os hospitais privados praticassem incessantes falcaturas, e obtivessem ganhos expressivos. Ficaram famosos mais tarde casos de estabelecimentos que internavam doentes de gripe e alegavam estar tratando portadores de pneumonia; que cobravam do Estado consultas e exames inteiramente fictícios; que em certas notas de serviço alegavam ter gasto centenas de metros de esparadrapo em um único paciente.

É fácil perceber que seria impossível sustentar por muito tempo esta autêntica orgia de gastos. A partir do início da década de 80, quando toda a economia passa por dificuldades cada vez maiores, o sistema previdenciário também enfrentou crises sucessivas. E estas crises foram o primeiro dos fatores que impulsionaram novas modificações no sistema, ao longo da década.

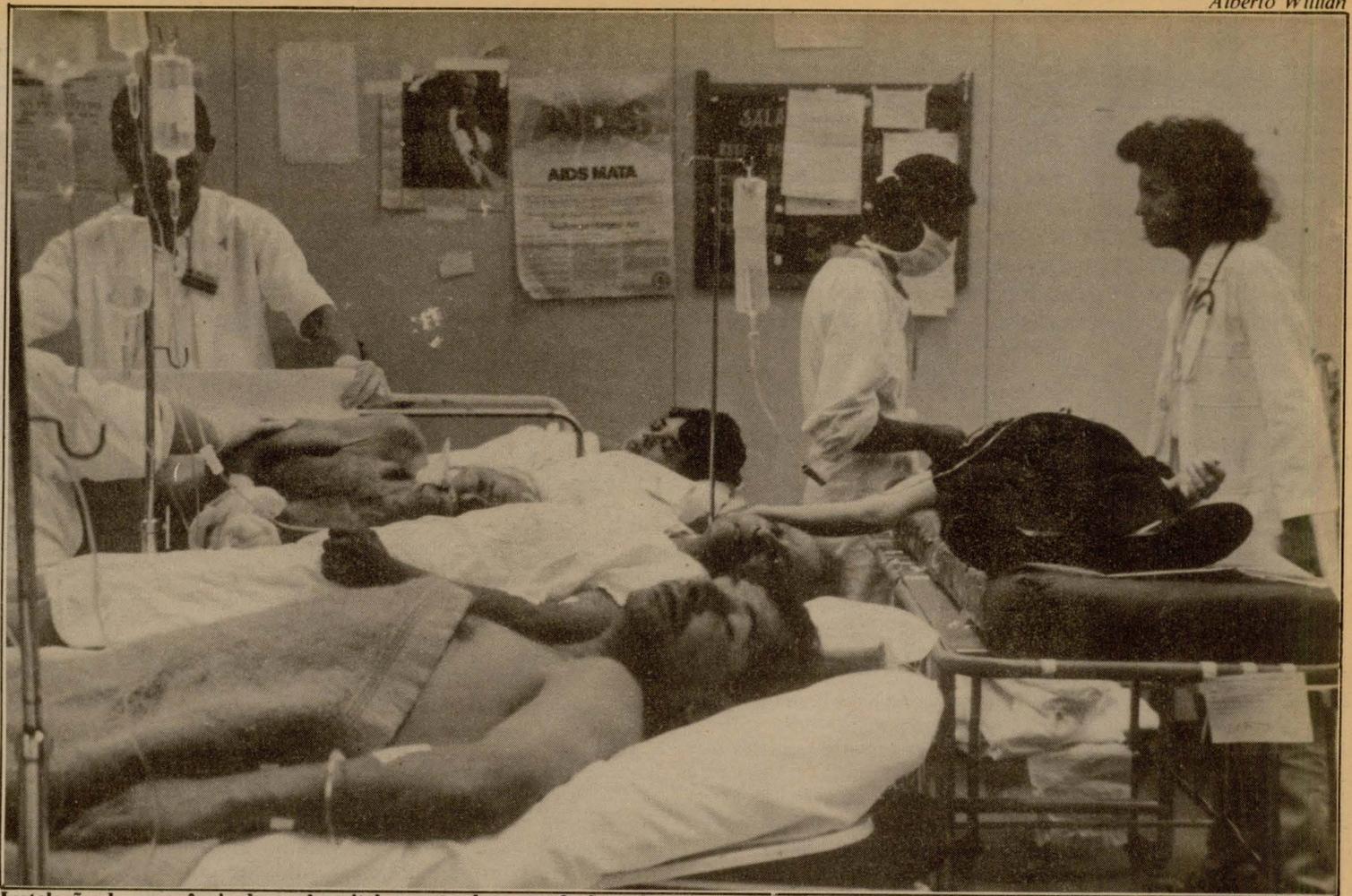
Depois de ajudar rede privada, Previdência vai ao fundo do poço

O professor Luiz Roberto Barradas conta que a partir de 1983, quando o ministro Hélio Beltrão ocupava a pasta da Previdência, começaram a ser adotadas medidas para coibir as irregularidades. A remuneração aos hospitais passou a ser feita através de uma tabela fixa de preço para cada tipo de doença, o que dificultava a alegação de gastos inexistentes.

As tentativas mais importantes para alterar o sistema hospitalar, contudo, viriam a partir de 1985, quando foi realizada a 8ª Conferência Brasileira de Saúde. Precedida de uma ampla preparação nos Estados e contando com a participação de cientistas, líderes sindicais, médicos e sanitaristas de renome, ela adotou como uma de suas conclusões mais importantes a recomendação de que se reformulasse o sistema de gestão do sistema previdenciário, que passaria a ser feita pelos SUDS - Sistema Único e Descentralizado de Saúde - e não mais pelo Inamps.

A diferença não estava apenas na sigla. Em primeiro lugar, o SUDS unificava a administração de todos os órgãos estatais de saúde existentes numa mesma região, possibilitando por exemplo que houvesse uma cooperação mais intensa e uma divisão de responsabilidades mais racional entre um hospital estadual e um federal situados na mesma cidade.

Em segundo lugar, ele descentralizava a fiscalização tanto sobre os estabelecimentos públicos quanto sobre os serviços prestados aos segurados da Previdência por instituições particulares, delegando-a às secretarias estaduais ou municipais de saúde. Esta segunda decisão possibilitou que em algumas regiões do país passasse



Instalação de emergência de um hospital que atende a população pobre: em petição de miséria.

a haver um controle mais rigoroso sobre as notas de despesa apresentada ao Estado pelos hospitais privados. Em todo o Estado de S. Paulo, diz o professor Luiz Barradas, havia até a instituição do SUDS um único escritório do Inamps para fiscalizar as despesas alegadas por todos estes hospitais. Após a implantação do sistema a tarefa passou a ser executada por 63 Escritórios Regionais de Saúde, o que, segundo o professor, desarticulou ao menos momentaneamente esquemas de corrupção há muito estabelecidos.

Proposta de estatizar, deturpada, virou mera "descentralização"

A 8ª Conferência de Saúde, no entanto, não havia proposto descentralizar a estrutura fiscalizadora como uma medida isolada. O doutor Walter Sorrentino, médico sanitarista da Secretaria de Saúde de São Paulo, é enfático ao afirmar que ela era entendida como algo complementar à conclusão básica a que chegou a maioria nítida dos participantes da Conferência: a necessidade de estatizar os serviços básicos de saúde do país. Walter Sorrentino também denuncia que desde o início houve por parte das forças conservadoras um forte movimento para descaracterizar a proposta mais importante, de estatização e limitar as mudanças a uma descentralização.

Foi justamente o sucesso desta manobra que permitiu que a medicina empresarial sobrevivesse, reciclada, e que frustrou o objetivo de garantir assistência hospitalar de boa

qualidade ao conjunto da população brasileira.

Seguros de saúde são indiretamente pagos com recursos públicos

A partir de meados desta década, uma parte importante dos proprietários de hospitais privados já havia percebido que seria cada vez mais difícil e menos vantajoso continuar sob dependência direta do Inamps. Como se viu, o órgão enfrentava crises constantes, e além disso o repasse direto de verbas públicas, constantemente envolto em fraudes e irregularidades, era um mecanismo contra o qual se punham setores expressivos da população.

A saída encontrada por estes hospitais foi selecionar gradativamente sua própria clientela. Pouco a pouco, eles foram diminuindo o atendimento prestado ao Inamps, e voltaram-se para um público formado basicamente pelos usuários de seguros de saúde particulares.

O desenvolvimento desta nova modalidade de serviço de saúde, aliás, é uma das características mais marcantes do sistema de saúde brasileiro nos anos 80. A partir do início da década, um número relevante de grandes empresas passou a custear as despesas de assistência médica de seus funcionários, desde que feitas em uma rede médico-hospitalar previamente credenciada. É uma forma de salário indireto, que traz para o empresário a vantagem de ser livre de qualquer imposto. Com o tempo, proliferaram também seguros de saúde a que se adere individualmente, prestados por em-

presas como "Golden Cross", "Amil", "Bradesco Saúde" e outras.

Os defensores da privatização geral do Estado brasileiro gostam de afirmar que o sucesso destas empresas, que contrasta com a decadência do Inamps, é uma prova a mais de que a iniciativa privada é sempre mais organizada, eficiente e capaz que o poder estatal. Basta uma informação para jogar por terra este argumento.

Isto porque os seguros de saúde não são tão independentes do Estado como parece à primeira vista. Muito pelo contrário. Eles certamente só puderam experimentar o crescimento vivido nos últimos anos porque são direta e indiretamente favorecidos com recursos públicos. Além de estarem isentos de uma série de impostos, beneficiam-se de dispositivos que permitem aos cidadãos e às empresas que a eles se associam abater integralmente as prestações do Imposto de Renda.

Para grande maioria, resta ir a "bibocas", ou morrer na porta

Se enxergadas as coisas em sua essência fica fácil, portanto, entender a estrutura perversa que assumiu o sistema hospitalar em nosso país, após uma mudança que ficou nas aparências.

Uma parte dos hospitais particulares adquiriu condições melhores de funcionamento, mas fechou ao mesmo tempo suas portas para a grande maioria dos trabalhadores. Sustenta-se através dos seguros de saúde que, segundo o

economista Pedro Jorge de Oliveira, estudioso de políticas de saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atende hoje 15 milhões de brasileiros, cerca de 10% da população. Embora estes estabelecimentos sejam indiretamente financiados por recursos públicos, como se viu há pouco, neles não há vagas para gente como o encanador José Pereira, morto por falta de socorro a poucos metros do Hospital São Luiz.

Sem verbas, rede do Estado define um pouco a cada dia

Aos homens e mulheres como José Pereira, que compõem a maioria esmagadora do povo, resta contentarem-se com as "bibocas" particulares, que são pagas igualmente com as verbas estatais, que não se recusam em geral a receber pacientes, mas que oferecem aos que nelas se internam condições de tratamento que só se pode classificar de sub-humane.

Já o Estado, que sustenta hospitais privados de primeira e de segunda categoria, vê sua própria rede de saúde cada vez mais depauperada. As instalações estão invariavelmente sobrecarregadas, os salários são irrisórios e a qualidade do atendimento piora a cada dia. As vésperas da eleição presidencial, fica fácil entender porque é preciso denunciar incessantemente a crise do setor, e lutar por seu desenvolvimento a fim de implantar gradativamente um sistema de saúde de fato único e estatizado, de boa qualidade e que assegure a todos acesso igualitário e gratuito.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Nova etapa na vida da UBES

Às vésperas do 28º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, o presidente da entidade explica como ela pode agir para vencer o corporativismo das lutas nas escolas, envolver os estudantes no debate da sucessão presidencial e abordar temas que mobilizam a juventude, como a ecologia.

Mobilizar amplamente a juventude secundarista para sucessão presidencial, transformando cada escola num centro de debates em que se analisem em profundidade as distintas propostas para o futuro do país. Combater o economicismo que ainda marca os movimentos reivindicatórios tanto de estudantes quanto de professores, e preparar os grêmios estudantis para intervir ativamente, durante o ano de 1990, na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Demonstrar às lideranças do movimento secundarista que é preciso abordar com mais ênfase questões hoje amplamente debatidas pela juventude, como a ecologia. E finalmente dar novos passos para isolar e derrotar definitivamente a tentativa de divisão do movimento, na qual se empenham há dois anos o MR-8 e as forças direitistas que o sustentam.

É este o elenco de objetivos que o estudante Manuel Rangel, terceiro-anista do Liceu de Goiânia, militante da União da Juventude Socialista (UJS), e presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), espera ver atendidos com a realização, nos próximos dias 7 a 10 de setembro, do 28º congresso da entidade, na cidade de Santo André, ABC paulista. No último dia 17, Manuel, que desenvolve um autêntico périplo pelo país, visitando dezenas de escolas e defendendo o que ele chama de "início de uma nova fase" para o movimento secundarista, atendeu convite da **Classe Operária** e expôs em detalhes sua opinião sobre os passos que a luta dos estudantes de segundo grau precisa dar para superar os problemas com que se defronta.

Manuel tem destacado em todos os debates de que participa a necessidade de elevar o grau de politização existente nas escolas. Ele lembra que nos últimos anos os secundaristas têm se envolvido em sucessivas campanhas reivindicatórias. Nas últimas semanas, por exemplo, milhares de estudantes cariocas têm saído às ruas, em manifestações de grande repercussão, para protestar contra os aumentos abusivos de mensalidades, praticados pelas escolas sob as vistas grossas do Ministério da Educação.

E no entanto, reconhece Manuel, as lideranças do movimento secundarista têm encontrado notável dificuldade

para dar a estas mobilizações caráter mais político. Limitadas ao terreno econômico, as lutas são explosivas mas têm fôlego curto. E depois de encerradas não conduzem ao aumento de grau de consciência dos que delas participaram, nem à consolidação das entidades que as dirigiram.

O presidente da UBES acredita que o clima de debate gerado pela disputa eleitoral deste ano cria condições favoráveis para superar a despolitização. Mas adverte também que esta oportunidade só será aproveitada através de ações ousadas, e ao mesmo tempo amplas, das entidades secundaristas.

Fiel à sua condição de entidade unitária do movimento secundarista, a UBES não deve apoiar qualquer candidato à Presidência, na opinião de seu presidente. Isto não significa, contudo, que ficará alheia a um debate decisivo para o futuro do país. Manuel Rangel adiantou que proporá que o movimento secundarista deflagre um amplo processo de debates e de esclarecimento a respeito do significado dos vários projetos apresentados pelos candidatos.

Este movimento começa já durante os trabalhos do 28º Congresso da UBES. No dia 8 a entidade pretende reunir em debate todos os candidatos a vice-presidente, que falarão sobre suas propostas para o país e a educação.

Mas não é só. A bancada da UJS proporá ainda que o movimento secundarista firme, no congresso, um compromisso claro com propostas como a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária anti latifundiária, a defesa da Amazônia, o fim do militarismo e o ensino público e gratuito; que apresente esta plataforma mínima a todos os candidatos; e que inicie em seguida um processo de discussão em todas as escolas, apresentando a saída para a crise que interessa ao povo e aos estudantes e esclarecendo o posicionamento de cada presidente em relação a esta saída.

Manuel Rangel destaca também a importância de vencer o corporativismo e introduzir na prática do movimento secundarista o debate dos rumos gerais da educação no país. "A conjuntura é propícia para isto", diz o presidente da UBES. "No último semestre as escolas foram sacudidas, em pelo menos 20 Estados, por greves de professores que



Secundaristas cariocas contra aumentos, no início do mês. Manuel destaca a mobilização, mas adverte: "É preciso lutar também por uma nova escola."

na maioria dos casos prolongaram-se por mais de um mês". Entretanto, lembra ele, "o movimento restringiu-se, em quase toda parte, à reivindicação salarial, como se bastasse melhorar a remuneração dos professores e funcionários para conquistar um ensino de boa qualidade".

Para 1990 está prevista a votação, pelo Congresso Nacional, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, um documento legal que complementa a Constituição e deverá fixar os parâmetros gerais para o ensino de todos os graus no país. Manuel Rangel quer a participação ativa dos secundaristas em todas as fases de sua elaboração, e afirma que este movimento deve ter início já no congresso da UBES. "Precisamos aprovar, e começar a discutir em todas as salas de aula, uma plataforma de medidas capaz de inverter o modelo de ensino que foi imposto ao país nas últimas décadas, privatizou em grande medida a educação, levou à queda dramática da qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas", diz ele.

Se depender de Manuel e da UJS a plataforma a ser defendida pela UBES estabelecerá prioridade clara para a rede pública de ensino. "A Constituição abriu a possibilidade de o Estado conceder verbas públicas para as escolas particulares", lembra o presidente da UBES, "contrariando frontalmente as teses defendidas pelas forças progressistas". Para anular na prática esta medida, diz ele, "procuraremos aprovar no Congresso dispositivos afirmando que o dinheiro do povo só poderá ser usado para financiar a rede privada depois de ter sido assegurado ensino de boa qualidade para toda a população em idade escolar", diz Manuel Rangel.

Além disso, ele propõe que

os estudantes preparem-se também para discutir a reformulação dos currículos e programas de ensino do segundo grau. "Nossa posição é favorável à adoção da politécnica, um sistema que complementa o ensino das disciplinas tradicionais com matérias de conteúdo científico-filosófico, e com a preparação dos estudantes para o exercício de uma profissão", diz Manuel. Finalmente, ele pretende que a UBES inclua em sua plataforma de reivindicações educacionais a democratização do Conselho Federal e dos Conselhos Estaduais de educação e as eleições diretas para diretor de escola.

O congresso de Santo André poderá também marcar um direcionamento maior dos grêmios estudantis para temas que empolgam a juventude, mas que até o momento vêm sendo tratados de forma marginal pelas entidades que a representam. Entre estes, estão a ecologia, a cultura e o esporte. "Durante os últimos anos, temos sido pouco sensíveis a estes assuntos", reconhece Manuel. E explica: "Como os próprios líderes do movimento secundarista não compreendem teoricamente estas questões, têm sido levados a desprezá-las. Recentemente começamos a perceber que nós é que precisamos nos debruçar no estudo destes temas, se quisermos continuar a exercer influência política e ideológica sobre os estudantes".

Iniciando uma autocrítica prática em relação a este problema, a UBES tratará com destaque no congresso de Santo André da defesa da floresta amazônica e da luta contra a internacionalização da região. Além disso, está prevista a realização de um ato a favor da preservação ecológica da Represa Billings, que abastece de

água parte significativa da Grande São Paulo e que vem atingindo nos últimos anos níveis cada vez mais dramáticos de poluição.

Como ponto de debate suplementar, o congresso da UBES está chamado a discutir as formas de lutar contra a divisão do movimento secundarista, em que se empenha há dois anos o agrupamento conhecido como MR-8. Com amparo financeiro de órgãos dos governos de S. Paulo, Minas e do Distrito Federal, e dos Ministérios da Saúde, da Educação e da antiga Secretaria de Ação Comunitária, dirigida pelo corrupto Aníbal Teixeira, este grupo procura criar, desde maio de 87, entidades paralelas à UBES e às associações estaduais e municipais dos secundaristas. Há alguns meses estas entidades montadas artificialmente destacaram-se por fazer campanha aberta em favor da candidatura presidencial do governador de São Paulo, Orestes Quêrcia. Bastante desgastadas, contam hoje com reduzidíssimo apoio nas bases estudantis.

Para ampliar ainda mais seu isolamento, Manuel Rangel propõe a eleição em Santo André de uma diretoria proporcional para a UBES, formada por todas as correntes interessadas em reforçar a unidade do movimento secundarista. "O congresso de Santo André pode ser um marco histórico na vida recente da UBES", diz seu presidente. "Se conseguirmos tomar as decisões políticas para elevar o patamar de nossas lutas, e se elegermos uma diretoria ampla poderemos dar passos decisivos para avançarmos rapidamente a desempenhar papel de destaque nas mobilizações por um Brasil progressista", garante ele. (A.M.)

Um fato novo no movimento negro

A direção nacional do PCdo B promoveu nos últimos dias 19 e 20 um evento tão importante quanto inédito — o primeiro ativo nacional de lideranças comunistas no movimento negro, com a presença de representantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Goiás, Espírito Santo e Amazonas. Os trabalhos foram coordenados pelo ex-deputado e membro do Diretório Regional do PCdoB em São Paulo, Benedito Cintra, e acompanhados pelo secretário de organização do Comitê Central, Dynéas Aguiar.

O fato de ter sido a primeira vez que se reúne um ativo dessa natureza, por si só já demonstra a importância de que ele se revestiu para a intervenção organizada do PCdoB no movimento negro. Importância que cresce ainda mais se se tem em conta a vasta e rica pauta discutida durante os dois dias.

O principal objetivo do encontro que na opinião de Antonio do Carmo, presidente da Unegro — União de Negros pela Igualdade, da Bahia, foi

atingido, era fornecer à direção nacional do Partido elementos de análise para firmar uma concepção sobre a discriminação racial e o modo de os comunistas abordarem a luta contra ela.

Raça e classe

O ativo concluiu sobre a necessidade de focar a luta contra a discriminação racial sob o prisma da relação dialética entre as questões de classe e de raça. Ao tempo em que se aborda a discriminação racial nas suas manifestações específicas nos locais de trabalho em geral, nas relações sociais, nos meios de propaganda etc., desenvolvendo a luta em um movimento próprio, é necessário compreender a relação desse movimento com a batalha de todo o povo brasileiro por uma sociedade livre, socialista e igualitária.

Uma das discussões que mais despertou o interesse dos participantes do ativo foi sobre as formas de organização. A indicação, que será examinada pela direção nacional do Partido, é iniciar um processo



Flavinho, do PT, segundo à esquerda, reúne-se com os comunistas

de construção de uma forma organizativa própria, como meio de os comunistas atuarem no movimento negro. Firmou-se o entendimento de que a realidade está a exigir a criação, onde for possível, de entidades com caráter amplo, de massas e abertas a participação de diversas correntes políticas que tenham como ponto

de unidade a intervenção no movimento negro baseada na ótica de luta anti-racista e luta de classes, o que se convencionou chamar de **raça e classe**. As lideranças comunistas do movimento negro examinaram a experiência em curso na Bahia, onde há mais de um ano existe uma entidade com essas características — a Unegro —

e consideraram que de imediato uma experiência desse tipo pode se desenvolver em Estados como o Rio de Janeiro e São Paulo. Mas é preciso considerar o potencial para o desenvolvimento do movimento negro em Estados como Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e outros, onde a população negra é numerosa.

Perestroika desmascarada nos debates

A última edição da revista **Princípios**, nº 17, dedicada ex-

clusivamente à análise da **perestroika**, sob o ponto de vista

do marxismo-leninismo, vem fazendo sucesso. A boa repercussão junto ao público leitor tornou necessária uma segunda impressão e a elevação da tiragem para 9.100 exemplares. Em vários Estados foram organizados lançamentos da revista, acompanhados de calorosos debates sobre a política econômica de Gorbachev e o revisionismo soviético.

O auditório da Celpe em Recife ficou superlotado, com mais de 400 pessoas dia 9 de agosto, durante a exposição sobre o tema feito pelo editor da **Princípios**, José Reinaldo de Carvalho, seguida de debate com a participação do presidente do Sindicato dos Jornalistas, Fernando Veloso, e o dirigente regional do PT, Humberto Costa, coordenado pelo presidente do PCdoB em Pernambuco, Luciano Siqueira.

José Reinaldo Carvalho, também participou de lançamentos da revista e debates sobre **perestroika** nos dias 10 e 11 em João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, com a presença de mais de 100 pessoas em cada uma das cidades. No dia 12, ele participou de um debate em Maceió, que reuniu cerca de 60 pessoas.

No Rio Grande do Sul, a revista foi lançada na cidade de Caxias do Sul, dia 14, na livraria do "Maneco", com a presença do jornalista Umberto Martins, também editor da

Princípios. Um debate realizado à noite no Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade reuniu mais de 100 pessoas, em sua maioria operários. No dia 15, a publicação foi lançada na cidade de Pelotas, onde a discussão sobre o revisionismo, realizada na Câmara dos Vereadores, contou com mais de 50 participantes; no Rio Grande, dia 16, a palestra sobre **perestroika**, organizada na universidade, chegou a reunir mais de 100 pessoas; em Porto Alegre, dia 17, cerca de 70 pessoas participaram do debate na Sociedade de Economia; em Santa Maria, dia 18, mais de 100 pessoas discutiram com o jornalista Umberto Martins sobre os rumos da União Soviética na atualidade.

Em Goiás, foi Rogério Lustosa, membro do Conselho Editorial da revista, quem participou de debates na Universidade Federal do Estado e na Faculdade Anhanguera, dias 17 e 18, sobre a **perestroika**, durante o lançamento da revista, que reuniu, em cada um desses locais, mais de 100 pessoas.

Os leitores interessados em adquirir um exemplar da revista, que aborda o retrocesso ao capitalismo na URSS, de Krushev a Gorbachev, em dez diferentes artigos, podem fazer pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda., rua Bororós, 51, 3º andar, São Paulo — SP — CEP 01320, telefone 278-3220.

Movimento unitário

O ativo discutiu ainda sobre a necessidade de participar nos grandes eventos que o movimento negro está organizando, principalmente o IX Encontro de Negros do Norte e Nordeste, a se realizar de 7 a 10 de setembro em Salvador, e o encontro da região Sul-Sudeste, que terá lugar em São Paulo de 7 a 9 de outubro. De grande importância será também o Congresso Nacional do Movimento Negro no próximo ano.

Por fim, o ativo dos comunistas negros discutiu a situação política do país e a sucessão presidencial. Depois do ativo realizou-se na sede nacional do PCdoB uma reunião com o coordenador da subsecretaria nacional de negros do Partido dos Trabalhadores, Flavinho. No mesmo clima de unidade que tem caracterizado as relações entre os partidos da Frente Brasil Popular na batalha sucessória, a discussão apontou para a intervenção organizada e unificada dos negros da Frente Brasil Popular no IX Encontro de Negros, do Norte e Nordeste e para a preparação de um grande ato político em São Paulo, dia 17 de setembro, com a presença do candidato a presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Na ocasião será lançado a comissão nacional de negros da Frente Brasil Popular e apreendido um documento contendo as principais reivindicações do movimento negro ao futuro presidente da República.

Princípios

Revista teórica, política e de informação

Junho/89 Nº 17 - Nº 75 \$ 5,00

O SOCIALISMO TRAÍDO:

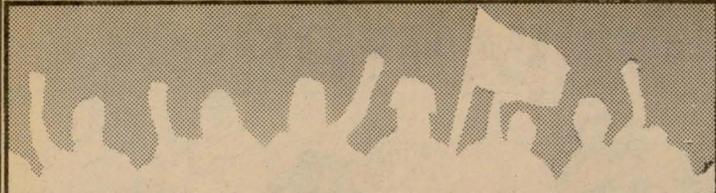
PERÉSTROIKA

REIMPRESSÃO

A volta ao capitalismo, de Krushev a Gorbachev, em dez artigos, de diferentes autores, sobre: os efeitos do revisionismo contemporâneo no movimento revolucionário, o caráter de classe da perestroika, resultados da política soviética no campo econômico, institucional e cultural, a raiz dos conflitos entre as nacionalidades e outros aspectos da realidade atual da URSS.

Inédito no Brasil: o artigo que abalou a perestroika. A crítica da professora universitária soviética Nina Andreieva à política de Gorbachev, veiculada originalmente no jornal "Sovetskaja Rossia".





CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Idéias antagônicas sobre a democracia

Rogério Lustosa *

“Quem quiser chegar ao socialismo por outro caminho que não seja o da democracia política, chegará inevitavelmente a conclusões absurdas e reacionárias.” Os oportunistas tratam de distorcer esta afirmação de Lênin para justificar uma política de colaboração de classes. Em vez de “caminho” para alcançar o socialismo, tentam fazer da democracia burguesa um fim em si mesmo.

Não acomodar

Na campanha eleitoral isto fica evidente. Para que a campanha? E como utilizar os espaços conquistados pelo movimento popular? Alguns defendem que é hora de aproveitar a liberdade alcançada para fragmentar o povo em grupelhos que disputem entre si a preferência do eleitorado. A diversidade de opções é apresentada como o bem maior. Cada um por si. E que vença o melhor!

Como vencer o melhor se a máquina de dominação burguesa favorece abertamente os candidatos das elites? Como falar em competição honesta se o poder econômico trabalha acintosamente pelos ricos?

A democracia burguesa é uma enorme conquista em relação à ditadura militar que oprimiu nosso povo durante 21 anos. Mas é falso contentar-se com ela e convidar os trabalhadores a participarem das regras do jogo como se estivessem em pé de igualdade com a burguesia.

Direito de lutar

Lênin, na mesma obra em que fala da necessidade da democracia política — no livro Duas Táticas da Social Democracia — mostra que os trabalhadores devem “dirigir contra a própria burguesia a arma de a revolução burguesa lhes fornecer, a liberdade que esta lhes der”.

O grande chefe bolchevique demonstra que a liberdade permite desenvolver a atividade independente, a iniciativa e a energia revolucionárias dos camponeses e operários. Que “sem a consciência e a organização das massas, sem a sua preparação e a sua educação por meio da luta de classes aberta contra a burguesia, não se pode sequer falar em revolução socialista”.

Quer dizer liberdade para a luta. Não liberdade para legitimar a dominação burguesa. Liberdade para esclarecer o povo e desmascarar o sistema capitalista de opressão e não para satisfazer-se com o simples “direito” de competir numa eleição de cartas marcadas, feita para perpetuar as oligarquias no governo.

Democracia para o povo dizer o que pensa dos seus inimigos de classe. Para que o Partido do Proletariado, condenado a 60 anos de clandestinidade nos seus 67 anos de existência, propague a idéia do socialismo e trabalhe pela ampla unidade das massas oprimidas.

Somar forças

Movido por esta concepção leninista é que o PCdoB, diante da luta sucessória, defendeu a formação de uma frente única das esquerdas para derrotar as elites dirigentes. Em vez de convidar as organizações ligadas ao povo a duelarem entre si, os comunistas pregam a unidade popular. Com esta tática, são coerentes com a política de alianças que sempre apreçoaram, de somar forças para fazer valer os interesses maiores dos trabalhadores.

A eleição para presidente coloca assim em pauta não apenas a luta política contra as classes dominantes. Mas revela também a acirrada disputa ideológica entre as concepções do marxismo-leninismo e da revolução contra os apelos enganosos do revisionismo e do reformismo.

*Da direção nacional do PCdoB

O Partido faz campanha todo dia

Dynéas Aguiar *

Avança a campanha eleitoral, tornando-se cada vez mais aguda a luta pela conquista do voto dos milhões de eleitores em todo o território nacional.

As classes dominantes, os candidatos e os partidos da burguesia procuram manter a campanha isolada da grande massa. Veiculam reiteradamente a idéia de que esta campanha será decidida no horário gratuito de TV e todos os candidatos afirmam que a partir daí sua vitória estará garantida.

Mobilizando o povo

A única campanha que procura mobilizar massa através de atos públicos é a da Frente Brasil Popular. Estas ações são ignoradas pela grande imprensa que sobre ela silencia ou distorce, a fim de enfraquecer o ímpeto dos militantes e ativistas da frente.

Os comunistas não podem deixar-se iludir com os métodos e o estilo de campanha eleitoral praticados pelos partidos burgueses, pois esses métodos servem aos propósitos de suas candidaturas e ao esforço para afastar o povo das grandes decisões, mesmo quando precisam de seu voto.

A forma e o estilo de campanha depende de seu conteúdo de classe. As candidaturas da Frente Brasil Popular são as únicas realmente populares e de esquerda. O programa dos 13 pontos oferece para as amplas massas uma perspectiva real para arrancar o país da crise que atravessa e iniciar o

processo de solução de suas mais sentidas reivindicações.

Política ampla

Precisamos levar esse programa para as amplas massas — de milhões. Fazer distribuições massivas e dirigidas de materiais, nas fábricas, escolas, bancos, comércio, repartições, locais de moradia etc. Além de sua distribuição precisamos encontrar formas que permitam debater com a massa os pontos do programa, as perspectivas que se abrirão com a vitória da esquerda, as formas de organização e mobilização popular para vencer as resistências das classes dominantes e garantir a aplicação desse programa.

Sem nenhuma dúvida, uma campanha desse porte, amplitude e profundidade, não pode restringir-se aos momentos da passagem dos candidatos pelos Estados e Municípios. Tem que ser uma campanha diária, permanente, planejada e controlada.

O estilo de campanha eleitoral do PCdoB sempre foi o de manter um contato permanente com os eleitores. Nossos militantes sempre marcaram sua presença onde trabalha e vive o povo. Essa é a forma de aglutinar os militantes, dar vida às organizações de base, estreitar os laços com amplas massas, difundir a linha e a orientação do Partido. Enfim, manter o estilo revolucionário de atuação e não cair do burocratismo, na frouxidão e na dispersão.

Campanha diária

A campanha não é só do PCdoB. É da Frente Brasil Popular. Devemos nos esforçar para realizar todas as atividades em conjunto com os militantes dos demais partidos que compõem a frente, como também, pessoas sem partido que se incorporaram aos comitês da FBP.

No entanto, onde não existem os militantes de outros partidos ou o seu estilo não for o nosso e tenham dificuldades de nos acompanhar não podemos ficar paralisados. Devemos e precisamos ir às ruas diariamente. Todos os dias devemos ter uma ação planejada. Cada organismo de base precisa ter seu plano de ação e cumpri-lo rigorosamente.

Os comitês distritais e municipais devem informar em relatório circunstanciado ao Comitê Regional quais as atividades realizadas em sua área. Esse relatório precisa ser no mínimo quinzenal. Igualmente, os comitês regionais precisam informar ao Comitê Central de sua atividade realizada em todo o Estado a cada quinzena.

Manter nosso estilo na campanha. Ganhar os demais para praticá-la. Ir às ruas diariamente. Muita propaganda, muita discussão com o povo. Esse é o caminho da vitória.

Da Comissão Executiva Nacional do PCdoB

Alberto Willian



Os comunistas jogam papel de vanguarda na campanha presidencial

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A classe social mais importante

Luiz Gonzaga

Dilermando Toni*

Onde deve ser construído prioritariamente o partido comunista? A resposta a essa questão sempre foi, na história do movimento comunista, um divisor de águas entre os verdadeiros comunistas e os revisionistas ou socialdemocratas.

No fundo está a visão oposta, entre uns e outros, no que diz respeito ao projeto maior da classe operária e dos meios para viabilizá-lo: socialismo científico, proletário, que elimine a dominação burguesa, ou "socialismo-democrático", pequeno-burguês, que humanize o capitalismo. Luta de classes sem conciliação nas frentes política, econômica e teórica, ou luta reformista, que tudo subordina a melhorias econômicas, nos marcos do capitalismo.

Duas visões opostas sobre o papel que joga a classe operária

Tais visões não poderiam deixar de se refletir no terreno da organização: partido revolucionário de combate, organizado prioritariamente na classe operária, nas fábricas, nos centros vitais da luta de classes; ou partido reformista, eleitoreiro, de trabalho centrado no parlamento burguês e, portanto, organizado por zonas eleitorais. Partido proletário, intimamente ligado à sua classe, organizado e disciplinado; ou partido de tendências, de composição eminentemente pequeno-burguesa.

Os materiais do PCdoB têm colocado com insistência a necessidade de construção partidária na classe operária. Para não ir muito longe é só verificar que as resoluções da VII Conferência (1979), do VI Congresso (1983) e do VII Congresso (1988) destacam a prioridade de tal tarefa.

Embora positivo, o balanço da aplicação dessa orientação apresenta resultados ainda modestos. Isto se deve a fatores de diversas ordens que vão desde a implacável perseguição do inimigo até a subestimação prática da tarefa de organização na classe operária, em particular da implantação dos organismos de base nas fábricas, como constata o informe de organização aprovado no VII Congresso.

Não seria perda de tempo frisar a importância crescente, numérica e qualitativa, da classe operária, que vai ocupando lugar de destaque na cena política brasileira. Mas só jogará o papel que lhe está reservado como força dirigente e motriz do processo de emancipação nacional e social, se sua

vanguarda estiver enraizada nas maiores fábricas.

O clima nas fábricas é de ditadura contra a classe operária

Vivemos no país uma situação complexa, original e ao mesmo tempo favorável para uma vitória popular e operária nos confrontos com as classes dominantes. É num momento chave como este que o PCdoB precisa ganhar milhares de operários para as suas fileiras e organizar-se nas fábricas. Para isso é necessário um plano que seja executado com decisão política e senso prático. Urge romper com o espontaneísmo.

Em primeiro lugar é preciso ter em conta como agem os patrões. A situação é de ditadura nas fábricas. Há todo um sistema de informações para detectar a presença de pessoas avançadas politicamente dentro da empresa. Há informantes que freqüentam assembleias sindicais, manifestações e bairros operários. Algumas empresas só admitem funcionários sob o compromisso de não freqüentarem o sindicato e não terem vida política. É um enorme esquema de perseguição que atinge companheiros com estabilidade temporária, ilegalmente, expulsando-os das empresas. Demissões são feitas à menor suspeita. As portas de fábrica estão cada vez mais policiadas e inacessíveis. Daí se deduz a importância da luta pela liberdade política para a organização da classe operária.

Em segundo lugar devemos levar em consideração que a classe operária, em decorrência de como se processa o desenvolvimento do capitalismo no país, está altamente concentrada, em mais de 80%, nas regiões sul e sudeste. Ademais, é importante considerar as variações que vão se dando na distribuição geográfica do contingente operário. No Estado de São Paulo, além da tradicional concentração na região metropolitana da capital, há grande quantidade de operários na região de Campinas, de São José dos Campos e em outras cidades. Em Minas Gerais, além de Belo Horizonte - Contagem, há o Vale do Aço, o sul do Estado. Modificações mais crescentes se dão no que toca a setores economi-



É a classe mais avançada, que dá vida ao Partido e dirigirá a luta pela emancipação social

camente mais importantes. Por exemplo, em 1976, São Paulo liderava a produção de aço bruto, seguido de longe de Minas Gerais. No entanto, em 1987 a produção de Minas era 2,1 vezes a de São Paulo e 1,5 vezes a do Rio. A indústria química, outro exemplo, ganhou recentemente maior peso econômico. Vale lembrar ainda a enorme repercussão da recente greve dos portuários num país cuja economia se baseia nas exportações.

Em terceiro lugar é preciso observar que o processo de desenvolvimento capitalista atingiu um estágio no qual existem grandes unidades fabris, com grandes concentrações proletárias. Já em 1980 as indústrias de extração mineral e de transformação com mais de 500 operários somavam 1071 nas quais trabalhavam perto de 1 milhão de proletários. A experiência tem mostrado que quanto maior a fábrica maiores e mais fortes são as greves.

Em quarto lugar devemos considerar a importância dos metalúrgicos. Na indústria metalúrgico-mecânica está 1/3 do proletariado industrial. Nesse setor existem concentrações gigantescas de até 30 mil operários numa mesma unidade fabril. E nessas unidades existem setores-chaves, como por exemplo a mecânica nas montadoras de veículos e os altos-fornos das aciarias.

O PCdoB precisa ser amplamente conhecido pela massa operária. Tem grande importância a agitação e propaganda persistente nas portas de fábricas, sobretudo a difusão regular do jornal *A Classe Operária*. Agora, na batalha da sucessão presidencial, devemos fazer campanha constante nas portas de fábricas e os parlamentares comunistas podem

ajudar muito com a sua presença.

Ganhando maior influência no movimento sindical e operário, o PCdoB abre grande perspectiva para reforçar suas fileiras. No movimento sindical e na luta grevista se destacam muitas lideranças da massa que podem aderir ao Partido. São pessoas que podem adquirir rapidamente consciência socialista. O Partido deve abordá-las com audácia.

Há muitos caminhos por onde o Partido entrar na fábrica

Por outro lado quando o trabalho sindical dos comunistas procura se orientar para dentro das empresas, para a formação de comissões de fábrica, também se abre uma boa perspectiva para a construção partidária.

Outro aspecto é a construção partidária via articulação sindical classista. Quanto mais caráter de massas adquirir esta articulação, maiores serão as possibilidades de crescimento do Partido.

A política de quadros do nosso Partido deve se adequar à prioridade de construção na classe operária. Isso quer dizer que o Partido precisa destacar quadros para acompanhar a implantação nas fábricas, pessoas que se preocupem especialmente com isso, que se dediquem a conhecer a vida, os hábitos e a psicologia dos operários. Muita atenção deve ser dedicada à formação teórica e à promoção de operários na estrutura partidária.

O trabalho nos bairros proletários e entre as mulheres também pode jogar ponderável papel para a construção do Partido no seio da classe operária.

A vida vai mostrando cada vez mais claramente o papel dos organismos de base do Partido dentro das fábricas. Numa grande empresa não se faz uma paralisação mais forte somente com a agitação geral. É preciso que o Partido esteja organizado no interior da fábrica. Os comunistas organizados num organismo de base na fábrica não agem como um simples prolongamento da fração sindical, cumprindo somente as tarefas sindicais, mas executam todas as tarefas políticas, ideológicas e orgânicas de um organismo partidário. Nesse trabalho é preciso observar normas de segurança, ou seja, os membros do Partido não devem explicitar desnecessariamente sua condição de filiados. Nas grandes empresas que trabalham por turnos e com várias sessões, os organismos de base devem ser subdivididos por secção, conforme a realidade da atividade profissional do militante.

Por fim, a construção do Partido no seio da classe operária implica intensa batalha na frente ideológica. Essa luta permeia toda a vida social mas é particularmente aguda e profunda no movimento operário, nas fábricas e nos sindicatos. Em especial a socialdemocracia, os revisionistas e os trotsquistas fazem uma grande ofensiva sobre a classe operária. São correntes nocivas ao movimento operário, representantes da pequena burguesia, cujo objetivo é impedir que a classe operária adquira consciência revolucionária.

* Secretário de organização do Comitê Regional do PCdoB em Minas Gerais

A Albânia em constante desenvolvimento

Carlos Henrique Vasconcelos *

Que da Albânia já foi dito que não tem inflação, fome ou desemprego, ou que lá todo mundo tem acesso à educação, moradia e aos serviços de saúde é verdade. No entanto, afirmar que naquele pequeno país socialista da Europa existe uma poderosa e diversificada indústria, uma agricultura moderna e de alta produtividade e que o nível de satisfação das necessidades internas já permite ao país exportar produtos para os países mais desenvolvidos do mundo como França, Inglaterra, Itália, Alemanha, é uma novidade que a imprensa ocidental tenta omitir, mas que o olhar atento e circunspecto dos brasileiros Paulo de Souza Machado, agrônomo, Márcia Rosa de Araújo, médica, ambos membros da direção regional do PCdoB no Rio de Janeiro, e Carlos Augusto Diógenes, engenheiro civil, da direção regional do Ceará, puderam constatar.

Convidados pelo Comitê de Relações Culturais da Albânia, os três brasileiros lá estiveram por 18 dias. Constataram que aquele país vive hoje um processo de desenvolvimento econômico e social.

De acordo com Carlos Augusto Diógenes, após a instituição do socialismo a Albânia forjou "uma indústria altamente desenvolvida e distribuída em vários ramos de produção e uma agricultura mecanizada de alta rentabilidade". No campo, a atividade agrícola está assentada nas cooperativas, mecanizada e 54% irrigada. Ele informou que a Albânia é o país que possui o maior índice de irrigação da Europa.

A Albânia exporta derivados de petróleo, produtos têxteis, fios de cobre (de 0.03 mm a cabos de alta tensão), energia elétrica, derivados das indústrias química, madeireira e alimentícia. Exporta também minerais, como ferro, ferro-níquel, cromo e outros num total de 37 minerais já beneficiados, além de 50 tipos de aço.

Uma característica da economia albanesa é a de priorizar as necessidades internas, para, só então, comercializar o excedente, bem como de investir na diversificação de produtos, ao invés de concentrar a produção num determinado item de grande demanda internacional.



Operária albanesa: um país sem exploradores e sem explorados

Um exemplo citado por Carlos Augusto foi a exportação do fio de cobre, cuja altíssima qualidade faz com que possua uma grande aceitação internacional. Ele disse que nem por isso o governo albanês se motiva a priorizar a sua produção, privilegiando a diversificação para o atendimento de suas próprias necessidades. O lema é: "Não há importação sem exportação", numa alusão à preocupação com manutenção dos níveis de bem-estar da sociedade e com o perfeito balanceamento entre os dois procedimentos comerciais.

A saúde do socialismo

Um país sem dívida externa e sem analfabetos (erradicou o analfabetismo em 1957), a Albânia socialista trata as doenças do mundo subdesenvolvido, como malária, sífilis, lepra, tuberculose e meningite, como coisas do passado. Doenças recentes, como a AIDS, que se alastra como uma epidemia nos Estados Unidos, França e mesmo no Brasil, não têm qualquer caso registrado no país. A comitiva brasileira pôde, assim, saber por que a atual média de vida do povo albanês é de 69 anos,

quase o dobro da que havia quando da revolução.

O engenheiro ressalta "que todas essas conquistas foram obtidas mantendo-se a independência política e econômica, sem o país dever um tostão às potências imperialistas".

Segundo Carlos Augusto, enquanto outros países, que no passado foram socialistas e posteriormente retomaram o caminho capitalista, como a União Soviética, Polônia, Hungria, e Romênia, atravessam uma profunda crise, a pequena Albânia, que não se desviou em nenhum momento da rota socialista, não somente desconhece o que é crise, como atravessa um período de grande desenvolvimento. No quadro geral, observa: "Os dirigentes e o povo albanês têm consciência da grandiosidade das vitórias obtidas, como também das dificuldades que vão ter que enfrentar, das tarefas que têm pela frente e da necessidade de aperfeiçoar a produção socialista baseada numa técnica cada vez mais avançada".

Na realidade atual da Albânia, explica o observador, a qualidade da produção e a produtividade são as metas principais que estão sendo perseguidas. Satisfazer as necessi-

dades crescentes do povo através do avanço tecnológico é uma tarefa em todos os ramos da vida albanesa. Um exemplo está no tipo de moradia colocada a disposição do povo. Logo após a revolução, a tarefa inicial do governo foi construir moradias para toda a população. Atualmente continua a ser feito o mesmo, porém com uma preocupação maior com a qualidade do material utilizado, com conforto, para as construções novas e, em relação às edificações antigas, estão sendo realizadas reformas substanciais.

Na indústria a situação não é diferente: "Há uma necessidade de comprar máquinas novas, para melhorar o atendimento aos albaneses, mas também para disputar o mercado exterior".

Um povo feliz

Paulo conta que "mesmo no alto da mais longínqua montanha, a população possui posto médico, escola, uma farmácia, uma livraria, uma casa de cultura (com teatro, cinema e oficinas para pintura, escultura e demais manifestações artísticas) e um museu".

O nível cultural dos albaneses foi destacado pelo visitante. Ele contou que numa visita ao município de Lezha manteve contato com um grupo de jovens camponeses. A barreira da língua foi quebrada pelo fato de que todos eles eram políglotas, e conversaram em inglês, francês e italiano.

Paulo visitou o Museu Enver Hoxha, e conta: "Enver não é apresentado como o indivíduo que realizou a libertação da nação sozinho, mas como uma pessoa ligada às massas. Os grandes fatos históricos são mostrados como iniciativas das massas, sob a direção do Partido do Trabalho da Albânia e do próprio Enver Hoxha." Em três meses e meio de funcionamento, o museu já foi visitado por mais de 500 mil pessoas, o que é um número gigantesco em relação à população do país, de 3,2 milhões de habitantes.

Marcas do povo

Dignidade, altivez e respeito mútuo são marcas do povo albanês, particularmente dos trabalhadores, os quais se orgulham de suas atribuições profissionais. "É impossível distinguir pela aparência o operário do professor, do intelectual, do deputado." A marca da solidariedade foi outro aspecto destacado por Paulo Machado, sobre os albaneses.

Com relação aos salários, a regra é cumprida à risca: o maior salário não pode ultrapassar duas vezes o menor salário. No entanto, explica, a sociedade ainda não é igualitária, pois se aplica o axioma do socialismo que diz "de cada um segundo a sua capacidade e para cada um segundo seu trabalho". Isso faz com que um operário possa ganhar até mais do que o diretor da fábrica, dependendo da sua capacidade de especialização e da produção executada.

Mas nem tudo é trabalho. Os albaneses possuem colônias de férias localizadas em áreas nobres do mar Jônico, com lindas praias especialmente destinadas ao descanso dos operários e dos camponeses e seus familiares. Casas de repouso nas montanhas também estão à disposição da população. Em todos esses locais paga-se um quantum irrisório que dá direito a estadia e alimentação.

Contra-revolução na contra-revolução polonesa

Carlos Pompe

O Solidarnosc chegou ao poder na Polônia. O agrupamento político reacionário, ligado ao capital ocidental e ao Vaticano, indicou o jornalista Tadeusz Mazowiecki - amigo pessoal do papa João Paulo II e um dos mentores do Solidarnosc - para o cargo de primeiro-ministro. O partido revisionista polonês, POUP, está descontente. A União Soviética está preocupada. E, o mais dramático, não há saída à vista para a profunda crise política e econômica em que o país está metido.

Desde que abandonou o caminho socialista, no final dos anos 50, e optou pela senda capitalista, a Partido Operário Unificado Polonês (POUP) foi, fracasso após fracasso, ganhando o repúdio popular. Em dezembro de 81, diante do descrédito do partido revisionista e das greves operárias, os militares tomaram o poder, comandados pelo general Jaruzelski. A implementação do capitalismo no país continuou. O endividamento externo também. E a repressão às manifestações de massas aumentou.

O governo militar continuou, também, buscando capitais europeus e norte-americanos para a combalida economia polonesa. O golpe militar foi uma mudança da forma de dominação política, mas não na essência do sistema do país. Em pouco tempo o general Jaruzelski entrou em negociações com a Igreja Católica e o Solidarnosc, mantido na ilegalidade porém atuante na vida política do país.

Ao empalmar o poder, Jaruzelski fez um discurso em que anunciou-se como o salvador da pátria. Não fez nenhuma referência ao POUP e pediu sacrifício à população. A dívida externa era de 27 bilhões de dólares. As greves se multiplicavam devido aos aumentos constantes dos preços de alimentos e produtos de consumo popular e ao fechamento de várias empresas.

Povo sacrificado, mas a crise aumentou...

O povo foi sacrificado. Os salários perderam poder aquisitivo. Mas a crise continuou se agravando. O país chega a 1989 com uma inflação de 100% ao ano, e a dívida externa por volta dos 40 bilhões de dólares. A repressão pura e simples já não é suficiente para conter os protestos populares. O general Jaruzelski resolveu, então, convocar eleições, com a participação do Solidarnosc. Em junho o povo foi às urnas, e a derrota do POUP é vergonhosa: o Solidarnosc elegeu 99, dos 100 senadores, e 161 deputados. Jaruzelski concorreu, em seguida, para a presidência do país, em eleições onde somente os parlamentares votam. Ganha o apoio do Solidarnosc, e elege-se com apenas 1 voto a mais do que o quórum mínimo!

Mas a situação política ficou insustentável para o

POUP, que sequer consegue formar um ministério. O Partido Camponês e o Partido Democrático, antigos aliados do POUP, debandam para o lado do Solidarnosc. Com isso, Walesa reuniu-se com Jaruzelski e, após marchas e contra-marchas, indicou Tadeusz Mazowiecki, homem ligado ao Vaticano, para primeiro-ministro.

Para garantir-se no poder, o Solidarnosc comprometeu-se a manter a fidelidade da Polônia ao Pacto de Varsóvia e ao Comecon — cedendo às pressões vindas de Moscou. Além disso, acertou com Jaruzelski que os Ministérios do Interior — responsável pela repressão interna —, da Defesa — responsável pelas Forças Armadas — e o das Relações Exteriores ficariam com o POUP (quando encerrávamos esta edição, o partido revisionista mostrava-se insatisfeito, exigindo mais ministérios).

Solidarnosc, suor e lágrimas

Jaruzelski exultou: “A formação deste governo conduzirá à rápida superação das dificuldades econômicas, à continuação das reformas decididas pelas negociações entre o governo e a oposição e à satisfação das necessidades e aspirações da sociedade polonesa.”

Palavras, nada mais que palavras. É bem provável que os países capitalistas ocidentais aumentem seus investimentos na Polônia, visando dar fôlego a um governo do Solidarnosc — metendo, assim, uma cunha no domínio soviético do leste europeu. Mas isso, na verdade, não aponta para a “satisfação das necessidades” do proletariado polonês.

Muito pelo contrário. O diário do Solidarnosc, “Gazeta Wyboreza”, publicou editorial onde afirma que o novo governo “não poderá jamais prometer outra coisa para a população do que suor e lágrimas”! Isso quando calcula-se que 20% da população passa fome...

O número de grevistas no país conta-se às centenas de milhares, desde que o governo liberou preços de produtos de primeira necessidade, no último mês de julho. O preço da carne, por exemplo, subiu 500%. Mesmo com os aumentos exorbitantes, continua a escassez de produtos.

A formação do novo gover-



Walesa (à esq) com o general Jaruzelski: lucro para banqueiros, suor para o trabalhador

no não fez com que o ímpeto de luta dos trabalhadores diminísse. Partilhando o poder, contudo, o Solidarnosc mudou o discurso. Adam Kowalczyk, um dos seus dirigentes, condenou as “greves selvagens” e a luta popular “desnecessárias e sem sentido na atual situação política e econômica”. E, copiando o estilo dos burgueses e militares ocidentais, atribuiu as greves à ação de “um pequeno número de radicais...”

Mas se para os trabalhadores o Solidarnosc acena com suor e lágrimas, outra é a mensagem que ele direciona para os capitalistas. Walesa pediu aos banqueiros que se instalem na Polônia, pois a população (?) teria “guardado debaixo do colchão de 3 a 5 bilhões de dólares” que seriam “confiados aos bancos ocidentais”. Os novos colegas de poder de Jaruzelski também falam em privatizar empresas, facilitar ainda mais a remessa de lucros ao exterior (alegando que é preciso atrair mais investimentos para o país) e pagar regamente a dívida externa. A Comunidade Econômica Europeia apressou-se em convocar uma reunião para ver como “ajudar” o novo governo, e multiplicaram-se as visitas de capitalistas norte-americanos à casa de Walesa em Gdanski.

Antigo foco de grandes contradições mundiais

A posição geográfica da Polônia é cobiçada pelos imperialistas. Para os EUA e demais países ocidentais, seria uma grande vitória arrancá-la do domínio soviético. Para a URSS, ela é imperdível. Por território polonês passa, por exemplo, a linha de suprimento para os 50 mil soldados soviéticos estacionados na Alemanha Oriental. E a Polônia é o maior país, após a própria URSS, do Pacto de Varsóvia.

Portanto, são incontáveis os interesses em jogo na crise polonesa.

E em meio a essa crise, fica ainda mais evidente a situação dramática a que fica condenada a classe operária quando desprovida de um partido político próprio, marxista-leninista. Esse partido já existiu na Polônia, mas foi desfigurado, atraído, liquidado pelos revisionistas a partir dos anos 50.

O POUP é hoje um partido odiado e derrotado pelo povo. Escondeu-se atrás do Exército, com o golpe de 1981, e amargou uma pesada e histórica derrota eleitoral em junho último. É o partido da restauração do capitalismo, o principal responsável pela crise que corrói o país.

O Solidarnosc, por sua vez, aproveitou-se do descontentamento da classe operária para insuflar o anticomunismo fezoz. Seu principal dirigente, Lech Walesa, que reza pela cartilha do Vaticano, recebeu em sua casa o presidente dos EUA, George Bush, velho dirigente da CIA, odiado pelos homens progressistas de todo o mundo. Na recepção que

PC de Canadá(m—l) é legal

O Partido Comunista do Canadá (marxista-leninista) obteve em 5 de maio seu registro legal na região de Quebec, a mais importante do país.

Neste dia o Diretor Geral das Eleições da região comunicou oficialmente a legalização da legenda comunista, obtida após uma campanha de filiações que conseguiu arrolar 1.500 simpatizantes. Após a decisão, o partido adquire uma série de direitos que até então lhe eram negados, como a própria participação em eleições.

A esmagadora maioria dos que se declararam simpatizan-

Walesa patrocinou a Bush em Gdanski, foi estendida uma faixa de cunho marcadamente fascista: “Comunista bom é comunista morto”, dizia.

Análise de classe da crise polonesa

De há muito o PCdoB vem denunciando o caminho capitalista trilhado pela Polônia. Logo após o golpe comandado por Jaruzelski, o presidente do PCdoB, João Amazonas, alertou que a Polônia abandonou o socialismo já nos anos 50 e que “a crise que se abate sobre os poloneses não é derivada do socialismo, como procuram fazer crer os inimigos do proletariado revolucionário. É produto do capitalismo restaurado pelos revisionistas, resultado da ação das leis objetivas que regem a sociedade capitalista”.

E conclamou: “Cumpre-nos erguer a nossa voz, fazê-la chegar ao proletariado polonês com o objetivo de despertá-lo para a ação independente, induzi-lo e ajudá-lo a lutar pela construção de seu partido, indicar o caminho da revolução, do verdadeiro socialismo.”

tes comunistas é composta de operários, o que foi comemorado como uma grande vitória por “O marxista-leninista”, jornal oficial dos revolucionários de Quebec. A legalização adquire ainda mais relevo quando se conhecem as dificuldades que o partido teve de enfrentar para chegar a ela. Três dos 185 cidadãos procurados pela Direção Geral das Eleições para que confirmassem sua condição de simpatizantes denunciaram ter sofrido ameaças por parte do órgão eleitoral. O Partido Comunista do Canadá fará início a uma ampla campanha de recrutamento de massa.

A trajetória política de Getúlio Vargas

O jornalista e cientista político José Carlos Ruy analisa neste artigo as condições que conduziram o ex-presidente Getúlio Vargas ao suicídio, há 35 anos, gesto que frustrou momentaneamente o instinto golpista dos militares. O getulismo representou interesses nacionalistas da burguesia brasileira, que ao longo das últimas décadas foram abandonados, num processo que culminou com a liquidação das raízes de classe objetivas daquele movimento, que nos deixou a herança de uma caricatura caudilhesca e enganadora: o brizolismo.

Getúlio Vargas é uma figura contraditória entre os personagens históricos brasileiros. Político que veio da República Velha, herdeiro da tradição positivista do gaúcho Júlio de Castilhos, ele foi talvez o político mais hábil que a burguesia brasileira criou, habilidade traduzida na arte de fazer-se reconhecer, pelo povo, como "pai dos pobres", quando sua orientação, no governo, teve o sentido de fortalecer o capitalismo no Brasil e criar as condições para o desenvolvimento da burguesia brasileira.

Governador gaúcho em 1930, Vargas foi o candidato opositor à sucessão de Washington Luís; a fraude eleitoral impediu sua vitória, mas a campanha da Aliança Liberal despertou as esperanças populares, e Vargas tornou-se símbolo das mudanças exigidas. Assim, quando teve início a revolução de 1930, ele despontou como seu chefe natural.

No governo, Vargas adotou uma legislação trabalhista e social de longa data reclamada pelas lutas operárias. Animado por um projeto de modernização conservadora, procurou solidificar uma ampla base social para seu poder. Assim, fez concessões aos operários, mas manteve intacta a estrutura da propriedade da terra no Brasil. Mais do que isso, expulsou antigas oligarquias estaduais, comprometidas com a República Velha, mas colocou novas oligarquias em seu lugar — como os Távora, no Ceará, por exemplo. Aliou-se também aos militares, ajudou-os a restabelecer a disciplina no Exército — corroida pela intensidade da luta política nos anos anteriores e posteriores a 1930. Tirou dessa aliança a força para rasgar a Constituição promulgada pela Constituinte de 1934. Aliado aos generais Gois Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, deu início, em 1937, a um período negro na história do país, a ditadura do Estado Novo, um regime onde todas as exigências de liberdade, justiça, democracia, foram esmagadas em sangue. Os comunistas foram perseguidos ferozmente pela polícia chefiada por Felinto Muller — o mesmo que, décadas mais tarde, serviria a outra

ditadura militar, sendo um dos chefes da Arena até sua morte, em 1973. Foi sob seu governo, às vésperas do Estado Novo, que a revolucionária alemã Olga Benário, presa no Brasil, foi expulsa do país e entregue aos nazistas em 1936. Nem mesmo a gravidez a poupou; em 1942, Olga seria assassinada, juntamente com outras prisioneiras, num campo de concentração nazista.

O nacionalismo de Vargas era moderado, mas incômodo à elite

Outra faceta contraditória desse personagem, é seu nacionalismo. Vargas esforçou-se para dotar o Brasil de infraestrutura industrial, com a implantação de um parque siderúrgico, de uma fábrica de motores e de caminhões; por garantir o controle pelo país de suas reservas minerais e recursos naturais. Um nacionalismo moderado, que admitia a participação do capital estrangeiro, desde que controlado pelas leis nacionais. Vargas entrevia a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo, com a ampliação do mercado interno e o fortalecimento da produção destinada ao consumo nacional.

Embora moderado, esse programa era muito forte para o paladar das forças sociais aliadas ao capital estrangeiro, que lucravam com os grandes negócios realizados com o exterior, ou que eram meros testas de ferro do imperialismo.

No final da II Guerra Mundial, em 1945, um realinhamento de forças se esboçava a nível mundial, com o aparecimento de dois pólos nítidos: a URSS e o campo socialista, e os EUA e o chamado "mundo ocidental". Vargas foi colhido pelos reflexos internos, no Brasil, desse realinhamento. E foi afastado do poder.

Fora do poder, Vargas foi eleito senador em 1946, mas manteve-se isolado em São Borja, Rio Grande do Sul, indo poucas vezes ao Senado, no Rio de Janeiro. Numa dessas ocasiões, pronunciou um discurso, onde denunciou os aliados do capital estrangeiro que, sob o argumento da alegada vocação agrária do Brasil, ata-



cavam a industrialização do país. "Limitar a atividade de uma nação que se encontra entre as três primeiras do mundo, como potencial de energia hidroelétrica e jazidas de ferro, limitar essas energias à vida rural, significa dar provas de incapacidade e de mentalidade colonial", disse Vargas.

Nessa época, teve início a campanha do petróleo, um dos maiores movimentos de opinião conhecidos pelo povo brasileiro, em defesa do monopólio estatal sobre esse recurso mineral. Dois campos definiram-se, os nacionalistas — favoráveis ao monopólio — e os entreguistas, contrários a ele e aliados dos norte-americanos na vida política brasileira. Assim, em 1950, quando Getúlio foi eleito pelo povo e voltou à Presidência da República, enfrentou a oposição dos grupos que o haviam deposto em 1945. A coalizão de forças que levou Vargas novamente ao poder, contudo, era bastante frágil, principalmente devido a sua heterogeneidade. Ele tinha o apoio da corrente militar nacionalista; a seu lado, havia os empresários que, enriquecidos durante a guerra, viam em um novo período Vargas a possibilidade de, devido ao programa de desenvolvimento nacionalista, imporem ao governo uma política favorável a seus negócios. Por outro lado, e como condição básica para a realização do programa nacionalista, havia o apoio de organizações populares e sindicais.

Contra essa aliança, estavam os interesses do imperialismo, do latifúndio e do gran-

de capital mercantil, de importação e exportação, representados solidamente no Congresso e, fora dele, pela grande imprensa e pelos militares anticomunistas, aglutinados num movimento intitulado "Cruzada Democrática". Tentando afastá-lo de sua base militar, usando a imprensa e o rádio para corroer sua popularidade, as forças conservadoras montaram, pouco a pouco, o cerco ao presidente. Numa tentativa de reforçar o apoio popular a seu governo, Vargas nomeou João Goulart para o Ministério do Trabalho, despertando a fúria da oposição devido às ligações do novo ministro com o movimento sindical. A reação chegou ao paroxismo em fevereiro de 1954, quando Goulart decretou um aumento de 100% no valor do salário mínimo. Um manifesto assinado por 81 coronéis (entre eles Golbery do Couto e Silva, Sílvio Coelho da Frota, Ednardo D'Avilla Mello, e outros que seriam expoentes do regime militar instalado em 1964) foi divulgado contra a política trabalhista de Vargas. A crise não parou mais. Ela chegou ao auge em agosto de 1954, quando um incidente envolvendo um secreta a serviço de Gregório Fortunato, guarda pessoal de Vargas, terminou com a morte do Major Rubens Florentino Vaz, que escoltava Carlos Lacerda, o virulento líder civil da oposição. As acusações contra o presidente se avolumavam, e a oposição exigia seu afastamento, a pretexto de poder apurar melhor os fatos. Os grupos ligados ao capital estrangeiro e os

militares da Cruzada Democrática passaram a exigir abertamente sua deposição. A situação torna-se insustentável para Vargas, e o golpe militar em andamento parecia vitorioso, envolvendo até mesmo o vice-presidente, Café Filho. Na madrugada de 24 de agosto, após uma reunião do presidente e seus ministros, onde se decidiu pelo licenciamento do chefe do executivo, o anúncio da deposição de Vargas eletrizou a oposição. Os golpistas, reunidos, chegaram a estourar champanhas para comemorar a vitória. Pela manhã, contudo, receberam a notícia do suicídio com um sentimento bem expresso na frase pronunciada por um deles, citada por Carlos Lacerda em suas memórias: "Ele puxou a toalha de baixo da nossa festa!"

Vargas preferiu matar-se a entregar o governo; com o suicídio, fez a situação virar. A comoção nacional e a repercussão da carta testamento levaram o povo, numa aguda intuição de seus interesses, a levantar-se em todo o país, em manifestações de massa, concentrações, ataques a empresas estrangeiras, à embaixada americana e a jornais antigetulistas, como **O Globo** e a **Tribuna de Imprensa**. O golpe fora adiado por dez anos; 1954 foi, assim, uma espécie de antecipação de 1964. Embora frustrado, os golpistas viam na morte de Vargas o início de um processo que os levaria ao poder. Carlos Lacerda acreditava que, depois de 24 de agosto, o país estava em pleno ciclo revolucionário.

O presidente recorre ao suicídio e adia o golpe por dez anos

Vargas, com suas vacilações e contradições, repetiu o procedimento da classe a que estava ligado, a burguesia brasileira. Sua preocupação em encontrar um projeto político para a burguesia confundiu seu destino com o dela. Classe dependente, que surgiu no cenário político e econômico nacional numa época em que o capitalismo já estava, há muito, em sua etapa imperialista, a burguesia brasileira será frustrada em sua necessidade de formular um programa nacionalista, defrontando-se com um quadro em que, para impor sua hegemonia à sociedade brasileira, teria que enfrentar sólidos aliados internos do imperialismo. A ambigüidade de sua situação, que a leva a bons negócios com as empresas estrangeiras, ao mesmo tempo em que temia liderar uma mobilização popular de Vargas, que procurou aproximar-se do povo, mas de forma prudente, mantendo controle sobre ele, evitando que se movesse de forma autônoma.



A metamorfose ambulante do "maluco beleza"

Clóves Wonder

Depois que foi anunciada a morte do cantor e compositor Raul Seixas, a partir das 12 horas do último dia 21 de agosto, os portões do Anhembi, em São Paulo, ficaram tomados de bandos de "malucos beleza", querendo pelo menos ver o corpo de seu ídolo. Muitos deles diziam não acreditar na morte daquele que todos consideravam a metamorfose ambulante.

Mas ele morreu mesmo. Dormindo. Bem diferente do fim que poderiam ter imaginado pela sua vida corrida e atabalhoada. Ele, que em 1981 tinha sofrido uma operação no pâncreas, vinha com problemas de diabetes e outros há muito tempo, conseqüência de uma vida tumultuada.

Morreu dormindo, mas em pleno pique de carreira, recentemente retomada com a gravação de um disco que está indo essa semana para as lojas — "Panela do Diabo" — e uma excursão nacional ao lado do conterrâneo (Raul era baiano) Marcelo Nova, ex-"Camisa de Vênus". No fim-de-semana anterior, ele havia se apresentado em Sorocaba e outras cidades do interior de São Paulo e não havia tomado os remédios receitados e que poderiam ter-lhe estendido um pouco mais a vida. Foi-se aos 44 anos bem vividos.

Metamorfose ambulante

Esse não é apenas o título de

um de seus maiores sucessos, mas o próprio ideário de vida de Raul Santos Seixas: "Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante, do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo". Foi assim que, depois de repetir cinco vezes o segundo ano secundário, resolveu ir para o Rio de Janeiro e tentar a sorte no rock'n'roll. Queria ser como seus ídolos, Chuck Berry, Little Richard, Elvis Presley, Bill Halley, Buddy Holly ou Jerry Lee Lewis.

Chega em 67 na Cidade Maravilhosa e começa a trabalhar na indústria do disco. Como compositor, produtor e guitarrista. Foi dele a produção dos melhores (se houve) discos de Jerry Adriani. Em 1972, no Festival da Canção do Rio de Janeiro, assusta todo mundo cantando um forrock: "Let Me Sing", que vira hit nacional. Daí vem "Ouro de Tolo", "Gita", "Krig-ha, Bando" e o homem vira ídolo.

Seus fãs, depois que ele lançou a "Sociedade da grã-Ordem Kavernista apresenta: Sessão das 10", se multiplicaram e se tornaram mais fanáticos. Um casal de fãs viajou milhares de quilômetros até sua casa para que ele fizesse o parto da mulher. Uma outra cortou seus longos e louros cabelos e fez uma blusa que Raul Seixas exibia orgulhoso em suas apresentações.

Assim foi o homem que tentou montar uma cidade no interior de Minas para ali desenvolver uma tal de Sociedade

Alternativa que afinal virou nome de loja nas galerias da 7 de Abril, em SP. Os militares na época não entenderam nada, mas por via das dúvidas o prenderam e encheram de choques elétricos até ele desistir da

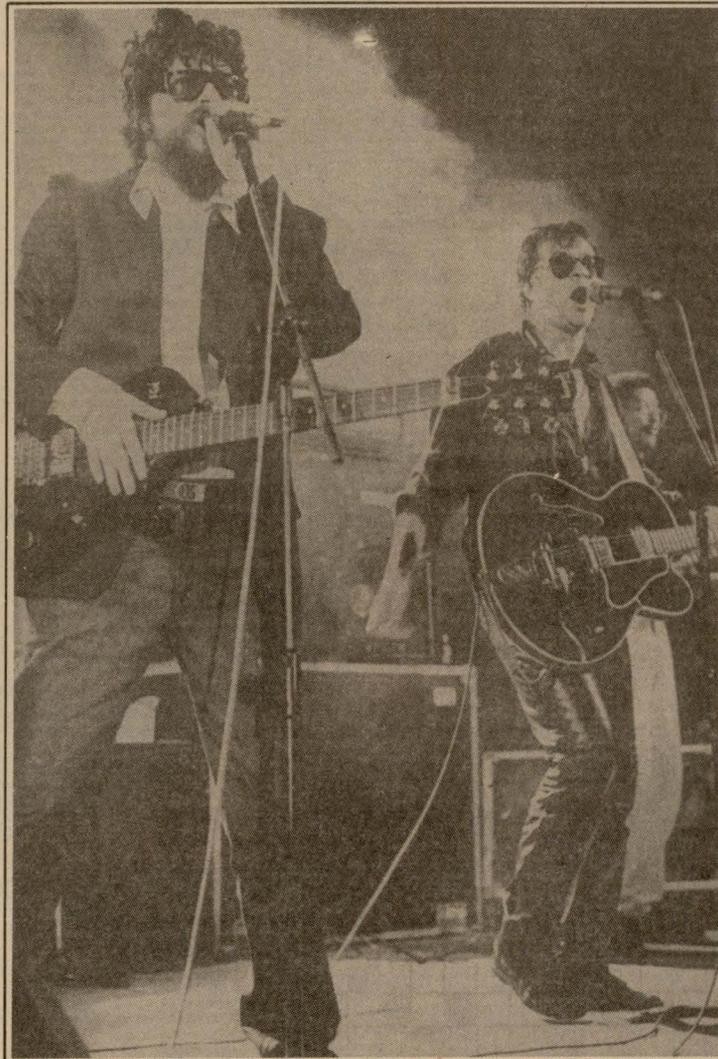
idéia. Daí seus versos: "Vá e grite ao mundo / Que você está certo / Você aprendeu tudo / Quando estava mudo". Logo depois de sua prisão, ele compõe outros versos instigantes: "Eu aqui isolado onde

nada é perdoado / Vi o Fim chamar o Princípio para poderem se encontrar".

No seu último disco tem uma música chamada "Best-Seller", que reflete, num desabafo um tanto pessimista, até mesmo o momento eleitoral que vivemos sob o tacão do Ibope e da Rede Globo: "Se já não existe inteligência então vamos / Bater continência para esse indício / De resqúcio militar / E como é tudo a mesma merda / Antes que chegue a vida eterna / Eu vou pedir asilo no Paraguai".

Ele deixou mais de 400 músicas gravadas em seus 17 discos e por outros cantores. E um livro: "As aventuras de Raul Seixas na cidade de Thor", onde assenta algumas de suas idéias de Maluco Beleza. O roque brasileiro perde não só um bom cantor e compositor, mas uma legenda de inconformista e criatividade.

Com a sua morte, Raul Seixas certamente se transformará em uma lenda a serviço daqueles que nunca o perdoaram: os poderosos. Vão ganhar muita grana com seus antigos e novos sucessos. Homenagens e mais homenagens lhe serão feitas. Mas nenhuma delas com o brilho, a sensibilidade e a emoção que a deputada comunista Lidice da Matta lhe prestou, num comovido discurso na Câmara dos Deputados, 24 horas depois de sua morte. Afinal, era a homenagem de uma baiana irrequieta e inconformista, inteligente e ousada, como Raul Seixas.



Raul com Marcelo Nova, parceiro do último disco, "A panela do diabo"

10 anos da anistia

Ana Guedes

Quando o general Pery Bevilaqua se pronunciou a favor a anistia ampla, geral e irrestrita, da derrubada do AI-5, da liberdade de imprensa e da defesa dos direitos humanos, no lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1978, foi como uma bomba. Afinal, o general, apesar de vítima do regime militar (foi aposentado pelo AI-5), foi comandante do II Exército em 1963 e defendeu o golpe de 1964. Porém logo entrou em divergência com o novo regime, colocando-se contrário às medidas arbitrárias.

A partir desse ato a mobilização cresceu e os comitês pela anistia proliferaram constituindo-se em centros aglutinadores dos mais amplos setores contra o arbítrio e a opressão.

Em meados da década de 70, a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita já era uma proposição levantada pelas forças progressistas mais

conseqüentes. O povo brasileiro vivia de perto o terrorismo e a repressão institucionalizada. Os exilados políticos e seus filhos chegavam à casa dos 10 mil. Havia 200 presos políticos, quase 5 mil cassados e um número incalculável de trabalhadores demitidos. A tortura e o assassinato nas prisões do país eram rotina e cerca de 150 opositores estavam "desaparecidos".

Mulheres pela anistia

Foi quando surgiu em São Paulo o primeiro núcleo do Movimento Feminino pela Anistia. Uma articulação de mães, esposas, filhas de atingidos pela repressão política, juntamente com outras mulheres democratas. O debate foi ocupando espaço e inúmeras personalidades, intelectuais, profissionais liberais, religiosos e políticos passaram a defender essa bandeira. Inicialmente com proposições tímidas e cuidadosas, mas posteriormente a bandeira da anis-

tia ampla, geral e irrestrita, ao lado da revogação da Lei de Segurança Nacional, tomou conta do país, constituindo-se num dos movimentos de maior envergadura de nossa história.

Foi ponto alto dessa luta o primeiro Congresso Brasileiro pela Anistia, com 1.500 pessoas na capital paulista, em novembro de 1978. Dentre suas decisões vigorosas estava a de popularizar uma campanha para quebrar o isolamento dos presos e a revogação da LSN.

Tomaram vulto as denúncias das atrocidades do regime militar. Familiares, setores comprometidos com a luta, passaram a levantar de forma mais contundente a necessidade do esclarecimento dos desaparecidos políticos. Os encontros pela anistia, inclusive por regiões do país, se tornaram constantes.

Liberdade pela metade

Pressionado pelo amplo movimento, o general Figueiredo, então na Presidência da República, começa a admitir o envio de um projeto de anistia

para o Congresso. De antemão, já se sabia que era uma proposta de anistia restrita, o que aumentou a reação dos setores progressistas. No final de abril de 1979, surge no MDB a proposta de instalar no Congresso uma CPI da tortura. Setores do partido comprometidos com os interesses do povo, como o então deputado federal Aurélio Peres, defendem a instalação da CPI. Outros, como Roberto Freire, Fernando Lira e Alberto Goldman são contra, alegando que "o momento não é de confronto". A CPI não foi instalada, mas sua idéia e o debate em torno dela favoreceu o combate à tortura e pela anistia. Neste processo despontou o senador Teotônio Vilela, que visitou os presos políticos e fez denúncias contundentes contra a tortura e pela anistia a todos os presos políticos.

Enfim o projeto de Anistia foi enviado ao Congresso e aprovado em 28 de agosto de 1979. Apesar das suas deficiências, principalmente anistia-ndo os torturadores, foi fruto da grande mobilização do povo. Os presos foram li-

bertados, os exilados puderam retornar ao país, os cassados tiveram seus direitos readquiridos. Na área da reintegração dos demitidos, a batalha foi árdua. No caso dos militares perseguidos pela ditadura, na sua grande maioria foram para a reserva.

Direitos do homem

Uma questão continua em aberto até hoje: o esclarecimento das mortes e desaparecimentos de opositores. Casos como o de Rubens Piva, Mário Alves e dos guerrilheiros do Araguaia esperam o pronunciamento do governo. Até uma ação impetrada por familiares, exigindo da União esclarecimentos sobre os desaparecidos, foi julgada improcedente.

A luta que se travou pela anistia contribuiu de forma decisiva para a derrubada da ditadura militar e reforçou a continuidade da luta pelos direitos humanos. O presidente do Comitê de Anistia e Direitos Humanos da Bahia e membro do Diretório Regional do PCdoB-BA

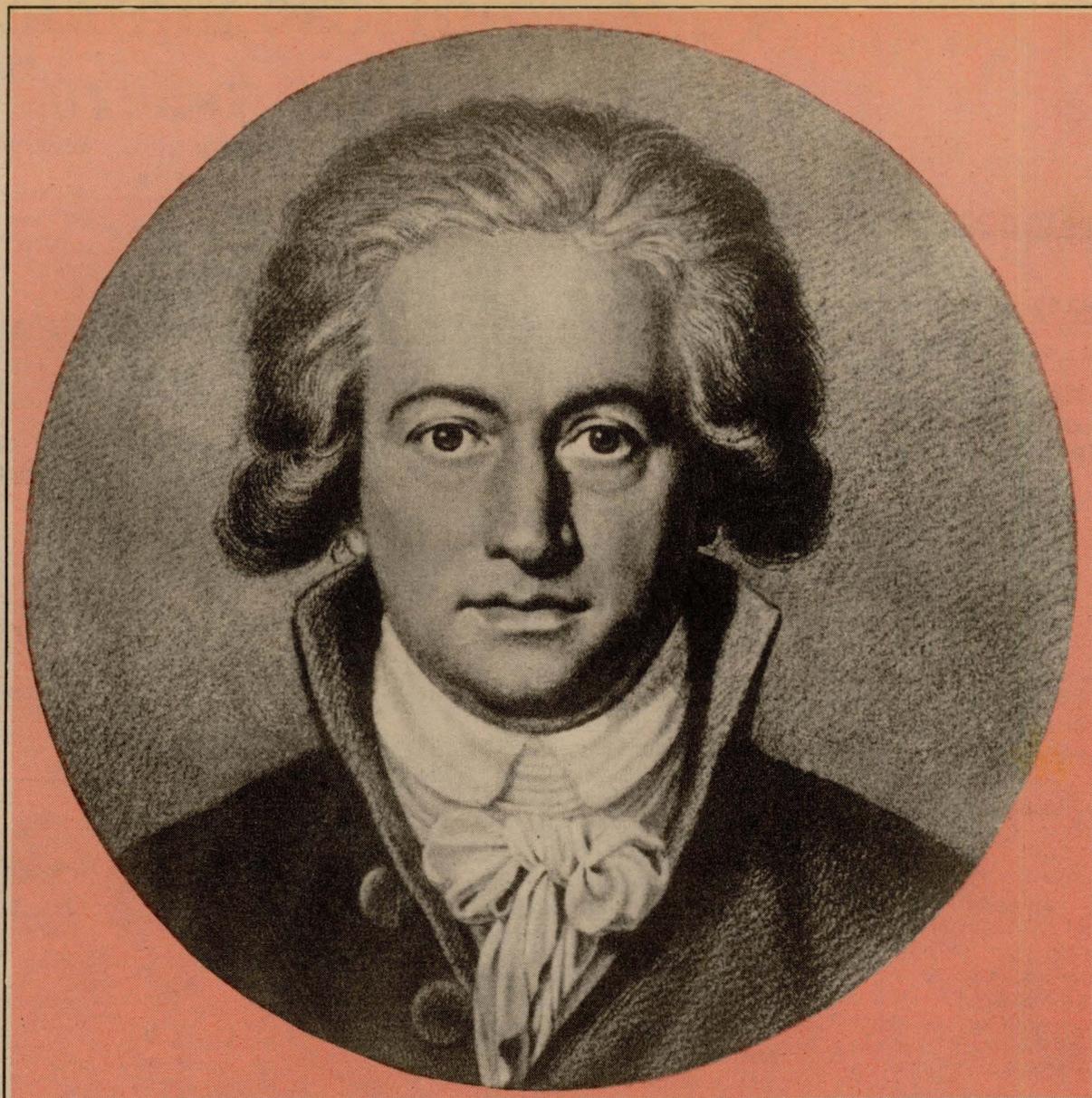
Fausto

Goethe

Johann Wolfgang von Goethe nasceu a 28 de agosto de 1749 em Frankfurt am Main, vindo a falecer em Weimar em março de 1832. Poeta, dramaturgo, romancista e ensaísta além de notável estudioso das ciências naturais, Goethe ansiava à universalização da literatura e ao ideal da libertação do homem moderno pelo trabalho, idéia essa já presente de forma clara na segunda parte do "Fausto".

Sobre sua personalidade é elucidativo o comentário de Fernando Pessoa: "Há três tipos de cultura — a que resulta da erudição, a que resulta da experiência translata, e a que resulta da multiplicidade de interesses intelectuais. Vemos a terceira em Goethe, que nem tinha a erudição de Milton nem a ultra-assimilação de Shakespeare, mas cuja variedade de interesses, abrangendo todas as artes e quase todas as ciências, compensava na universalidade o que perdia em profundidade ou absorção".

Publicamos a seguir um trecho do "Fausto", livro no qual Goethe trabalhou durante grande parte de sua vida.



NOITE

Num quarto gótico, com abóbadas altas e estreitas, Fausto, agitado, sentado à mesa de estudo.

Fausto

Ai de mim! da filosofia,
Medicina, jurisprudência,
E, mísero eu! da teologia,
O estudo fiz, com máxima insistência.
Pobre simplório, aqui estou
E sábio como dantes sou!
De doutor tendo o nome e mestre em artes,
Dez anos, já, levo por estas partes,
Prá cá, prá lá, sem diretriz,
Discípulos pelo nariz.
E vejo-o, não sabemos nada!
Deixa-me isso a alma amargurada.
Sei ter mas tino que esses maçadores,
Escribas, mestres, frades e doutores;
Com dúvidas e escrúpulos não me alouco,
Não temo o inferno e Satanás tão pouco
Mas mata-me o prazer no peito;
Não julgo algo saber direito,
Que aos homens leve uma luz que seja
Edificante ou benfazeja.
Nem de ouro e bens sou possuidor,
Ou de terreal fama e esplendor;
Um cão já assim não viveria!
Por isso entrego-me à magia,
A ver se o espiritual império
Pode entreabrir-me algum mistério,
Pra que perceba o que a este mundo
Liga em seu âmago profundo,
Os germes veja e as vivas bases,
E não remexa mais em frases.

Oh, contempla, alvo luar,
Pela última vez meu penar!
Quanta vez, a esta mesa aqui,
Alta noite esperei por ti!
Então, por sobre o entulho antigo
Surgias, taciturno amigo!
Ah! se eu pudesse, em Flóreo prado,
Vaguerar em teu fulgor prateado,

Flutuar com gênios sobre fontes,
Tecer na semi-luz dos montes,
Livre de todo saber falho,
Sorar-me, em banho teu, de orvalho!

Céus! prende-me ainda este antro vil!
Maldito, abafador covil,
Em que mesmo a celeste Luz
Por vidros foscos se introduz!
Opresso pela livralhada,
Que as traças rôem, que cobre a poeira,
Que se amontoa, embolorada,
Do soalho à abóbada cimeira;
Cercado de um resíduo imundo,
De vidros, latas, de antiqualhas,
Cheios de trastes e miuçalhas
Isto é teu mundo! chama-se a isto um mundo!

E ainda não vês porque, em teu seio,
O coração se te comprime?
Por que um inexplicável anseio
Da vida a flama em ti reprime?
Em vez da viva natureza,
Em que criou Deus os mortais,
De crânios cerca-te a impureza,
De ossadas de homens e animais.

Não! para o campo e a luz fuja!
E desta escrita oculta e vasta,
Que a mão traçou de Nostradamus,
A companhia não te basta?
Dos astros vês, então, a rota;
Quando te orienta a natureza,
Nova pujança no Eu te brota,
Como um espírito a outro reza.
Explicam-te os sinais sagrados
Em vão meditações sutis;
Sobre mim voais, gênios alados;
Pois respondi-me, se me ouvís!

Abre o livro e avista o signo do Macrocosmo

Ah! que delícia irrompe neste olhar,
Por meus sentidos, repentinamente!
Sinto vigor flamante, singular,
Varrer-me o sangue em êxtase fremente.
Gravou um deus, acaso, esses sinais,
Que em mim abrandam a íntima fervura,
A pobre alma encham de ventura,
E em ímpetos transcendentais,
Me expõem da natureza a oculta tessitura?
Sou eu um deus? vejo tal luz!
Neste traçado puro imerso,
Vejo ante a alma jazer nosso ativo universo.
Só hoje entendo o sábio, o que deduz:
"Do mundo espiritual não te é a esfera estranha;
Tens tu morta a alma, o senso estreito!
Discípulo, anda! assíduo, banha
Em rubra aurora o térreo peito!"

Contempla o signo

Como um dentro do outro se entrama
E num só todo se amálgama!
Como fluem e refluem celestes energias,
A se estenderem mutuamente as áureas pias!
Com surtos prenes de balsâmico alento
A terra imbuem, fluindo do firmamento,
Vibrando pelo Todo com harmonioso acento!

CDM
Ah, que visão! mas só visão ainda!
Como abranger-te, oh natureza infinda?
Vem fronte de onde emanou a vida em Verbo
Das quais o céu, a terra, pendem
Fundação Maurício Crábois
As quais o peito exausto tende
Correis, nutris, enquanto à minguã eu morro

